

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

LUCIA HELENA KMENTT COSTA

**EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: NARRATIVAS DE
SUJEITOS DO CÂMPUS CAMAQUÃ**

Pelotas

2016

LUCIA HELENA KMENTT COSTA

**EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: NARRATIVAS DE
SUJEITOS DO CÂMPUS CAMAQUÃ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do IFSUL.

Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas de Formação.

Orientadora: Prof^a Dr^a
Cristhianny Bento Barreiro.

Pelotas

2016

Ficha Catalográfica

C837e Costa, Lucia Helena Kmentt.

Expansão dos Institutos Federais: narrativas de sujeitos do Câmpus Camaquã / por Lucia Helena Kmentt Costa. – 2016.

152 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Cristhianny Bento Barreiro.

Dissertação (mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Pelotas, 2016.

1. Educação Profissional. 2. Trabalho. 3. Institutos Federais. 4. Expansão. I. Barreiro, Cristhianny Bento. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. III. Título.

CDD 373.246

Catálogo na publicação:

Bibliotecária Silvia Regina de Lima Veleza CRB 10/2038

Biblioteca IFSul - Câmpus Pelotas

Nome: Lucia Helena Kmentt Costa

Título: **Expansão dos Institutos Federais:** narrativas de sujeitos do Câmpus Camaquã

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do IFSUL.

Aprovado pela Banca examinadora em: ___/___/___

Professora Doutora Cristhianny Bento Barreiro - Orientadora

Professor Doutor Moacir Gubert Tavares – IFC

Professor Doutor Jair Jonko Araújo – IFSul

Professora Doutora Denise Nascimento Silveira – IFSul

À **Camila e Carolina**, minhas filhas,
por elas e a elas, razão de minha
coragem para vencer este desafio.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um projeto de vida, de minha formação pessoal e profissional, em que em alguns momentos exercitei o *abrir mão de*, na busca da concretização desse desafio. Quero aqui socializar meus sinceros agradecimentos a todos e todas que de alguma maneira me incentivaram, me ajudaram durante esta caminhada. Antecipadamente peço desculpas, se neste momento tão especial, caso, por esquecimento, alguém não seja citado.

Obrigada, mãe! Conceição Neves Kmentt (In Memoriam), guerreira, dedicada, amorosa, batalhadora, mesmo com todas as dificuldades que a assolaram, nunca esmoreceu. Sempre teve a convicção de que através da educação, seus filhos seriam vitoriosos. A meu pai, Walter Rodolpho Kmentt (In Memoriam), mesmo sem tê-lo conhecido por sua enfermidade, agradeço ter-me dado a vida.

Ao meu marido, Paulo Cynes Machado Costa, meu amor, amigo, companheiro, dividindo há trinta e três anos o dia a dia, sempre me apoiando em meus desafios, dando suporte à família quando eu não podia estar presente.

Às minhas filhas Camila Kmentt Costa Vogel e Carolina Kmentt Costa, incentivadoras desta caminhada, suportaram minhas tensões e souberam entender os momentos de minha ausência física e até mesmo os momentos de absenteísmos, pensando nas escritas da dissertação. Obrigada por me fazerem feliz e por serem essas filhas tão especiais!

A meus irmãos, Neves Kmentt, César, Sonia, Elizabeth e Elisa, que sempre estiveram comigo, tentando sempre proteger a *caçulinha*. Mesmo com o passar dos anos, ainda percebo esse sentimento em vocês.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Cristhianny Bento Barreiro, obrigada pela confiança em mim depositada ao perceber que eu poderia desenvolver a pesquisa; obrigada pelas orientações, atenção dedicada, estímulos e exemplos; obrigada por ser esta “mestra” competente ao transmitir seus conhecimentos e experiências para meu aprendizado.

Aos professores da banca examinadora, pelo fato de terem aceitado contribuir comigo nessa caminhada, promovendo meu crescimento científico e intelectual. Obrigada, Prof. Dr. Moacir Gubert Tavares por se disponibilizar e se deslocar da cidade de sua labuta para colaborar no meu desenvolvimento. Obrigada, Profª Drª Denise Nascimento Silveira, colega de longa data no mesmo espaço de trabalho e agora como professora, incentivando, sempre disposta a dividir seus saberes. Obrigada, Prof. Dr. Jair Jonko Araújo, colega de trabalho, conhecedor de parte de meu trabalho, especificamente na questão do Plano de Expansão do Instituto Federal Sul-rio-grandense e que enriqueceu minha pesquisa com sua experiência e conhecimento.

Ao Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) pela oportunidade de realização do curso de mestrado e por permitir meu afastamento para desenvolver este trabalho.

Aos *Sujeitos* da pesquisa, que mesmo sem identificá-los, saberão meu reconhecimento. Sem vocês não seria possível!

Aos meus colegas das turmas 2014 e 2015 do Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do IFSul, aos colegas integrantes do Grupo de Estudos Narrativos em Educação (GENE) pelos momentos de troca de conhecimento, aprendizagem e alegrias. Em especial, meu colega Miguel que conheci a partir do mestrado e, nessa trajetória, mostrou sua garra e luta pelas desigualdades raciais.

Ao Prof. Mestre Daniel Espírito Santo Garcia, obrigada por sempre ter depositado confiança em meu trabalho, acreditou em minha potencialidade e incentivador para que eu buscasse o mestrado.

Ao Prof. Ricardo Pereira Costa e Administrador Henrique Ziglia Maia, pela disponibilidade em ceder materiais referentes à implantação do Câmpus Camaquã.

A Denise Bonow (In Memoriam), pela amizade e pelos momentos na gestão, enquanto implantávamos o Câmpus Camaquã, a parceria e dedicação, sempre apoiando e incentivando.

A todos e todas muito obrigada!

*Construir-se formando-se,
formar-se construindo-se, produzir
conhecimento para criar sentido,
produzir sentido para criar
conhecimento.*

Marie-Christine Josso

RESUMO

COSTA, Lucia Helena Kmentt. **Expansão dos Institutos Federais: narrativas de sujeitos do Campus Camaquã**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas/RS, 2016.

Diante das políticas de expansão da educação profissional, tornou-se importante a realização de pesquisas que auxiliem a ampliação da compreensão sobre o tema. Dessa forma, o propósito do trabalho foi investigar a expansão no âmbito dos Institutos Federais, instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de narrativas de sujeitos que, de uma forma ou de outra, participaram da história do Câmpus Camaquã, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. A pesquisa foi um estudo de caso qualitativo e como instrumentos para a coleta de informações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Para entendimento deste universo, selecionou-se, como sujeitos, o gestor municipal e gestores da instituição, um aluno, um professor e dois moradores do entorno do Câmpus. As entrevistas narrativas foram transcritas e analisadas através de Análise Textual Discursiva, servindo como fundamentação da descrição aqui apresentada. Desse modo, objetivou-se compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã. Ainda, como objetivos específicos, conhecer como a criação desse Câmpus modificou a vida de sujeitos dessa cidade; compreender qual a percepção desses sujeitos acerca do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e compreender qual a percepção desses sujeitos sobre este novo Câmpus. Através dessa reflexão, transitou-se na área educacional para mostrar brevemente o cenário dessas instituições, as condições de sua implantação, os princípios anunciados em lei e aspectos que envolvem os primeiros anos de seu funcionamento. Assim, perpassou-se pela dualidade entre educação e trabalho, a apresentação de investigações correlatas, constatando nos trabalhos explorados a existência de elos com minha pesquisa, uma sucinta história da educação profissional direcionada às transformações da instituição, Escola Técnica de Pelotas, até a condição de Instituto Federal, IFSUL, entrelaçando, as histórias de vida de sujeitos partícipes do processo, assim como minhas experiências pessoais, profissionais e acadêmicas. O trabalho de unitarização e de categorização desconstrução para reconstruir as explicitações ouvidas, desordenou para dar condição de formar novas ordens, novas compreensões. O trabalho realizado permitiu afirmar a importância de "dar voz e vez" aos sujeitos atores das políticas públicas educacionais.

Palavras Chave: Narrativas. Educação Profissional. Institutos Federais. Expansão.

ABSTRACT

COSTA, Lucia Helena Kmentt. **Expansion of the Federal Institutes: Justinian codes: narratives of citizens of the Camaqua Campus.** 2016. 152 f. Dissertation (Professional Masters in Education and Technology) - Program of After-graduation in Education, Federal Institute of Education, Science and Technology South-river-grandense, Pelotas / RS, 2016.

Ahead of the politics of expansion of professional education, the accomplishment of movements became important that assist the magnifying of the understanding on the subject. Of this form, the intention of the work was to investigate the expansion in the scope of the Federal Justinian codes, integrant institutions of the Federal Net of Professional Education and Technological, from narratives of citizens that, of one it forms or of another one, they had participated of the history of the Camaquã Campus, of the Federal Institute of Education, Science and Technology South-river-grandense. The research was a stude of qualitative case and as instruments for the collection of information had been used semistructuralized interviews. For agreement of this universe, it was selected, as citizens, the municipal mayor and managing generality to the time of the implantation, the genereal director to the time of the research, a pupil, a professor and two inhabitants of entorno of the Campus. The interviews narratives transcribing and had been analyzed through Literal Analysis Discursiva, serving as recital of the description presented here. In this manner, it was objectified to understand as if it gave the Plan of Expansion of the Federal Net of Professional Education, in the case of the implantation of the Camaquã Campus. As objective still specific, to know as the creation of this Campus it modified the life of citizens of this city; to understand which the perception of these citizens concerning the Plan of Expansion of the Federal Net of Professional Education and to understand whitch the perception of these citizens on this new Campus. Through this reflection, it was transited in the educational area to briefly show the scene of these institutions, the conditions of its implantation, the princliples announced in law and aspects that involve the first years of its functioning. Thus, one perpassou for the dualidade between education and work, the presentation of inquiries correlatas, evidencing in the works explored the existence of links with my research, one sucinta history of the directed professional education to the transformations of the institution, School Technique of Pellets, until the condition of Federal Institute, IFSul, interlacing, histories of life of informing citizens of the process, as well as my personal experiences, professional and academic. The categorização and unitarização work desconstituiu to reconstruct the heard explicitações, disordered to give condition to form new orders, new understandings. The carried through work allowed to affirm the importance "to give to voice ant time" to the citizens actors of educational the public politics.

Words Key: Narratives. Professional education. Federal Justinian codes. Expansion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Imagens de minha Infância	22
FIGURA 2	Mapa da distribuição territorial dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	80
FIGURA 3	Imagens das obras de construção do Câmpus Camaquã	81
FIGURA 4	Mapa territorial do município de Camaquã	85
FIGURA 5	Imagens início de funcionamento do Câmpus Camaquã	89

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Expansão dos Institutos Federais – Refinamento: Área Educação 44

LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APO	Assessoria de Projetos e Obras
ATD	Análise Textual Discursiva
CAVG	Colégio Agrícola Visconde da Graça
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET – PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEFET – RS	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
CPO	Coordenadoria de Projetos e Obras
DPO	Diretoria ou Departamento de Projetos e Obras
EAD	Ensino a Distância
EMATER	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional Tecnológica
E-TEC	Escola Técnica do Brasil
ETF	Escola Técnica Federal
ETFPEL	Escola Técnica Federal de Pelotas
ETP	Educação Técnica Profissional
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GENE	Grupo de Estudos Narrativos em Educação
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MPET	Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Tecnológica
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UPF	Universidade de Passo Fundo
UNB	Universidade de Brasília
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTF	Universidade Tecnológica Federal
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CENÁRIO DE UMA TRAJETÓRIA.....	20
2. METODOLOGIA – CENÁRIO DESTA PESQUISA	35
2.1 Objetivo geral.....	35
2.2 Objetivos específicos	35
3. EXPANSÃO: DIFUSÃO DOS CENÁRIOS INSTITUTOS FEDERAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	44
3.1 A análise e a escrita dos autores.....	45
3.2 A contribuição do capítulo estado da arte no cenário de minha pesquisa	51
4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O CENÁRIO DA EXPANSÃO	53
4.1 Educação e Trabalho.....	53
4.2 A origem dos Institutos Federais	66
4.3 O Câmpus Camaquã	82
5. O PLANO DE EXPANSÃO E A IMPLANTAÇÃO	89
5.1 Realidade e desenvolvimento	89
5.2 Objetivos cumpridos	94
5.3 Consolidação do Câmpus.....	95
5.4 Mudança do cenário	101
5.5 Os benefícios.....	106
5.6 O que não deu certo	113
5.7 As dificuldades.....	117
5.8 Viver a gestão.....	121
5.9 Pesquisa e Extensão	126
5.10 Ensino e o cuidado pedagógico.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
APÊNDICE A.....	148
APÊNDICE B.....	149
APÊNDICE C	150
APÊNDICE D	151
APÊNDICE E.....	152

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma pesquisa de mestrado, intitulada *Expansão dos Institutos Federais: narrativas de sujeitos do Câmpus Camaquã*, que teve como propósito investigar a Expansão dos Institutos Federais, instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de diversos sujeitos que, de uma forma ou de outra, participam da história do Câmpus Camaquã, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

De modo geral, no Brasil, sabe-se que a educação apresenta deficiências, expondo situação considerada grave em alguns níveis de escolarização. O tratamento dispensado para a educação profissional faz com que a situação dessa modalidade não repita o que ocorre de uma forma mais ampla. Desde o ano de 2003 o cenário da educação profissional modificou-se a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Essa rede, hoje com quase 107 anos apresenta, nesta última década, evidências de modificações mais expressivas, especialmente no que diz respeito aos números, do que em seu primeiro século de existência.

As instituições de Educação Profissional no Brasil, durante todos esses anos, sofreram várias alterações, de Escolas Técnicas até a criação dos Institutos Federais. Esse processo, dentro da conjuntura educacional, aconteceu em meio a embates de relações e forças entre as classes sociais, a resistência de professores, técnicos administrativos e estudantes.

A partir de uma concepção política de que a Educação Profissional poderia contribuir para alavancar o desenvolvimento do país, ocorre um incentivo e investimento, sendo possível afirmar que se trata de esfera da educação contemplada com recursos do governo federal.

Nessa perspectiva, essa Rede passa por mudanças em sua história. De um lado, o crescimento do número de instituições de ensino técnico público e gratuito, tendo havido investimentos com consequente liberação de recursos para obras e equipamentos. Por outro lado, ao que parecem, mudanças qualitativas também aconteceram através de quadro de professores e técnicos administrativos com formação e qualificação das mais variadas.

A Rede, atualmente, é composta por, além dos Institutos Federais, Centros Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e pela Universidade Tecnológica do Paraná, oferecendo Educação Profissional em todos os níveis de formação.

Entretanto, o desafio dessa Rede, está na Expansão dos Institutos Federais, com a criação de 562 Câmpus¹, espalhados pelo Brasil, já que a implantação de um Câmpus remete a várias questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Ao adentrar na expansão dos Institutos Federais, especificamente no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), no caso do Câmpus Camaquã, entendo ser importante a realização de investigações que auxiliem a ampliação da compreensão sobre o tema. Meu trabalho diretamente relacionado à construção e implantação desse câmpus, a partir de uma vivência do lado de gestão, instiga-me a entender a questão, a partir da percepção de quem está de fora, de quem é o usuário, o *beneficiado* com sua criação.

Penso ser relevante dar voz e vez a esses sujeitos, e compreender a percepção da comunidade em que é implantada uma instituição de Educação Profissional pública e gratuita, descrevendo pontos positivos ou negativos, apontados pelas narrativas de sujeitos.

Torna-se claro a importância da contribuição desses sujeitos nessa pesquisa, através de suas falas em contar suas vivências e experiências do antes, durante e o depois da implantação.

As narrativas podem auxiliar na percepção de como está acontecendo a ampliação de oportunidades de acesso à Educação Profissional. Pesquisar os Institutos Federais, com foco em um Câmpus, pode contribuir, além de tudo, para contar e recontar sua história, servindo como registro histórico.

Em um primeiro momento, e com a intenção de estruturar o trabalho, através de minhas pesquisas, leituras e estudos, procurei averiguar fatos importantes referentes à implantação desse Câmpus. Em segundo momento, para dar sequência à pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas que foram analisadas através de Análise Textual Discursiva (ATD), permitindo construir este texto com base nas narrativas de sujeitos entrevistados.

1 <http://rededefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

O trabalho está estruturado e constituído a partir de contribuição de autores que auxiliaram na compreensão e sustentação da argumentação utilizada nesta pesquisa. Assim, busquei fundamentar o estudo nas obras de Arroyo (2012), Bogdan; Biklen (1994), Clandinin; Connelly (2011), Frigotto (2012, 2010a, 2010b, 2005, 1998), Frigotto; Gentili (2002), Gatti; André (2011), Höfling (2001), Josso (2010), Kuenzer (2003, 2001, 1997), Ludke; André (1986), Mainardes (2006), Moraes; Galiazzi (2011), Morosini; Fernandes (2014), Pacheco (2011), Santos (2000), Saviani (1994) e Sibilía (2012), além disso, documentos como Constituição Federal e diversas leis também foram fontes consultadas. As utilizações desses autores ajudaram a compreender as relações entre Educação e Trabalho, ao mesmo tempo, na atual conjuntura, ter uma maior aproximação com as narrativas - escolhi esse caminho para a análise das entrevistas.

Desse modo, o objetivo geral de pesquisa é compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo. Ainda, como objetivos específicos, conhecer como a criação deste Câmpus, parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, modificou a vida de sujeitos desta cidade; compreender qual a percepção desses sujeitos acerca do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e compreender qual a percepção desses sujeitos sobre este novo Câmpus.

A partir dessa concepção, pretendi transitar na área educacional através da reflexão do que o Plano de Expansão propõe em relação às instituições da Rede Federal.

Assim, perpasso pela dualidade entre educação e trabalho, a história da educação profissional direcionada às transformações da instituição até a atual condição de Instituto Federal entrelaçando, através da memória, minhas experiências pessoais, profissionais e acadêmicas diretamente ligadas ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, como também de sujeitos partícipes dessa história, resultando nas categorizações através da *desconstrução*² para reconstruir as

² Termo utilizado pelos autores Moraes; Galiazzi (2011, p. 13) na obra *Análise Textual Discursiva (ATD)*.

explicitações ouvidas, da *desintegração*³ para dar condição de formar novas ordens, novas compreensões.

Estrategicamente delineeii, além deste texto introdutório, capítulos e subcapítulos, com os quais almejo construir respostas às questões anunciadas, de forma a consolidar os objetivos elencados. Nesse entendimento, assim constitui-se os capítulos, *Introdução; 1 Cenário de uma trajetória; 2 O cenário desta pesquisa; 3. Expansão: difusão dos cenários Institutos Federais e Educação Profissional; 4 A Educação e o cenário da Expansão Profissional; 5 A Expansão e a Implantação do Câmpus Camaquã e, por fim, Considerações Finais.*

Entendo ser relevante apresentar os diversos aspectos que cercaram a constituição do Câmpus, bem como categorizá-lo geograficamente, relatar as parcerias entre rede federal e municipal, conhecer seu início, seus cursos, com tem sido a procura pela comunidade, tudo isso parece ser de extrema importância no auxílio para a compreensão histórica do Câmpus Camaquã, que constituem o cenário de percepção de sujeitos entrevistados.

Nessa direção, ao me referir à metodologia e, com a intenção de atingir positivamente esse caminho, utilizei estratégias de investigação, tais como entrevistas semiestruturadas, levantamentos e análise de legislação e material bibliográfico. As entrevistas semiestruturadas serviram como base da descrição dos sujeitos da pesquisa. No que se refere à análise das entrevistas, usei o método de Análise Textual Discursiva. A razão da escolha de entrevistas semiestruturadas está na possibilidade de que, o contato entre o entrevistado e o entrevistador, seja desenrolado sem rigidez, a partir de um traçado básico e, se necessário, a admissão de adaptações por parte do entrevistador.

A seguir, apresento como início da estrutura de minha escrita, minha trajetória, a motivação da pesquisa.

³ Termo utilizado pelos autores Moraes; Galiuzzi (2011, p. 18) na obra Análise Textual Discursiva (ATD).

1. CENÁRIO DE UMA TRAJETÓRIA

Eis que volto no tempo, meu pensamento retorna ao mês de dezembro do ano de 2013, quando fui aprovada na seleção para o Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia – MPET – Câmpus Pelotas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFSul). Alegria, realização de mais um sonho, contentamento é enorme, me levam a música dos pelotenses, Kleiton & Kledir, na qual, em alguns momentos, vejo parte de minha vida. Cantá-la e ouvi-la, tantas e tantas vezes, não canso..., a transcrevo para dar início as minhas escritas, minhas histórias de vida...

Pelotas

(Kleinton e Kledir)

*Caminhando por Pelotas
Lembrei de quando eu nasci,
[...]
Contei paralelepípedos
A caminho da escola,
Sonhei ladrilhos hidráulicos,
Paredes de escariola.
Pião, bolinha de gude
Pandorga, ioiô, gibi,
Bici, carrinho de lomba,
[...]
Naveguei pelo Porto
Fragata e Areal,
Três Vendas e São Gonçalo,
E Praias do Laranjal.
[...]
Terra de todos meus sonhos
Princesa do Sul bonita,
O meu amor não tem fim,
Como uma rua infinita.
Pelotas minha cidade
Lugar onde eu nasci,
Ando nos braços do mundo,
Mas sempre volto pra ti!*

Como começar? Penso..., a lembrança de várias épocas, a partir da idade que dou conta, ser sobrevivente de uma vida de dificuldades, que serviram para me fortalecer, também, as falas de minha mãe do tempo em que me encontrava em seu ventre até meu nascimento, o tempo de infância pré-escolar, ..., paro, ..., vem a ideia

pesquisar os fatos ocorridos e considerados importantes pela história, no ano de 1957, ano do meu nascimento.

No Brasil: ocorreu a criação da Rede Ferroviária Federal; uma aeronave da extinta empresa Varig, cai próximo ao aeroporto da cidade de Bagé/RS; queda do DC – 3PP-ANX na encosta do Pico do Papagaio, Ilha de Anchieta; aos dezesseis anos, Pelé estreia na Seleção Brasileira, marca um dos gols da partida contra a Argentina, no Maracanã; inicia-se a construção da nova capital do país, Brasília; lançado o primeiro automóvel fabricado no Brasil, a Perua DKW. No mundo: o satélite Sputnik é lançado no espaço; pela primeira vez acontece o encontro de John Lenon e Paul McCartney, em Liverpool, Inglaterra, sendo o início da banda The Beatles.

Até então nunca havia despertado essa curiosidade, mas tem algum sentido, motivar a imaginação, mostrar o cenário, a época que nasci. Percebo também, que possa ser um pretexto por querer adiar o início de minhas histórias de vida.

Nessa compreensão, destaco Momberger (2006, p. 359-371) quando diz: *A narrativa é o lugar onde o indivíduo humano toma forma, onde ele elabora e experimenta a história de sua vida.*

Crio coragem, passo a escrever da forma mais simples, tentando não escapar algo importante, afirmando que minha crença foi continuamente galgada nas palavras *querer, poder e conseguir*, sempre honestamente, através da educação, do conhecimento, de nunca desistir.

Viajo no tempo, dividindo-o em dois: um, das histórias que minha mãe descrevia de nossas vidas e outro, de minha trajetória acadêmica e profissional. Momentos distintos, pois até a idade de cinco a seis anos, não me vem à lembrança, raras são as fotos, possíveis de não encher os dedos das mãos se for contá-las, às vezes, felizes, outras nem tanto, mas que devemos e podemos acreditar em dias melhores, que nada é por acaso e que viver vale a pena.

Ao percorrer o tempo, mês de agosto, Conceição, uma jovem senhora, minha mãe, dona de casa, grávida, trava uma luta contra a doença incurável de seu marido, o câncer, dá à luz uma menina, a caçula de cinco filhos, recebe o nome de Lucia Helena, nome escolhido por meu pai em seus dias finais de vida, sofrendo pela doença e pelas dificuldades que minha mãe enfrentaria: viúva com cinco filhos,

o mais velho, um menino com oito anos e quatro meninas, a caçula com um mês e vinte dias, no dia em que a doença o venceu.

Figura 1 – Imagens de minha Infância



Fonte: Acervo da autora

Ao passar dos anos, minha mãe guerreira, não esmoreceu, criou seus filhos unidos e perto dela. Dedicou-se de todas as maneiras, anos muito difíceis, manteve todos juntos e incentivando-os aos estudos, sempre acreditou num mundo melhor para eles e, dizia: *somente através dos estudos, terão a chance de vencer as dificuldades*. Minha infância foi sempre com o cuidado dos irmãos mais velhos, com brincadeiras, dentre elas, volto à letra da música de Kleiton e Kledir [...] *pião, bolinha de gude, pandorga, ioiô, gibi, bici, carrinho de lomba [...], sapata, perna de pau,*

patas de lata, pula corda, cinco marias, eram sempre com eles, penso que todos queriam tentar suprir a ausência de meu pai.

Por volta dos cinco anos, minha mãe foi trabalhar em uma escola infantil pública, de freiras. Dessa forma, passei a ter contato com a escola, conhecer outras crianças, enquanto ela cuidava o recreio, brincava no pátio e algumas vezes, a freira Marilda, responsável pelo jardim da infância, permitia minha presença em sua sala.

Aos seis anos, minha mãe matriculou-me na primeira série primária, iniciando as aulas com a freira Maria do Carmo. No meio do primeiro semestre a freira é transferida para outra cidade e uma nova professora dá continuidade às aulas, foi um trauma, passei a não ficar na sala de aula. Como não houve uma reação positiva, após muitas conversas, minha mãe resolveu que efetivamente estudaria a primeira série no ano seguinte. Aos sete anos, iniciei meus estudos no ensino primário no Grupo Escolar São Francisco de Paula, da rede estadual de ensino, próxima a minha residência. Auge da instalação do regime militar no país, por ser criança, não tinha ideia dos acontecimentos, muitos assuntos - como política, não eram comentados em casa. A população não expressava suas vontades com medo de represálias.

Minha alfabetização, como as outras séries primárias, transcorreu normalmente. Minha primeira professora, até o terceiro ano, D. Mércia, mestre dedicada, a idade não pesava, sempre me envolvia nas atividades em sala de aula, dentre tantas, uma delas era auxiliá-la a passar as atividades no quadro negro⁴. Para mim isso era a glória, assim, podia usufruir do giz e quadro negro, que não dispunha em casa para estudar ou brincar de escola. Esse contato direto com D. Mércia, me fez tomar gosto pelo ensinar, por isso, muitas vezes auxiliava os colegas que não conseguiam desenvolver suas tarefas e, sempre que a professora passava exercícios no quadro negro, era a primeira a ser chamada para resolvê-los. Todos esses incentivos marcaram minha infância e foram os responsáveis por parte da construção da minha identidade. Meus estudos nessa escola foram até o quinto ano primário. As avaliações constavam de provas escritas e orais, os exames finais independentemente de as notas das provas serem altas ou baixas, também eram da mesma forma.

⁴ Principal recurso didático da época.

Nessa época, enquanto desenvolvia as tarefas escolares em casa, brincava de colégio, entendia ser uma maneira agradável de estudar. Nessa representação, absorvia o papel de professora de alunos imaginários. A criatividade fez-me improvisar as portas internas de minha casa, como *quadro negro*, pintadas na cor azul escuro, permitia essa faceta. Outra criatividade e improvisação, em mim despertada, foi a elaboração de carimbos com batata inglesa, para ilustrar atividades e, assim, conseguia brincar e estudar ao mesmo tempo.

Com a necessidade de estudar em escola pública, ao final do quinto ano primário, minha mãe me inscreveu nos Exames de Admissão ao Ginásio do Colégio Municipal Pelotense, única forma de acesso na ocasião para ingressar no ginásio. Prestei os exames, obtendo como resultado minha aprovação. Aqui, começaram a surgir dificuldades financeiras para deslocamento - morava em bairro afastado dependia de transporte coletivo; para uniforme, como também para o material escolar. Embora houvesse essa situação, que de certa forma poderia impedir de seguir estudando, minha mãe trabalhou muito e não mediu esforços reafirmando sua postura de incentivo aos estudos.

Diante da situação, encontrar um meio de estudar e amenizar a questão financeira, havia outras necessidades vinculadas ao nível de estudos, como livros e materiais para trabalhos manuais também eram necessários. Algum tempo depois, quando cursava a segunda série ginásio, nessa época, sem perceber me identifiquei com a profissão docente, informalmente dava aulas particulares para duas alunas do ensino primário. Alternativa de muita valia para conseguir recursos e possibilitar a continuação da minha vida escolar. E assim,

Mais Uma Vez
(*Legião Urbana*)

*Mas é claro que o sol
Vai voltar amanhã
Mais uma vez, eu sei...*

*Escuridão já vi pior
De endoidecer gente são
Espera que o sol já vem...
[...]*

*Quem acredita
Sempre alcança...
Mas é claro que o sol
Vai voltar amanhã*

[...]
*Nunca deixe que lhe digam:
 Que não vale a pena
 Acreditar no sonho que se tem
 Ou que seus planos
 Nunca vão dar certo
 Ou que você nunca
 Vai ser alguém...*
 [...]
*Confie em si mesmo!...
 Quem acredita
 Sempre alcança...*

As mudanças do ensino primário para o ginásial continuaram acontecendo, cada ano novidades escolares, as disciplinas, vários professores, a forma de avaliação, provas escritas e orais.

Ao transcorrer a quarta série ginásial, visitamos a Escola Técnica Federal de Pelotas⁵ (ETFPEL). Todos ficamos admirados, vimos outra realidade educacional, uma rede federal muito além do educandário municipal, percebemos uma distância enorme do que vivenciávamos. Chamou-nos a atenção seus Laboratórios e Oficinas, os professores e alunos motivados em suas perspectivas, os ambientes amplos e repletos de tecnologia da época⁶.

Por ocasião da visita, já havia o resultado do meu teste vocacional, mostrava minha identificação com a área das Ciências Exatas. Não restaram dúvidas, o Curso Técnico de Edificações era minha escolha. Após a visita, conversei com minha mãe, sobre essa opção, assim teria profissão técnica, pois a faculdade de engenharia estava muito distante, não tínhamos como pagá-la. Participei do processo seletivo com êxito, no ano de 1975 tive a satisfação de ser aluna da Escola Técnica Federal de Pelotas.

Minha expectativa estava sendo atendida, cursei as seis séries semestrais sempre com aprovação. O curso Técnico de Edificações preparava técnicos para desenvolver a profissão em vários ramos da construção civil, logo, me identifiquei com disciplinas que fundamentavam a elaboração de projetos. Uma importante experiência foi elaborar o Projeto Final de Avaliação – PFA, no qual, o objetivo era

⁵ Conforme a seção 4.2, relato as fases em que esta instituição de ensino passou por transformações denominando-se hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

⁶ Em cada sala de aula, existia uma televisão, com circuito interno. Havia transmissão de programações geradas no estúdio de TV da própria ETP.

aplicabilidade de todas as disciplinas técnicas. O desenvolvimento desse projeto permitiu uma ampla prática levando a confirmação do aprendizado. O mais valioso, além da prática, foi a defesa para a banca de professores que questionavam e avaliavam o projeto e o aluno. Essa atividade muito contribuiu para o início da minha profissão de Técnica em Edificações.

Ao mesmo tempo, cada vez mais pensava em cursar a faculdade de Engenharia Civil. O Técnico em Edificações serviria de base para as disciplinas da Engenharia. Entretanto, havia uma grande dificuldade de conseguir trabalho na área técnica em Pelotas, pois a carreira técnica não era valorizada naquela época, ainda mais quando se tratava do sexo feminino. Surgiram alguns projetos pequenos, digamos *avulsos* e por inexperiência, fui lograda, sem receber pelo meu trabalho. Nesse vai e vem, na busca de trabalho, percebia o quanto estava longe a Engenharia Civil.

Assim, a compreensão das palavras de Kuenzer (1997, p.82) auxilia meus pensamentos quando afirma que,

[...] permeado pela exploração, pela desqualificação e pelo desrespeito, a trabalhadora se percebe como sujeito de direitos, desenvolvendo um saber que, articulado ao saber jurídico socialmente produzido, do qual ela procura apropriar-se, lhe permite defender-se enquanto cidadã. É, sobretudo nestes momentos que os trabalhadores percebem a importância do saber escolar como condição de cidadania, de vez que a apropriação dos conhecimentos básicos, principalmente da leitura e da escrita, significa uma forma de não se deixar enganar.

Um tempo depois compreendi que nem sempre é possível conseguir trabalho na área, são muitos alunos que se formam. Nesse contexto Del Pino (2002, p.80) manifesta, [...] *não há no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos. Não há geração de empregos em condições suficientes para atender a todos e a todas.*

O pensamento chega a dezembro de 1980, em meio a inúmeros movimentos pela democracia, aprovada por concurso público, fui nomeada para cargo efetivo administrativo na ETFPEL. Feliz, assumi a nomeação, se tratava de trabalho em instituição pública federal, assim, amenizei as dificuldades existentes e nessa perspectiva, um trabalho para toda vida, até os dias de hoje.

Ao ser designada à Coordenação de Planejamento, um dos chefes havia sido meu professor de Topografia no Curso de Edificações. Sabendo de minha formação,

me convidou para trabalhar no Núcleo de Projetos e Obras, setor dessa Coordenação responsável pelos projetos, reformas e obras da instituição. Passei a fazer parte da equipe de obras da ETFPEL. Minhas atividades eram elaboração dos desenhos, especificações técnicas, quantitativos e orçamentos estimativos para compor as licitações das reformas e obras, e proporcionaram-me muita experiência no exercício da profissão. Éramos uma equipe que cuidava do andamento da execução das obras licitadas, além de verificar a correta execução, por parte das empresas contratadas, de tudo que se referisse à infraestrutura.

O ano de 1980, foi sem dúvida marcante em minha vida, além da questão profissional, conheci meu marido, o Paulo. Jovem, também com sonhos idealizados a realizar, também recém iniciava sua vida profissional. Formamos um casal com vontade de um futuro melhor, de buscar a concretização de nossos sonhos. Casamos no ano de 1982, tínhamos um apartamento financiado pelo Sistema Nacional da Habitação, era essencial ter uma casa como prioridade, o restante viria através do nosso trabalho e estudos e, foi o que ocorreu!

No mês de novembro de 1986, grávida de sete meses de minha primeira filha, fiz vestibular para o curso de Licenciatura Plena em Disciplinas Profissionalizantes de 2º Grau – Esquema II, convênio ETFPEL/CEFET/PR⁷. Tempo de muita turbulência, além do final da gravidez, conciliava estudos, trabalho, casa e, por ser servidora administrativa, não havia redução de horário para estudos. Nas políticas de pessoal, havia tratamento diferenciado entre os servidores, a redução era permitida aos docentes e aos administrativos, não. Assim, iniciei o caminho da graduação, oportunidade de crescimento profissional na carreira pública, logo após dois meses, janeiro de 1987, nasce a Camila, uma menina linda, que trouxe alegrias a nossas vidas. Penso nesse tempo, o quanto foi sacrificante para os três, enquanto ia para a aula, no turno da noite, o Paulo a cuidava, a levava para eu amamentá-la no intervalo das aulas. Ao mesmo tempo, que vinha um sentimento de culpa por estar longe de minha filha tão pequenina, vinha um fortalecimento para não desistir, ir em frente, pois era para o bem de toda família. Todo curso de graduação transcorreu normalmente, a cada aula dada, me entusiasmava mais e mais dos resultados, a descoberta de um caminho até então não pensado, o da formação docente.

⁷ Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

A partir da graduação, sempre que possível, participei de cursos direcionados à Educação. No início do ano de 1990, grávida de quatro meses de minha segunda filha, concluí o curso de Especialização em Informática aplicado à Educação. Essa fase foi um pouco mais tranquila, a duração desse aperfeiçoamento foram três meses, quando logo a seguir, em julho do mesmo ano, nasce Carolina, outra linda menina, trazendo mais alegrias. Durante alguns anos, fiquei sem estudar, mesmo assim, não esquecia a pretensão de cursar pós-graduação. Aprendi com minha mãe a importância dos estudos, através dele podemos modificar a vida. Como exemplo às minhas filhas e como a melhor demonstração é por parte dos pais, não fiz diferente.

Diante disso, Kuenzer (1997, p. 82) enuncia,

Com relação ao saber escolar, há consciência, por parte das trabalhadoras, do seu significado em face das necessidades da constituição da cidadania, em função do que defendem a escola para os seus filhos; através dela, acreditam que seus filhos terão melhores condições de resistência à exploração e ao solapamento dos direitos.

Avanço no tempo, a época de minha ascensão profissional, dentro da instituição. Convidada em 1994 para coordenar a Coordenadoria de Projetos de Obras⁸ (CPO) da ETFPEL, houve a oportunidade de desenvolver o exercício da docência. Baseada nos ensinamentos de minha graduação, a Licenciatura em Construção Civil, de maneira mais agradável, pude como coordenadora, orientar, transmitir meus conhecimentos e supervisionar as tarefas dos servidores e estagiários que compunham o quadro da CPO. Nessa época, a composição do quadro de pessoal era quatro servidores e seis estagiários do curso Técnico de Edificações. Os estagiários entravam no final do quarto semestre e ficavam até o final do curso, sendo que no último semestre era oportunizado Estágio Curricular. Ao se formarem estavam aptos a exercer a profissão de Técnico em Edificações. A procura por estágio era enorme, pensando a forma mais justa de ingresso dos estagiários, implantei a prova de seleção, pois o número de candidatos era sempre maior que o número de vagas. O estágio tinha como principal finalidade suprir e ensinar a aplicação teoria *versus* prática.

⁸ Sabe-se que em uma instituição pública a estrutura funcional sofre modificações ao longo do tempo, e esta Coordenadoria ao longo dos anos de minha carreira profissional, não foi diferente. Entre todas as mudanças em que estive a frente, denominou-se Coordenação, Assessoria, Departamento e por fim Diretoria de Projetos e Obras. Todas essas alterações eram realizadas de acordo com a importância que passava a ter no contexto da instituição, atendendo ao organograma.

Viajo anos à frente, tempo entre a graduação e a especialização, quando chego ao final do ano de 2005 envolvida com o projeto do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, inicia uma caminhada de árduo trabalho e realizações profissionais. Nomeada através de Portaria, para Comissão de Implantação da Expansão na instituição, ocasião em que já se denominava Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), essa Comissão, tratava de parcerias com as prefeituras municipais que demonstravam interesse na instalação da *escola técnica*⁹. No primeiro momento, as reuniões eram direcionadas a escolha de prédios ou terreno a serem doados para a implantação de um Câmpus. Nessa questão, minha atividade era escolher a melhor infraestrutura possível, para então gerenciar as reformas e obras necessárias para a efetiva implantação.

Durante os anos de 2006 a 2008, aconteceu reforma de prédios para o Câmpus Charqueadas e a construção do Câmpus Passo Fundo. Em meio a toda essa atividade, num convênio entre o CEFET, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGRS) e Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), participei do processo seletivo para Pós-graduação em nível de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). Totalmente envolvida no trabalho, decidi enfrentar, sabia que não deveria adiar, tinha tudo a ver com minha formação da graduação, direcionada ao ensino profissionalizante. A compreensão de preparação para enfrentar um futuro mestrado, me motivou, assim, passaria a entender e dedicar-me a outro segmento da educação, a pesquisa. Mergulhei nos novos desafios, a Especialização e a Implantação dos câmpus da expansão da Educação Profissional. Ao participar dentro do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), da efetiva implantação de nove Câmpus, entre eles Charqueadas, Passo Fundo, Camaquã, Bagé, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Lajeado e Gravataí, no que se refere à infraestrutura, cursei paralelamente as obras dos dois primeiros, a Especialização.

Nessa ocasião, ocupava o cargo de Assessora de Projetos e Obras (APO) e em convocação do MEC, participei em Brasília, da Comissão de Avaliação das ofertas de contrapartidas das prefeituras municipais, interessadas em receber a implantação de Câmpus. Uma semana de intensas atividades, trabalhamos em grupos distintos ao estado que pertencíamos, fazíamos a avaliação das ofertas e

⁹ Assim era a forma que as autoridades das cidades se referiam a chegada do CEFET.

dávamos pontuação de acordo com os critérios estipulado pelo MEC, servindo de base para o ranking geral. Na Fase II, o governo publicou Edital com regras mínimas para as escolhas, tendo em vista que na Fase I, algumas prefeituras não cumpriram totalmente o acordado.

Na medida em que acumulava trabalho, houve necessidade de ampliar o quadro de pessoal da equipe que desenvolviam atividades, sob minha supervisão, na APO. Com oito servidores e seis estagiários, essa pequena equipe, em um recorde, elaboramos inúmeros projetos¹⁰ para construir escolas nas cidades de Bagé, Camaquã e Venâncio Aires, simultaneamente a continuidade dos dois primeiros Câmpus, ainda em implantação. O crescimento era acelerado, devíamos contemplar obras ou reformas em todos os Câmpus, os já consolidados precisavam de prédios novos para laboratórios, oficinas, biblioteca, auditório etc, cada um demandava de no mínimo uma obra por ano.

Encontrar maneira de agilizar o processo e simplificar o trabalho da pequena equipe, foi decisão emergencial. Por falta de pessoal e a enorme quantidade de obras que o Departamento de Projetos e Obras (DPO) fiscalizava, passamos a utilizar os mesmos projetos para os novos Câmpus, como também, para os já em funcionamento pleno, que solicitassem obra, dando assim identidade do IFSul por todo Estado. Muitas vezes, trabalhei em demasia, não tinha hora para sair do trabalho e nas viagens às obras, onde gerenciava e fiscalizava o andamento de cada uma delas, em diferentes cidades, o cansaço tomava conta. O peculiar nesse trabalho, para mim, estava na verificação do projeto desenvolvido e sua execução, surgindo em uma área totalmente sem infraestrutura municipal e, em sua conclusão, centenas de alunos lá estudando. No que diz respeito à execução dos projetos, por parte de empresas contratadas após a licitação, era fundamental o cuidado da sintonia entre projeto e execução. Todas essas demandas faziam com que deixasse de pensar em seguir meu caminho de qualificação, ou seja, iniciar um mestrado. É notório, nesses anos em que construí os Câmpus do IFSul, um enorme significado em minha realização profissional e pessoal. O entendimento em relação à importância de poder participar deste plano de expansão e oportunizar escola com

¹⁰ Os projetos aqui significam caderno de encargos para compor o processo de licitação, o qual demanda de detalhamentos, ou seja, projetos arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários, elétricos, telefonia e informática, especificações técnicas, planilhas orçamentárias estimativas, cronogramas, de toda a área a ser edificada, para cada um dos câmpus.

educação pública e gratuita para inúmeros estudantes, sempre me levou a não medir esforços e seguir em frente meu trabalho.

Ao concluir as obras e entregá-las para utilização, ver inúmeros alunos pelos ambientes, salas de aula, laboratórios e oficinas e, quem sabe, alguns tivessem a mesma esperança, os mesmos sonhos, os mesmos ideais que direcionaram minha vida, fazia pensar o quanto era gratificante, senti-me sempre feliz, orgulhosa de dever cumprido, de minha contribuição, mesmo que perante o país fosse mínima, de mudar o cenário de suas vidas, com a possibilidade de educação profissional. Na medida em que, os anos foram passando com a inauguração de vários Câmpus, segui por esse estado, fiscalizando as obras, participando de reuniões com construtoras, com a direção de Câmpus, com prefeituras e apropriando-me de conhecimento de regiões, até então desconhecidas. Interessante as diferenças de vida, de cultura, de economia, mas o ponto comum é o entendimento da importância da educação profissional, todas têm a mesma intenção, de que através desse modelo de educação, seus *possíveis eleitores* terão condições de uma vida digna e assim, serem inseridos no mundo do trabalho.

No ano de 2009 recebi um convite, para ministrar palestra sobre minha Trajetória Profissional e o Desenho em Construção Civil, aos alunos do terceiro semestre do curso Desenho em Construção Civil, modalidade PROEJA, do Câmpus Charqueadas. A palestra transcorreu tranquila, a curiosidade, a atenção e artifícios para tornar a aula atrativa foram adequadamente escolhidos e aceitos por parte dos alunos, fizeram muitos questionamentos demonstrando interesse ao proporcionado. Ao final desse ano, tivemos a transformação de CEFET para IFSul, enorme mudança na estrutura organizacional da instituição, sobrevivimos a ser uma Reitoria e seus Câmpus em diversas cidades do estado. Nesse contexto, cheguei ao cargo de diretora da então Diretoria de Projetos e Obras (DPO), uma diretoria sistêmica responsável por toda sistemática de infraestrutura quer da Reitoria, quer dos Câmpus. Embora tenham acontecido todas essas mudanças organizacionais, independentemente da nomenclatura do cargo de confiança por qual passei, o certo é a não diferença de atividades, em todas elas envolvia-me totalmente com o trabalho, como se diz na gíria, *pegava junto* com os demais servidores.

Em 2010, a DPO, passou a oportunizar estágios para alunos dos cursos superiores de Engenharia Civil e Arquitetura, além de permitir experiência

profissional para esses alunos, teríamos de forma limitada¹¹, aumento do número de pessoal no desenvolvimento dos projetos. Cabe aqui relatar a constatação da deficiência desses alunos, igual ou maior em relação aos alunos do curso técnico. A diferença entre eles estava entre os que haviam cursado o curso Técnico de Edificações e os que vinham direto do ensino médio. Estes últimos, no quesito projetos, tinham que aprender noções básicas para após conseguirem ter a visão, imaginação e a seguir desenhar em AutoCad. Já os que haviam cursado o Técnico em Edificações, desenvolviam suas tarefas com maior facilidade. A partir dessa prática, surge mais uma oportunidade - convidada a apresentar palestra sobre Acessibilidade Física nos Câmpus do IFSul, no I Seminário de Ações Inclusivas do IFSul. Dentre tantas, esta me motivou a aceitar por tratar-se não somente do que estava realizando, mas também, por explicar e demonstrar os conhecimentos sobre as normativas e tudo que ainda seria implantado na Reitoria e em seus Câmpus.

No que se refere ao cargo que ocupei durante tantos anos, destaco os trabalhos direcionados à pesquisa, escolha, compra, elaboração de projetos e início de construção da sede efetiva da Reitoria, não diferente em demandas, responsabilidades, decisões, em relação às outras atividades. Ao mesmo tempo, aconteceu a *doação* do Colégio Agrícola Visconde da Graça¹²(CAVG), passando a denominar-se Câmpus Pelotas – Visconde da Graça e ainda o primeiro Câmpus Binacional do país, Santana do Livramento.

Na mesma direção, somos surpreendidos com o anúncio do governo, do lançamento da Fase III da Expansão do Ensino Técnico e, nessa etapa, para o IFSul, chegam mais três Câmpus, e dois Câmpus Avançado. Início de nova labuta pelas cidades designadas a receber a implantação da *escola técnica*¹³ para escolha de área física. Muitas reuniões com prefeitos e secretários, embora entendam ser de enorme importância a chegada de um Câmpus do IFSul, é comum a verificação da tentativa de doação de áreas *refugo* para o município, não proveitosas. Isso requer

¹¹ Este termo utilizado no sentido de que estagiários são alunos e se encontram no processo de aprendizagem. Chegam para ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos, possibilitando um ganho tanto educacional quanto financeiro.

¹² Chamado de CAVG, a escola agrotécnica, pertencia a Universidade Federal de Pelotas. Por ocasião da criação dos Institutos Federais, o governo estabeleceu que o ensino federal de nível médio fosse incluído em sua estrutura.

¹³ Assim era a forma que as autoridades, das cidades onde estava sendo construído um Câmpus, continuavam se referir ao IFSul.

uma ampla análise de tudo, desde a documentação até a analogia em termos topográficos, licença ambiental etc.

Parece que o tempo voa, costumamos dizer quando queremos expressar a rapidez do tempo em nossas vidas, chego ao final do ano 2012, um ano repleto de coisas boas, formatura de minha filha primogênita como médica e a perspectiva que dali a três anos a mais moça também se formaria médica; trinta anos de matrimônio e trinta e dois anos de trabalho no IFSul, com dedicação profissional, uma trajetória profissional consideravelmente ascendente. Relato o quão engrandecedor foi o *cuidar* de uma unidade de infraestrutura aproximada a quarenta mil metros quadrados de área física e, determinado momento, cresce para dez unidades perfazendo uma área física total aproximada a trezentos e trinta mil metros quadrados.

O IFSul criou raízes em outras cidades e está oportunizando educação profissional à população. Diante dessa experiência, penso ser possível ter outro olhar, estudar e pesquisar o que está acontecendo na realidade, isso está em minha memória, quando vêm ao pensamento os momentos vivenciados, de definir que ao sair da gestão, procuraria colocar em prática esta pesquisa, a partir do mestrado.

Ao final do ano de 2012, ocorreu no IFSul eleição para reitor, como se sabe, sempre acontecem mudanças, na DPO não foi diferente. Por decisão do reitor eleito, deixei o cargo de diretora e diante disso, vislumbrei o momento de me preparar para o mestrado, há muito tempo já habitava em mim a vontade de me qualificar. Em meio a transição, já no início de 2013, fiz minha inscrição como aluna especial para o Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do IFSul – Câmpus Pelotas (MPET). Selecionada retomei os estudos, acreditando ser essa prática fundamental para o recomeço de meus estudos. Desse modo, foi passando o ano de 2013, participei do processo seletivo para aluna regular do MPET, preparada com as leituras dos livros indicados, realizei todas as etapas da seleção, sendo aprovada a aluna regular com a pesquisa *Expansão dos Institutos Federais: narrativas de sujeitos do Câmpus Camaquã*.

Somos Quem Podemos Ser
(Engenheiros do Hawaií)

*Um dia me disseram
Que as nuvens não eram de algodão
Um dia me disseram*

*Que os ventos às vezes erram a direção
[...]
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
Um dia me disseram
Quem eram os donos da situação
Sem querer eles me deram
As chaves que abrem esta prisão
E tudo ficou tão claro
[...]
Somos quem podemos ser
Sonhos que podemos ter
[...]*

O rumo que minha vida tomou ao tornar-me servidora pública federal me fez percorrer esta trajetória. Com minha saída da gestão, surgiu oportunidade de produzir conhecimentos sobre o trabalho que vinha desempenhando, já há alguns anos. Também cabe destacar que uma importante motivação para mim foi a reaproximação com a área de educação, adormecida. Em meio a todas as experiências de vida, busco nas narrativas desenvolver esta pesquisa.

Cabe ressaltar que a realização desta pesquisa, poderá contribuir na compreensão de como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo.

A seguir, apresento a metodologia utilizada na investigação elaborada.

2. METODOLOGIA – CENÁRIO DESTA PESQUISA

Pensando a importância de construir, através da escuta do outro, descrição da percepção de sujeitos, atores e usuários do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, tenho como propósito nesta pesquisa focar o Câmpus Camaquã, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, localizado na cidade de Camaquã/RS, câmpus este fruto da expansão dos Institutos Federais.

Esta pesquisa, EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: NARRATIVAS DE SUJEITOS DO CÂMPUS CAMAQUÃ assume assim o objetivo de ampliar a percepção e compreensão de um projeto do governo federal, pela ótica do relato de sujeitos que foram, ou são, partícipes desse processo quanto às mudanças educacionais no município de Camaquã/RS.

2.1 Objetivo geral

Compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo.

2.2 Objetivos específicos

- Conhecer como a criação desse Câmpus, parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, modificou a vida desses sujeitos;
- Compreender qual a percepção desses sujeitos acerca do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional;
- Compreender qual a percepção desses sujeitos sobre esse novo Câmpus.

Para tanto, realizei uma pesquisa qualitativa (BÓGDAN; BIKLEN, 1994), com base nas narrativas de gestores, professor, discente, e representantes da comunidade municipal.

Segundo Josso (2010, p. 36-37),

[...] escutar as narrativas e o trabalho cointerpretativo sobre os processos de formação exigem capacidade de compreensão e de uso de referenciais de interpretação. [...] A recordação-referência significa, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta ou visível, que apela para nossas percepções ou para as imagens sociais, e uma dimensão invisível, que apela para emoções, sentimentos, sentidos ou valores. [...]

Com a intenção de atingir este caminho, utilizei estratégias de investigação, tais como entrevistas semiestruturadas, levantamentos e análise de legislação e de material bibliográfico.

Escolhi este tema de pesquisa, por ser para mim, um tema impregnado de minha vida profissional, já que trabalhei no projeto e obra deste Câmpus, e, também, pelo fato do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional estar sendo desenvolvido há quase uma década, fato que me leva a uma constante indagação, saber se as estratégias utilizadas colaboram para a sua efetivação.

Neste sentido, Ludke; André (1986, p. 3) nos levam a refletir acerca da pesquisa,

[...] como atividade humana e social, a pesquisa traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador. Claro está que o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época. Assim sua visão do mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo irão influenciar a maneira como ele propõe suas pesquisas ou, em outras palavras, os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa.

Com vistas a compreender o processo de Expansão da Educação Profissional, através da percepção de sujeitos envolvidos, escolhi trabalhar com a pesquisa qualitativa para melhor perceber a relevância do ocorrido na região, acreditando ser importante se ter, não só o olhar de quem atuou efetivamente na expansão da educação profissional, mas também dos usuários, principais sujeitos do processo. Além disso, esta pesquisa objetiva também dar voz aos segmentos, gestores, professor, discente, e representantes da comunidade do entorno ao Câmpus, envolvidos, quer sejam representante da esfera municipal, quer gestão da

instituição, pois foram decisivos na questão de enfrentar o desafio de um programa de tal dimensão.

Nesse contexto, para Josso (2010, p. 49),

As narrativas de formação permitem distinguir: experiências coletivamente partilhadas em nossas convivências socioculturais e experiências individuais; experiências únicas e experiências em série. [...] comporta sempre as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais. A experiência constitui um referencial que nos ajuda a avaliar uma situação, uma atividade, um acontecimento novo.

Entretanto, este programa de expansão, mostra em uma simples análise, conforme dados numéricos constantes no site da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional¹⁴, que até o ano de 2002 existiam em todo o país cento e quarenta escolas técnicas; entre os anos de 2003 e 2010, de acordo com o previsto na expansão, foram entregues à população duzentas e catorze unidades; à época do início da pesquisa, contabilizavam trezentos e cinquenta e quatro unidades com oferta de mais de quatrocentas mil vagas e a previsão até o final de 2014 serem entregues à população mais duzentas e oito unidades gerando, a pleno funcionamento, mais de seiscentas mil vagas.

Embora, numericamente o impacto educacional e social do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, parece ser relevante, pretendo identificar o que as pessoas inseridas nesse contexto percebem, buscando compreender o que ocorreu nessa região, se este ensino tecnológico parece estar levando ao crescimento educacional, cultural e social.

No entanto, a clareza de que não encontrarei todas as respostas e soluções para avaliar o programa estão evidentes em meu pensamento. A importância está em construir um trabalho que contribua com o diagnóstico deste cenário, como está sendo para a população, o que poderá ser melhorado, o que não está funcionando e até mesmo o que se pode esperar em um futuro próximo, acerca desta secular relação educação e trabalho.

No que diz respeito a existência de várias possibilidades de pesquisas, observa-se que as mesmas precedem de uma multiplicidade de escolhas e identificação de possibilidades, ligadas diretamente ao tipo de contexto. Uma

¹⁴ http://institutofederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2

investigação, fundamentada em entrevistas semiestruturada pode mostrar a contribuição da instituição na vida dos sujeitos da pesquisa, ligando-se ao contexto da prática das políticas. Mainardes (2006, p. 47) em seu artigo “*Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*”, contribui no entendimento:

[...] o contexto de influência pode ser investigados pela pesquisa bibliográfica, entrevista com formuladores de políticas e com demais profissionais [...]. A análise do contexto da produção de texto pode envolver a análise de textos e documentos, entrevistas com autores de textos de políticas [...]. O contexto da prática envolve uma inserção nas instituições e em espaços onde a política é desenvolvida por meio de observações.

As autoras Ludke; André (1986, p. 9), fornecem subsídios para o preparo de um trabalho que envolva especificamente a educação, ao descreverem,

[...] sua natureza específica, requerem técnicas de estudo também especialmente adequadas. Em lugar dos questionários aplicados a grandes amostras, ou dos coeficientes de correlação, típicos de análises experimentais, são utilizadas mais frequentemente neste novo tipo de estudo a observação participante, que cola o pesquisador à realidade estudada; a entrevista, que permite um maior aprofundamento das informações obtidas; e a análise documental, que complementa os dados obtidos através da observação e da entrevista e que aponta novos aspectos da realidade pesquisada. De qualquer maneira, utilizando técnicas mais tradicionais ou mais recentes, o rigor do trabalho científico deve continuar a ser o mesmo. [...]

Ao iniciar a pesquisa, revisei a bibliografia, de modo a construir uma teoria de sustentação. Após, estudei as legislações pertinentes ao ensino tecnológico, bem como, todo suporte normativo que legitima a tecnologia na educação como: leis, regimentos, instruções normativas, editais, convênios e outros termos de cooperação ou dispositivos legais firmados entre MEC, IFs e Prefeituras Municipais.

Nessa direção, inicialmente propus efetuar nove entrevistas, para atender as diretrizes inicialmente traçadas. No entanto, dos nove convidados a participar, dois não puderam por motivos pessoais. Assim, realizar sete entrevistas semiestruturadas foi a possibilidade à época da pesquisa. Diante disso, as entrevistas foram efetuadas com sujeitos elencados como segue: dois gestores do Câmpus e um gestor do Município; um aluno; um professor e dois moradores do

entorno. A sequência aos estudos e análises da pesquisa, teve base as questões constantes no Apêndice A, B, C, D e E.

Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas serviram como fundamentação da descrição das narrativas dos sujeitos da pesquisa. A escolha da entrevista semiestruturada admite que o contato do entrevistado e entrevistador se desenrole a partir de um traçado básico, sem rigidez e ainda, com a possibilidade de adaptações por parte do entrevistador, se necessário.

Neste contexto, a busca do relato destes entrevistados, com a intenção de produzir conhecimento acerca da compreensão de suas experiências de vida, além de permitir uma melhor concepção do que aconteceu, podem contribuir para a história do Câmpus Camaquã. Para tanto, com a finalidade de preservar a identidade dos entrevistados, assim os identifico na pesquisa: G1 e G2 – Gestores Institucional; G3 – Gestor Municipal; P4 – Professor; A5 – Aluno; M6 e M7 – Moradores do entorno.

Ao que se refere à metodologia adotada para análise das entrevistas, aproprie-me do método de Análise Textual Discursiva, Moraes; Galiazzi (2011, p.7), que *[...] corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos.*

A partir desse enunciado, cabe relatar que a Análise Textual Discursiva - ATD é focada em quatro ações, das quais: desmontagem dos textos trabalhada a partir de conjunto de textos em que o investigador dá sentido e significados; estabelecimento de relações, onde é desenvolvido a categorização entre relações das unidades de base, classificando-as e formando novos elementos e que resultando as categorias; e, por fim, captação do novo emergente, é a compreensão renovada do todo, originando o metatexto em que é explicitado a nova versão. A quarta ação trata do processo de auto-organização, ou seja, a compreensão do pesquisador, gerando resultados não previstos.

Torna-se claro, a importância de considerar os valores do entrevistado, ter respeito por sua cultura, bem como possuir habilidade de escutar e estimular o curso natural de fala do entrevistado, *[...] as boas entrevistas produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplo* Bógdan; Biklen, (1994, p.136).

Cabe salientar, que os critérios adotados foram pensados de modo que os entrevistados conseguissem narrar sua experiência, vida e formação, dentro da realidade de cada segmento. Para tanto, nas escolhas, além dos gestores, busquei os requisitos, especificamente, um professor do quadro do Câmpus desde o início de funcionamento, natural do município e morador da cidade; um aluno de turmas do último ano, ou seja, o quarto ano, natural da cidade de Camaquã e que nela residisse. Porém, em virtude de greve durante o andamento da pesquisa, no período destinado para a realização das entrevistas, surgiu apenas a possibilidade de entrevistar o aluno já formado, morador da cidade, natural de outro município e cursando Engenharia Elétrica no Câmpus Pelotas do IFSul. Além disso, dois moradores dos quarteirões adjacentes ao Câmpus, que lá residissem antes do ano de 2008, ocasião do início das obras de construção do Câmpus.

A partir do perfil criado, oficializado o convite e aceito pelos sujeitos, passei a efetuar as entrevistas semiestruturadas, como instrumento básico para coleta de dados.

Com o intuito de aprimorar a tarefa das entrevistas, busquei ampliar entendimento nas autoras Gatti; André (2011, p. 29),

As questões postas pelos pesquisadores ao pensar estudos desta natureza dizem respeito a se é possível o conhecimento sobre o humano-social, o humano-educacional, sem um mergulho em interações situacionais nas quais os sentidos são produzidos e procurados, e os significados são construídos. Assume-se, nesta perspectiva, que destes sentidos e significados é que se alimenta nosso conhecer e são eles que traduzem as mudanças dinâmicas no campo social, no campo educacional, cuja compreensão pode trazer uma aproximação do real mais condizente com as formas humanas de representar, pensar, agir, situar-se etc.

É relevante mencionar que, a metodologia foi aplicada somente entre os que estivessem efetivamente dispostos a participar do estudo. Observa-se que a pré-análise das turmas existentes para relacionar os professores e alunos para participar da entrevista, se deu não como limitação, mas como critério. Ludke; André (1986, p. 35) referem-se a isso dizendo,

Há uma série de exigências e de cuidados requeridos por qualquer tipo de entrevista. [...], um respeito muito grande pelo entrevistado. Esse respeito envolve desde o local e horário marcados e cumpridos de acordo com sua conveniência até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante, se for o caso. Igualmente

respeitado deve ser o universo próprio de quem fornece as informações, as opiniões, as impressões, enfim, o material em que a pesquisa está interessada.

Na mesma direção, referindo-me a escolha, nesta pesquisa, de estudar o Câmpus Camaquã, justifico na relação e no conhecimento que tenho quanto a sua implantação, a partir de minha experiência profissional impregnada de sua construção. Efetivamente meu olhar tem outra ótica, portanto, me instiga à tendência de querer compreender o processo e ter a visão dos indivíduos beneficiados, bem como a comunidade do entorno. Entendo ser um importante meio de registro da história desenvolvida na existência deste Câmpus.

Segundo Josso (2010, p. 47-48),

Falar das próprias experiências formadoras é, pois, de certa maneira, contar a si mesmo a própria história, as suas qualidades pessoais, socioculturais, o valor que se atribui ao que é “vivido” na continuidade temporal do nosso ser psicossomático. [...] algumas vivências têm uma intensidade particular que se impõe à nossa consciência e delas extrairemos as informações úteis às nossas transações conosco próprios e/ou com o nosso ambiente humano.

Neste sentido, percebo ao exercitar esta tarefa, o entendimento e reflexão de experiências menos ou mais expressivas no processo da pesquisa. Ao narrá-las, um novo significado é compreendido.

De acordo com Bogdan; Biklen (1994, p. 85), encontro explicação de minha escolha:

Para o principiante, no entanto, a escolha de um tema de investigação é mais inquietante. A agenda de um investigador desenvolve-se a partir de várias fontes. Frequentemente, a própria biografia pessoal influencia, de forma decisiva, a orientação de um trabalho. Certos pormenores, ambientes ou pessoas tornam-se objectos aliciantes porque intervieram, de forma decisiva na vida do investigador.

Diante disso, penso que a pesquisa qualitativa, possibilita um amplo e enriquecedor conhecimento, uma melhor compreensão do papel do Câmpus perante suas relações no âmbito educacional, político, social, cultural e econômico.

Por ocasião das entrevistas semiestruturadas, a cada uma delas, transcrevi fielmente a fala desses sujeitos. Ao realizar as transcrições, houve o movimento de ouvir atentamente, tantas vezes necessário, permitindo a percepção de algumas

características de cada um e ao mesmo tempo, as semelhanças de alguns entrevistados.

A seguir, desconstrução de todos os discursos, um a um. Desmontar os textos propiciou o processo de unitarização (MORAES; GALIAZZI, 2011, p.18), em que houve a ação de impregnar-me dos textos e minuciosamente fragmentá-los, interpretá-los e criar, a partir de então, novos enunciados.

À medida que aprofundei as leituras, surgiram novos enunciados, repletos de significação, explorados das entrevistas e, assim, com essa diversidade, criei as categorizações. A partir desse rigoroso movimento de síntese foi possível atingir novas compreensões dentro do processo de análise.

Sob a ótica de Moraes e Galiazzi (2011, p. 22),

Uma análise rigorosa supõe sempre uma leitura cuidadosa, aprofundada e pormenorizada dos materiais do “corpus”, garantindo-se no mesmo movimento a separação e o isolamento de cada fração significativa. Este trabalho pode ser entendido como levar o sistema limite dos caos. A desordem é condição para a formação de novas ordens. Novas compreensões dos fenômenos investigados são possibilitadas por uma desorganização dos materiais de análise, permitindo ao mesmo tempo uma impregnação intensa com os fenômenos investigados.

O primeiro processo da análise textual - ATD originou um desmembramento de unidades de significados, já o segundo processo, de forma contrária, estabelece semelhanças entre elas, reunindo-as para possibilitar nova construção.

Dessa forma resultam, do processo analítico, os metatextos, entendido como o movimento de constante construção e reconstrução e, não como um mero conhecimento já constituído, representa sim a concretização de novas aprendizagens e expressões.

A respeito disso, Moraes e Galiazzi (2011, p. 34), relatam,

A produção textual mais do que simplesmente um exercício de expor algo já perfeitamente dominado e compreendido, é uma oportunidade de aprender. É um processo vivo, um movimento de aprendizagem aprofundada sobre os fenômenos investigados. Combina duas faces de um mesmo movimento, o aprender e o comunicar.

Em sequência, dando continuidade ao processo, estabeleci as relações entre as categorizações, em um trabalho extremamente contínuo de combinar e classificar as unidades de base possibilitou-me formar conjuntos com elementos próximos de

aspectos, discutidos e impregnados nos discursos pessoais associado aos sociais para melhor compreender sua transformação e, ao mesmo tempo, confrontado com autores já estudados durante toda pesquisa.

Há de se destacar, Moraes e Galiazzi (2011, p. 10), quando explicitam,

Em todos esses aspectos enfatiza-se o necessário envolvimento intenso e rigoroso do pesquisador no processo de análise e de reconstrução. Precisa assumir-se intérprete e autor, processo em que os resultados expressos representam modos de intervenção nos discursos sociais investigados.

Diante dessa emaranhada atividade, após o processo de unitarização, categoria inicial, intermediária e final, elaborei as análises, fundamentadas nos entendimentos oriundos das leituras, documentos, entrevistas, enfim, de tudo que permitiu e auxiliou-me a construir um entendimento claro do que vem ocorrendo no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Apresento, a seguir, o Capítulo 3, o Estado da Arte ou do Conhecimento, abordando uma sucinta apresentação de pesquisas já elaboradas e os achados, por pesquisadores dessa área.

3. EXPANSÃO: DIFUSÃO DOS CENÁRIOS INSTITUTOS FEDERAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Diversos autores explicam a definição do “Estado da Arte ou Estado do Conhecimento” de diferentes modos, mas todos levam ao entendimento que favorece a uma leitura da realidade que está sendo pesquisada e uma aprendizagem da escrita para desenvolver o caminho a que se investiga.

Morosini e Fernandes (2014, p. 155) referem-se a esse conceito dizendo,

Estado do conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Ao me apropriar das pesquisas para compor o capítulo “*Estado da Arte ou Estado do Conhecimento*”, busquei auxílio no acervo publicados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, a partir do ano de 2011, com o intuito de relacionar e examinar as produções acadêmicas sobre o tema aqui investigado, em diferentes domínios do conhecimento, acerca dos aspectos e dimensões já evidenciadas e distinguidas em diferentes ocasiões e locais, além de buscar compreender a forma e circunstâncias em que as pesquisas foram realizadas.

Neste sentido, para entender a significação, dentro da área do conhecimento em relação aos títulos “Expansão dos Institutos Federais e Expansão da Educação Profissional”, investiguei trabalhos desenvolvidos com esse tema, explorando as fontes, para ter a clareza das produções acadêmicas já criadas e, dessa forma, compor assim este capítulo.

Como elos de uma cadeia de informações da esfera acadêmica, na leitura e entendimento dos textos, suscitei respostas a minha melhor compreensão e investigação da diversidade quer da Expansão dos Institutos Federais, quer da Expansão da Educação Profissional.

Entretanto, penso que ao me apropriar de trabalhos já realizados e validados, tive acesso a leituras, as quais contribuíram para me afastar do envolvimento com minha vivência direta, na expansão do Instituto Federal Sul-rio-grandense. No decorrer deste estudo, analisei e avaliei nove trabalhos que colaboraram no

enriquecimento da investigação, sendo que dos nove trabalhos, foram selecionados cinco por se relacionarem diretamente com a Expansão dos Institutos Federais.

A seguir, sistematizados por ordem anual e modalidade, através do quadro abaixo, demonstrarei os refinamentos estudados nos momentos de pesquisa e leitura, os quais dirigiram a reflexões relacionadas a esta investigação. Penso que sem estas leituras não obteria uma visão afastada da minha experiência de vida, ou seja, não poderia ver de outra maneira.

Quadro 1 – Expansão dos Institutos Federais – Refinamento: Área Educação

ITEM	TÍTULO	MODALIDADE ANO	AUTOR	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
R 1 ¹⁵	DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITÓRIO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.	Dissertação de Mestrado / 2011	RAMOS, Viviane Silva.	UFRRJ
R 2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E INTERIORIZAÇÃO: O CASO DE VOLTA REDONDA COMO EXPRESSÃO DO NACIONAL.	Dissertação de Mestrado / 2011	COSTA, Aline Moraes da.	UERJ
R 3	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM ESTUDO DA CONCEPÇÃO POLÍTICA.	Dissertação de Mestrado / 2012	LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de.	UNB
R 4	EVASÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: UM ESTUDO DE CASO NO CÂMPUS PASSO FUNDO.	Dissertação de Mestrado / 2012	JOHANN, Cristiane Cabral.	UPF
R 5	POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS.	Tese de Doutorado / 2012	COSTA, Maria Adélia da Costa.	UFU

Fonte: A autora.

A partir das dissertações e teses selecionadas, demonstradas no Quadro 1, passo a descrever uma síntese das mesmas, bem como uma breve análise, as quais, entendi serem pertinentes e ajudarem a ampliar o conhecimento desta abordagem.

3.1 A análise e a escrita dos autores

¹⁵ A simbologia “R1” no quadro significa: “R” identificação de “refinamento”; o número “1” sequência das pesquisas analisadas e avaliadas, por modalidade e ano de elaboração.

- R 1

Nesta dissertação, a autora Ramos (2011) abordou estudos originados a partir da Lei Nº 11.892, criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constatando através de sua percepção que essas instituições têm atribuições ousadas e são provocadas a um desafio. Sua intenção foi avaliar o papel dos Institutos Federais, considerando suas características, finalidade e objetivos traçados na referida Lei deste novo modelo institucional.

Nesse sentido, a pesquisa discorreu sobre a verificação das atividades educativas realizadas no Câmpus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, se estão em conformidade com o que essa lei enaltece. Para tanto, foi utilizada a abordagem qualitativa, com caráter exploratório, através de pesquisa bibliográfica e do estudo de caso. Os estudos mostram o traçado histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil, e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como se deu a constituição dos Institutos Federais além de a criação do Câmpus Sertão.

Para a pesquisadora, em suas considerações finais, diz que os IF's devem realizar a promoção das novas e desafiadoras atribuições; a estrutura gestora dos IF's precisa ser consciente que esse padrão institucional demanda ousadia e coragem para inovar; a conversa constante com os arranjos produtivos locais e o atendimento às demandas da sociedade deverá se dar no domínio de seu território de inserção; as orientações e o papel dos IF's não devem ser limitados às pessoas que estão na gestão da instituição, precisa ser compartilhada com os servidores, com os alunos dos diversos níveis de formação e, também, com a comunidade regional; a consolidação e o sucesso, dessa nova institucionalidade, estarão na dependência direta do envolvimento e da participação dos atores deste processo, sejam eles internos ou externos à instituição.

A autora avaliou o subsídio para o atendimento dos escopos desse modelo institucional e qual direção o Câmpus precisará tomar para exercer sua função educativa e social. A respeito da educação ofertada, precisa aumentar as vagas para os cursos de formação inicial e continuada dos trabalhadores, inclusive para o ensino técnico nas diversas modalidades, abrangendo educação de jovens e adultos. A constatação da necessidade de fortalecer e consolidar os cursos

superiores, tornando-os referência na qualidade da formação dos futuros profissionais, também foi verificado pela investigadora. Além disso, os cursos de licenciatura precisam disponibilizar mais vagas e, a implantação de cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, torna-se necessária para expandir o processo de verticalização do ensino, oferecendo dessa maneira, aos egressos do ensino superior, atualização, aperfeiçoamento e especialização. Igualmente, precisa ministrar cursos na modalidade de educação a distância.

- **R 2**

Os elementos centrais do trabalho da autora Costa (2011) tiveram por objetivo estudar a instituição da Rede Federal de Ensino Profissional Tecnológica e a criação dos Institutos Federais.

Ao abordar o tema, a autora procurou avaliar o fenômeno de ressignificação da história de dualidade da estrutura da educação nacional, especificamente no que tange a educação profissional e a educação básica, desde o surgimento de instituições específicas para a preparação de trabalhadores de determinadas profissões, como nos mostra a história educacional do século XIX.

Entretanto, ao longo do trabalho, a busca da compreensão e possibilidades de superação ou de minimização da dualidade estrutural que permeia os duzentos anos de história da educação profissional brasileira foi constante. O recorte do trabalho esteve centrado em uma educação profissional, não aquela do viés ainda assistencialista para os “pobres e desvalidos da sorte”, como também, aos que necessitam de formação estrita para o mercado de trabalho e que tem como alunado principal filhos de operários, mas sim, para a população de todas as camadas sociais, que necessitam imediata inserção na vida produtiva para a geração de renda e o sustento de suas necessidades básicas e de sua família.

Por fim, a autora compreendeu que os Institutos Federais foram criados, numa tentativa de carregar consigo a excelência socialmente reconhecida dos centros tecnológicos e, assim, iniciarem sua trajetória já como instituições públicas permeadas por uma qualidade histórica, mesmo com as mudanças sofridas em seu escopo legal, administrativo, funcional e formativo. Mudanças que vão constituindo,

também, as modificações advindas do processo de interiorização das novas unidades de ensino pelo país.

- **R 3**

A dissertação da autora Lima (2012), avaliou a formação docente, pela ótica das políticas públicas, nos Institutos Federais, que dentre uma de suas funções forma professores. Para tanto, realizou uma apreciação das proposições políticas para a formação docente nessas instituições, tendo em vista, a obrigatoriedade na Lei Nº 11.892, ou seja, oferecer vinte por cento das suas vagas para cursos de formação de professores.

Ao tratar sobre metodologia da pesquisa, a autora anuncia que utilizou como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada, por entender que parte de alguns questionamentos básicos são apoiados em teorias e hipóteses oferecendo amplo campo de novas interrogativas, novas hipóteses e flexibilidade. Diante disso, optou pela Análise de Discurso, uma vez que, o objeto da pesquisa trata de pressupostos e concepções trazidas por expressões verbais escritas e orais. Assim, foi possível se aproximar das legislações, documentos oficiais, e das entrevistas para identificar os pressupostos políticos que permeiam a consolidação dos Institutos Federais como formadores de professores.

A pesquisadora concluiu o trabalho entendendo a consolidação dos IFs como promotor de formação de professores. Partindo da ideia de que o perfil ideológico do professor precisa ser reformado, ser mais objetivo e, direcionado ao intelectual tradicional trabalhando para manter a ordem do sistema capitalista atual.

- **R 4**

A dissertação da autora Johann (2012) trata de pesquisa de natureza bibliográfica, documental e de estatística, sobre o tema a Evasão Escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: Um estudo de caso do Câmpus Passo Fundo.

Ao percorrer a leitura, verifiquei a intenção da autora em discorrer sua escrita através de reflexão sobre os rumos da educação profissional; de relatar a Expansão da rede federal de educação e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apontando sua criação por meio do estudo da Lei 11.892/2008; de

descrever os principais eventos e políticas que influenciaram, ao longo de mais de cem anos, a história de educação profissional.

Nessa perspectiva, percebemos nas palavras do trabalho da autora, crença de que os compromissos e responsabilidades devem ser assumidos coletivamente, uma vez que, sozinho ninguém conseguirá mudar o quadro educacional atual. É evidente a importância de se retomar a concepção de que cada um precisa realizar sua parte de forma integrada, para que o todo tenha sucesso.

Na mesma direção, referindo-se às causas surgidas como evasão escolar, primeiramente como indicador, estava a incompatibilidade dos estudos com o trabalho. Sua percepção de que a maioria dos alunos, do sexo masculino, trabalhando na época da evasão, levou a autora entender como um indicador de que esses alunos tiveram que abandonar seus estudos em função do trabalho. Em sequência, a necessidade premente de salário-renda pareceu impedir os alunos de concluir seus estudos e obterem uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Com esse diagnóstico, de modo geral, os resultados apontaram na direção de que as contradições e os conflitos existentes no processo de evasão são múltiplos, desde as dificuldades do próprio aluno até as de caráter mais institucional, passando por cobranças de implementação de políticas públicas voltadas para a questão da evasão escolar.

- **R 5**

O trabalho de Costa (2012) objetivou a investigação das políticas de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica.

Para a pesquisadora, refletir sobre essas políticas, torna-se um desafio em nosso dia a dia, por sermos um modelo de sociedade regulada pela lógica capitalista e neoliberal. Sua justificativa tem como base a história da educação, a qual é feita e refeita por nós, atores e autores da história, quer direta ou indiretamente, tendo em vista a inexistência de políticas de formação de professores para a EPT¹⁶. Essa constatação serviu de embasamento para sua tese norteando a pesquisa.

¹⁶ Educação Profissional Tecnológica.

Nesse contexto, a autora desenvolveu seus estudos através de análises documentais e levantamentos bibliográficos, permitindo sua percepção de que, ao longo da história da Educação Profissional e Tecnológica e até os dias de hoje, as políticas para essa área, não se consolidaram como políticas de Estado. Indo além, analisou os programas de governo, com olhar facilitador e regulamentador ao acesso de profissionais (não professores) às salas de aula dos cursos técnicos de nível médio.

Enquanto a pesquisadora abordou esse tema, se verificou os dados apresentados e se observa um acréscimo no indicador da titulação dos docentes de 2001 para 2010. Percentualmente, o maior aumento se dá em relação ao título de doutorado, em seguida do mestrado e da categoria “Até Especialização”¹⁷.

Afora o descrito, a investigadora estruturou a pesquisa em quatro capítulos. Partiu da compreensão de que o trabalho e a educação são classes inseparáveis à formação do trabalhador, fazendo uma incursão na história das políticas de formação docente para a educação profissional e tecnológica, no sentido de concebê-la como um instrumento de ruptura dessa subordinação histórica.

Após, intensificou as ponderações sobre os impactos das políticas neoliberais na educação, sobretudo no ensino superior, dirigindo ao esclarecimento e os vieses mercadológicos que conduziram tais políticas. A análise da expansão do ensino superior na rede privada em contraposição com a rede pública¹⁸ de ensino, também foi abordada.

A seguir, problematizou a expansão que se faz por meio da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), buscando apreender os sentidos dessas instituições.

A partir deste momento, como fio condutor, realizou a discussão sobre a “*competência*”¹⁹ dos institutos em formar professores à educação profissional e tecnológica na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Dessa forma, considerou a reflexão dos planos de desenvolvimento institucional (PDI) e os Projetos Político Pedagógico (PPP) de cinco IFs localizados um em cada região brasileira.

¹⁷ Grifo da autora Maria Adélia da Costa.

¹⁸ Considera-se rede pública quando a instituição está sob a responsabilidade da esfera federal, estadual ou municipal.

¹⁹ Grifo da autora Maria Adélia da Costa.

Por fim, em suas considerações finais, apresentou a comprovação de sua tese, de que não existem políticas de formação de professores para a EPT, sobretudo na RFEPCT.

3.2 A contribuição do capítulo estado da arte no cenário de minha pesquisa

A partir das leituras de todas as dissertações e tese pesquisadas, pude constatar que em todos os trabalhos existe, no mínimo, um elo com minha pesquisa. Haja vista, as contribuições positivas, mostram que o caminho por mim escolhido possui alguns resultados que ajudam a demonstrar a história dessas instituições e suas evoluções no âmbito educacional, científico, cultural, econômico e social, trazendo dessa maneira, reforços para a temática abordada.

Ao rever as diretrizes abarcadas pelos cinco autores, mencionados no Quadro 1, propositadamente escolhidos entre os nove itens do refinamento intitulado “Expansão dos Institutos Federais”, percebi um caminho a ser muito explorado, a existência de amplas possibilidades de pesquisas. Considerei relevante esse quantitativo, mais de 55% estarem focando na expansão dos institutos.

Ao mesmo tempo, o número pequeno de nove ocorrências de pesquisas do tipo Estado da Arte ou Estado do Conhecimento, mostram que o tema de estudo sobre a expansão dos Institutos Federais é ainda insuficientemente estudado, já que se trata de uma política atual.

Na mesma direção, referindo a comparação desses trabalhos com o desenvolvimento de minha pesquisa, constatei, no entrelaçamento das discussões, que está presente o breve e sucinto relato da História da Educação Profissional. O panorama, embasado em diversos autores, do entendimento por Educação e Trabalho no Brasil; o estudo de Leis, Decretos e Pareceres; como se deu a criação dos Institutos Federais; a característica do Câmpus escolhido dentre tantos, que compõem cada Instituto Federal, como estudo de caso específico e de alguma forma está impregnado a história de vida do autor da dissertação e/ou tese.

Nesse contexto, de mudanças estruturais no mundo da produção, a educação profissional, entendida como meio para a formação de trabalhadores, se encontra em constante transformação e expansão, bem como, discutida por especialistas em diversos países. Desde a primeira aparição no Brasil da educação profissional, no

século XIX, até os dias de hoje, vem sendo delineada a partir de políticas públicas e por mudanças da própria sociedade e do mundo do trabalho. Podemos considerar esses fatores determinantes para o modelo de educação a ser adotado para o trabalhador.

Na medida em que, passamos a ter a contribuição de vários autores, com publicações selecionadas pelos pesquisadores, abrem-se possibilidades. Permite vislumbrar com maior amplitude e entendimento a forma de analisar o desenvolvimento da construção de determinada pesquisa.

Além disso, os diálogos com as pesquisas realizadas e as escritas abordadas se mostram presentes em todas as dissertações e tese, o que sobrevém, a necessidade de uma contextualização do espaço do objeto do estudo, ou seja, a Expansão dos Institutos Federais.

Diante desses trabalhos analisados, deixa-nos transparecer que a construção de uma determinada pesquisa, possibilita dar voz e vez aos educadores, aos profissionais de ensino, aos sujeitos atores ou autor da pesquisa, justificando a investigação sobre a profissionalização, além de possibilitar o olhar da formação e da vida dos envolvidos na referida pesquisa.

Torna-se claro que as histórias de vida estão ligadas diretamente à maneira que projetamos algumas situações vividas. Ao contarmos o que está por trás de tudo e, ao transcrevê-las e interpretá-las abrimos novos caminhos e quem sabe, novas possibilidades de pesquisa.

Assim, a seguir, apresento no Capítulo 4 abordagens de autores que pesquisam o tema da Educação Profissional, Trabalho e, ao mesmo tempo, um relato demonstrando o cenário até que se chegue à Instituto Federal Sul-rio-grandense.

4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O CENÁRIO DA EXPANSÃO

Este capítulo assume como objetivo realizar breves incursões nas relações existentes entre a educação e o trabalho, além de buscar situar historicamente a criação dos Institutos Federais.

Tais referenciais são importantes porque são eles que funcionam como as teorias necessárias para a compreensão do contexto das narrativas, já que a realidade sem teoria é incapaz de gerar conhecimentos. Assim, as relações entre educação e trabalho, numa sociedade capitalista, são a chave compreensiva para a política pública aqui analisada, ainda que as vozes, narrativas e percepções de sujeitos sejam a escolha principal desta investigação.

4.1 Educação e Trabalho

Historicamente, percebe-se que no Brasil a educação está condicionada ao trabalho nas classes de baixa renda. Perante a sociedade capitalista, o fator relevante é preparar o cidadão, especificamente a classe operária, para desenvolver habilidades e absorver conteúdos teóricos, os quais possam representar um crescimento econômico aos cidadãos que compõem a classe culta.

É notório, há muitas décadas, os trabalhadores operarem suas atividades de maneira repetitiva, sem conhecimento ligado diretamente a suas atividades. Muitas vezes não conseguem ascender na profissão por não terem chance de estudos técnicos, que possibilitem sua profissionalização, de modo a escolher uma profissão que possa tirá-los do trabalho braçal e até mesmo, desenvolver o seu intelecto.

Vê-se um mundo em que a classe operária não consegue manter seus filhos na escola. Muitos têm que trabalhar e contribuir no orçamento da família, deixando de lado os estudos. Por outro lado, os filhos da classe culta dedicam-se aos estudos, se especializam, tornam-se pessoas detentoras de saber, mas não necessariamente do conhecimento, pois este se dá ao longo do percurso profissional, pelas habilidades que vão sendo exploradas e, conseqüentemente, fortalecem seu desenvolvimento.

De modo geral, entre a relação educação e trabalho há divergências de entendimento. No artigo *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias* Saviani (1994, p. 1) relata que o conjunto da sociedade situa a educação no âmbito do não trabalho, onde dá origem ao caráter não produtivo entendido como um bem de consumo, ao manifestar, [...] *na atualidade educação tende a coincidir com escola [...], além disso revela uma estreita ligação entre educação (escola) e trabalho.*

Nesse sentido, Saviani (1994, p.1), diz

[...] os educadores têm oscilado ao considerar a educação apenas em termos gerais, com ou sem referência à formação vocacional e profissional, ou propondo um sistema dualista com a formação geral desvinculada da formação profissional ou, ainda, concebendo uma escola única que pretenderia articular educação geral e formação profissional.

Ao discorrer brevemente sobre a história da Educação Profissional no Brasil, tema da seção 4.2 deste capítulo, *Origem dos Institutos Federais*, se percebe a difícil tarefa, desde o século XIX, de modificar essa situação. Nesse contexto, desde o descobrimento de nosso país são elaborados planos e projetos de leis, visando mudanças na educação, muitos sem sucesso, mas com intencionalidade de um ensino para os oriundos das classes sociais historicamente favorecidas.

Entretanto, relativamente a estudos sobre esse tema, Del Pino (2002, p. 77) entende que,

A formação profissional tem sido vista como uma resposta estratégica, mas polêmica, aos problemas postos pela globalização econômica, pela busca da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e pelo desemprego estrutural. Vários estudos afirmam que a inserção e o ajuste dos países dependentes ao processo de globalização e de reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação.

Ao longo da história até o quadro atual nos parece não ter havido alterações significativas e, com o intuito de provocar uma mudança real, de identificar o envolvimento entre trabalho e educação, como também, no sentido de crescimento humano da vida pessoal, escolar, familiar, profissional e social, o governo federal em suas políticas públicas, nas últimas décadas, definiu como uma de suas prioridades

a ampliação da oferta de educação profissional²⁰ para pessoas de qualquer idade, crença, etnia ou classe social, através do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional.

Nessa direção, Frigotto (2012, p. 26) manifesta que:

Aprofundar as formas que vão assumindo as relações de trabalho historicamente, examinando a natureza das contradições que emergem destas relações, entendemos seja este o caminho de repensar a relação trabalho e educação. [...] trata-se de pensar a especificidade da escola não a partir dela, mas das determinações fundamentais: as relações sociais de trabalho, as relações sociais de produção. [...] principalmente, de compreender que a produção do conhecimento, a formação da consciência crítica tem sua gênese nessas relações.

Contudo, temos que ter a concepção de que ao debatermos as questões de trabalho e educação, produção de conhecimento e formação, devemos ter o cuidado de não deixar acontecer generalizações, como por exemplo, ser verdadeiro o que vem das classes populares, ou ainda, o de negar que a classe trabalhadora possua saber e conhecimento.

Com o Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, criado pelo governo federal, teve-se um relevante impulso no ensino profissional, o qual está diretamente relacionado à educação e ao trabalho. Esse programa está contido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no que se refere à oferta de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na seção denominada *Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio* consolida juridicamente o PDE.

A expansão da oferta pública de educação profissional potencializa o desenvolvimento e oportuniza aos cidadãos sua inserção no mundo do trabalho. Todavia, percebe-se que a articulação do trabalho educativo com o interesse dos trabalhadores não é uma tarefa fácil. Para atender a classe trabalhadora torna-se necessário o conhecimento dirigido ao mundo do trabalho, da cultura e das várias maneiras como eles o produzem.

Segundo Frigotto (2012, p. 22),

²⁰ Programa Mulheres Mil; Rede Certific; Programa Brasil Profissionalizante; Rede e-Tec Brasil; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; Programa de formação Profissional em Serviços dos Funcionários da Educação (<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/programas>).

Essa concepção da relação trabalho e educação é hoje exposta da forma mais ardilosa e sutil e aparece como direito dentro de uma igualdade abstrata. O trabalho é compreendido não como única fonte de produção do valor e que permite, portanto, nas relações de produção capitalistas, a expropriação, a mais-valia, mas como uma atividade que cria riqueza indistintamente para todos os homens. Por isso é pelo trabalho que os patrões chegam a acumular a riqueza e, portanto, é pelo trabalho árduo, disciplinado que os trabalhadores podem ascender socialmente e, dependendo de seu esforço, tornar-se patrões.

Além disso, dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 6º, que trata da declaração do Direito à Educação diz que: *são direitos sociais a educação, [...]*, deixando claro, que pela primeira vez na história de nossa Constituição, a educação é elencada como prioridade dos Direitos Sociais.

Na condição de cidadãos comprometidos com um projeto que atenda às diversas camadas sociais, torna-se necessário ampliar a abrangência de ações educativas que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma sociedade educacional. Essa sociedade exige uma escola ligada ao mundo do trabalho, numa perspectiva radicalmente democrática e atualizada com meios midiáticos. Esses projetos têm que estar articulados e firmados na transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas para um novo mundo possível, pois a educação não acontece somente na formalidade, mas também resulta de experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade.

Arroyo (1986), em estudos elaborados pelo grupo que discute na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), trabalho e educação, destaca a intencionalidade presente na educação do trabalhador para o trabalho, sempre vista numa perspectiva mais técnica, de habilitação e de qualificação.

Algum tempo, após muitos estudos sobre esse tema, Arroyo (2012, p. 26) diz,

[...] avançamos muito. Começamos a ver o problema a partir do pedagógico, da escola para o trabalhador, que tipo de escola para o trabalhador e que educação para o trabalhador [...] quando começamos a ver mais o trabalhador, e não tanto o trabalho, dando ênfase à formação da classe operária, enquanto processo educativo, a fábrica onde estão as relações de produção, como o processo educativo, terminamos invertendo um pouco a relação. Fomos cada vez mais insistindo no trabalho, nas relações sociais, na formação do trabalhador, na sua habilitação, na sua formação de consciência ou

hábitos etc., e na própria dinâmica do trabalho como condicionante do educativo.

Torna-se claro que diversos autores preocupam-se com esse tema. Neste sentido, vale-se da contribuição de Frigotto (2012, p. 28)

[...] a luta pela escola tem sido uma luta secular [...] certamente o saber, o conhecimento que a classe trabalhadora busca na escola não coincide, necessariamente, com o saber historicamente acumulado sob a hegemonia da burguesia.

Diante disso, no mundo atual, com a globalização, não podemos admitir qualquer ação sem termos a garantia de preliminarmente oportunizar acesso à educação para todas as camadas sociais, principalmente em referência aos menos favorecidos, os excluídos, os que de alguma maneira ou outra, estão fora da escola, os marginalizados por uma sociedade capitalista.

Del Pino (2002, p. 72) refere-se a isso dizendo que,

[...] o processo de globalização representa uma etapa nova de avanços tecnológicos e de acumulação financeira de capitais. Mais do que agir no interior dos países conformando novas relações de poder, a globalização neoliberal tem servido como um mecanismo de dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos [...] e ainda, [...] o que se desenvolve não são os países, mas as chamadas economias globais capitalistas de natureza polarizada, remetendo a uma situação em que regiões e segmentos sociais inteiros são excluídos da expansão do capital.

O crescente fluxo de informações e de tecnologias cada vez mais avançadas, influencia em muito a necessidade da criação de políticas públicas que contemplem cursos profissionalizantes e, também, pesquisas nas mais diversas áreas do ensino. Vale destacar que o acesso à educação, à produção científica e cultural, até então, sempre estiveram limitadas ao privilégio das camadas mais favorecidas da sociedade, os instruídos, os intelectuais. De acordo com Arroyo (2012, p.105), *“[...]encontramos uma história de pressões pelo direito não apenas a ser instruídos, mas a ser esclarecido e a ser reconhecida sua capacidade de pensar, decidir sua sorte, ser sujeito do saber e de cultura”*.

Desse modo, um processo educativo transformativo, não pode ficar limitado somente ao ensino, precisa estar lado a lado com a pesquisa para formação de indivíduos com a perspectiva do aprender e desenvolver seus saberes. Assim, trabalhador e educando estarão desenvolvendo atividades que contribuam com o

procedimento produtivo, sem haver a divisão do trabalho manual e intelectual. Vê-se que o modelo existente no mundo do trabalho separa e limita o trabalhador pelas ações práticas de trabalho e de sua cultura, sem dar-lhe a possibilidade de ampliar o conhecimento que carrega consigo como também produzir experiências que tenham valor científico.

Por outro lado, os que se dedicam aos estudos, os intelectuais, os pagos para pensar e criar, cada vez mais se encontram submergidos em seus estudos sem aprofundar-se na aplicabilidade de suas teorias, não participam do processo de produção. Frigotto (2012, p. 37) diz, [...] *propostas de trabalho-educação passa hoje por uma leitura crítica das formas que as relações de trabalho assumem nos setores de ponta do capitalismo, no campo na indústria e nos serviços.*

A educação técnica torna-se especialmente relevante se a profissionalização permitir ingresso no mundo do trabalho e possibilitar um cidadão qualificado, de significativa mobilidade social, de maior consciência de direitos e deveres e, de maior capacidade para um exercício pleno de atividades e cidadania. Além disso, compreendemos que a educação torna-se completa a partir da transmissão de conhecimentos e informações absorvidas por esses cidadãos e que, em cada um deles, ocorre diferentemente.

Em contrapartida, deve ser observado, para que a realidade não seja distorcida, falamos quanto à empregabilidade, tendo em vista que na escola e nos cursos de (re)qualificação é desenvolvido um “lobby” de que todos se tornarão empregáveis. Assim, a bem da verdade, por mais que queiramos isso não acontece, não existe a oportunidade real de empregos para todos. Como aponta Del Pino (2002, p. 80), [...] *não há no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos. Não há geração de empregos em condições suficientes para atender a todos e a todas.*

Nessa perspectiva, muito tem se falado sobre o direito dos trabalhadores à educação. Não podemos esquecer que é necessário paralelamente defender a escola para todos. Devem-se interligar as ações que envolvem exigências e batalhas de ambas as situações, uma vez que, constatamos a importância entre educação como instrução e educação como produção-formação.

Ao ser negado escola ao povo se leva ao entendimento da negação do direito das classes trabalhadoras à educação e à formação da cultura e da identidade

enquanto classe. Ao mesmo tempo, ao ser negado à classe trabalhadora se está negando essencialmente o que a escola transmite, ou seja, leitura, escrita, noções de ciências, contas etc.

Arroyo (2012, p. 107), ao refletir sobre esse tema, disserta,

[...] enquanto hoje se defende dentro do Estado o direito à educação escolar como garantia do direito do cidadão, se reprime o povo comum, especialmente os trabalhadores, quando tentam exercer esse direito, conseqüentemente, se reprime o processo de educação para a cidadania que é inerente à luta e ao exercício da própria cidadania. É esta a estratégia da burguesia para seus trabalhadores: expandir a escolarização, reprimir a educação.

De acordo com Del Pino (2002, p. 67) [...] *o mundo do trabalho sofre e produz pressões sociais, econômicas, políticas e culturais que agem em toda malha social, entendida não como uma população abstrata, mas como um conjunto de classes sociais* e ainda, [...] *o uso da tecnologia não pode ser considerado como um mal em si mesmo, mas como uma relação social que serve a determinadas causas*. Ao nos apropriarmos dessa leitura percebemos, a necessidade de ampliar a abrangência de uma realidade um tanto diferente da teoria e prática. A importância dos professores estarem em permanente capacitação, poderá contribuir para maior alcance das modificações geradas por meio da educação tecnológica, pesquisa, trabalho e socialização. Esses projetos têm que estar articulados e firmados na transformação escolar, com o intuito de construir diferentes propostas somados a teoria e prática, de modo a prevalecer a educação.

Neste sentido, Frigotto (1998, p. 49) pronuncia,

[...] processos de educação básica, formação técnico-profissional e de qualificação de caráter democrático, assumem um sentido histórico efetivo, [...], centrados na cultura do limite do desenvolvimento e orientados pela perspectiva do valor de uso [...], da ciência, tecnologia e do processo produtivo.

Vale dizer que o acesso à educação, à produção científica e cultural, até então, sempre estiveram limitadas ao privilégio das camadas mais favorecidas da sociedade. Para Frigotto (2010a, p. 201), [...] *dentro do embate de ampliação da esfera pública e o controle democrático na gestão da formação humana, há uma longa travessia no âmbito do ensino profissional*. Sabe-se que ao Estado cabe, disponibilizar a oferta de educação, diferenciar metas necessárias à sociedade e

ratificar o processo, quer pela avaliação da sociedade, quer pela experiência transformadora do processo educativo cultural e social.

Nesse contexto, ressaltamos conforme Kuenzer (2003, p. 63), [...] o *planejamento educacional deverá basear-se em uma concepção de totalidade da realidade a ser transformada*.

Compreende-se que as políticas públicas visam garantir aos cidadãos, independentemente, se através de programas ou de forma continuada, a oportunidade de educação, desenvolvimento, saúde, melhoria da qualidade de vida, segurança e seguridade social. Todos esses meios devem beneficiar o maior número de pessoas, permitindo a inserção educacional, cultural e social de todas as camadas da população que de alguma forma, historicamente, fazem parte de algum desses processos.

Höfling (2001, p. 38-39) ressalta,

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. [...] diz respeito aos fatores culturais, àqueles que historicamente vão construindo processos diferenciados de por parte de determinada sociedade. Com frequência, localiza-se aí procedente explicação quanto ao sucesso ou fracasso de uma política ou programas elaborados.

Em qualquer política pública, antecedendo sua implementação, requer realização de debates e análise dos projetos embasando assim sua sustentabilidade. A oposição, ou não, a modelos apresentados pelo Governo Federal pode ocorrer em diversas esferas. Por este caminho, refletimos a escrita de Del Pino (2002, p. 81),

[...] a sociedade tem se mobilizado [...] continuou, organizadamente, construindo instrumentos e fóruns de luta. Os movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares não pararam de reagir, com maior ou menor intensidade, com maior ou menor abrangência, dependendo da correlação das forças em luta.

No decorrer desse tempo, em que se vivenciam muitas modificações na educação brasileira, percebe-se a incoerência de um desenvolvimento sustentado pelos quadros da economia capitalista do mercado. De outrora até os dias atuais, prosseguem evidentes as diferenças sociais de uma ponta a outra, de um lado a outro do país. Os interesses da classe burguesa continuam a imperar e a economia

continua ditando o caminho a ser seguido. Os projetos que dependem dos políticos, nem sempre são aprovados de maneira rápida e eficaz, Na maioria das vezes, primeiro é analisada a classe a ser beneficiada.

Nessa direção, Del Pino (2002, p. 83) refere-se,

A luta em defesa da educação pública e gratuita, de qualidade e democrática deve ser colocada em seu devido lugar [...] É preciso vivenciar a democracia igualitária no interior dos movimentos sociais, sindicais estudantis e populares [...] Portanto, esta luta não tem fim anunciado, se renova a cada dia, em cada assembleia, em cada aula, em cada passeata, em cada movimento, em cada uma das formas de luta contra o capitalismo e suas expressões na globalidade. Desta luta depende o futuro.

É preciso dizer de forma clara que o fortalecimento da escola deve ocorrer especialmente no interior do Brasil, minimizando a saída dos cidadãos de suas cidades origem e diminuindo o fluxo migratório para os grandes centros, corroborando com Kuenzer (2003, p. 62) quando diz, [...] *a população, que vive os problemas no seu cotidiano e os identifica com clareza, não possui conhecimento específico que lhe permita transformar a situação em que vive.*

No entanto, o saber vai se formando através do que aprendemos não somente em salas de aulas, mas também no dia a dia, do que pensamos durante leituras, filmes, danças, artes, do avanço da tecnologia, em síntese, de tudo que nos leva a ampliar conhecimento, tudo que observamos e que está ao nosso redor, imagens que criam um significado, verdadeiro ou não, mas que devemos tomar cuidado de não limitar a transformação da sociedade. Esses olhares permitem várias formas de aprendizado, de avaliação de nosso comportamento ético, do modo que enxergamos o mundo, sobre nossa vida, sobre nosso jeito de ler, escrever e aprender.

Uma formação, que prepare o indivíduo para desenvolver habilidades no ensino, na pesquisa científica, no trabalho, no convívio social, sem desvaler nenhum ou outro, poderá contribuir em transformações para inibir as diferenças sociais pela educação e trabalho, garantir uma sociedade justa, de direitos que possibilitam às cidadãs e cidadãos uma vida digna, de ascensão ao conhecimento de saberes, de justiça e liberdade, sem concentração do poder econômico.

Assim, Frigotto; Gentili (2002, p. 10) dizem,

[...] um dos grandes desafios para aqueles que não se conformam com o atual curso da história talvez seja entender em profundidade as novas modalidades de sociabilidade capitalista, para pensar e construir também novas formas de luta e resistência que permitam frear os efeitos discriminatórios das políticas de exclusão promovidas pelos Estados neoliberais.

Um caminho a ser explorado no sentido de beneficiar a educação e o trabalhador, pode estar direcionado a promoção da universalização do ensino médio ao mesmo tempo ofertar educação técnico-profissional. Com esse pensar, percebe-se a necessidade de remeter a práticas educativas, a programas efetivamente comprometidos e, esses devem ser enfrentados com primazia, em todas as esferas governamentais, solucionando rapidamente o trâmite de qualquer programa de educação para o cidadão.

Nessa perspectiva, é relevante entender que o trabalho também é de extrema importância, não só como ação produtiva, mas como possibilidade de crescimento, de mudança social, de prolongar e melhorar a existência humana.

O trabalho é uma atividade fundamental para as necessidades essenciais da existência. Por um lado, pode evoluir de modo a contemplar a vida educacional, cultural, social, afetiva, culminando a um trabalho de necessidade. Por outro, tem-se o trabalho de fabricação de bens e serviços, no significado da representação físico-biológica, motivadas para dispor de livre-arbítrio de escolhas, de ser crítico, ser criativo, ser humano.

De acordo com Frigotto (2005, p. 60), [...] neste contexto que podemos perceber a relevância da ciência e da tecnologia, quando tomadas como produtoras de valores de uso na tarefa de melhoria das condições de vida. Em sua concepção, diz que, percebe-se a centralidade do trabalho ao constatar a possibilidade de criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem, símbolos, etc. Denota-se a partir desses estudos que o trabalho constituiu-se de direito e dever, gerando um princípio formativo ou educativo.

O trabalho possibilita a produção de bens materiais, culturais e simbólicos essenciais à produção da vida humana. Por outro lado, o ser humano estabelece com o meio natural a transformação em bens, para sua produção e reprodução.

No entanto, outro fator relevante na questão de educação e trabalho, citamos o crescente desemprego e a perda de direitos e aquisição pelo trabalhador. Como disse Frigotto (2005, p. 69), [...] no presente, o capital perdeu sua capacidade

civilizatória e, agora, para manter-se, destrói, um a um, os direitos sociais conquistados [...], além de por em risco a vida humana. Para esse autor, a crise estrutural do emprego ou crise do trabalho assalariado, está ligada à imposição dos interesses dos centros hegemônicos do capital, em relação às demais nações, quando entranham em seus mercados e limitam para que não possam fazer o mesmo. Nesse contexto, esses centros adentram com seus investimentos produtivos em locais que tornam o lucro maior, sem comprometer-se com as populações locais. Contudo, sua tática é cada vez mais, absorver tecnologia e novas formas organizacionais, para aumentar a produtividade e diminuir o número de trabalhadores.

Frigotto (2005, p. 72) aponta para o surgimento [...] *a apologia ao autonegócio e ao empreendedorismo e aos receituários de empregabilidade como formas de os desempregados resolverem sua situação.*

Neste embate de concepções de educação e trabalho, chega-se à luta pela educação como um artifício de produção, uma metodologia política, um pensamento cultural, com incrementos na mediação às novas tecnologias e formas do capital globalizado de produção maleável, formando um cidadão produtivo, treinado para atender o novo mercado.

O governo federal, na medida em que busca uma *educação para todos*²¹, aponta para programas que envolvam o ensino profissionalizante, sendo este o contexto deste trabalho. Dentre tantos programas lançados, vivencia-se a expansão do ensino profissional no país, através da transformação em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia os antigos Centros Federais de Educação e Tecnologias.

Estas instituições permitem que, além de dominar e elevar o conhecimento técnico, tenha-se acesso a um entendimento crítico, a capacidade de criar, de dominar conteúdos, de desenvolver pesquisas, de ser leitores articulados com a realidade para agir a favor de bases formativas técnico-científicas do processo produtivo, pois assim, se poderá favorecer a formação de sujeitos independentes.

Diante disso, destaca-se a produção de Frigotto (2005, p. 77),

Considerando a contingência de milhares de jovens que necessitam o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes

²¹ Slogan de campanha do governo, instituída na gestão 2003/2006.

formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional consiste em um sistema integrado, de responsabilidade dos Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892 de 29/12/2008, oriundos dos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas. Esse sistema foi criado pelo Ministério da Educação para uso das metodologias que vinham sendo utilizadas na educação técnica. Trata de política pública de articulação entre a Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC/MEC) e as Prefeituras Municipais, para implantar ensino de qualidade e gratuito com vistas à expansão de educação profissionalizante de nível médio, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia e pós-graduação.

Além disso, é mecanismo de fomento da modalidade de educação profissional e que também apoia pesquisas em metodologias inovadoras respaldadas em novas tecnologias. O foco desse Plano de Expansão está no desenvolvimento da modalidade de educação tecnológica, e ainda, na expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação no país. Outro aspecto é o incentivo à colaboração entre União e os demais envolvidos, estimulando a criação de centros de formação permanentes, por meio da educação em regiões estratégicas, especialmente aquelas que abranjam maiores números de municípios.

Assim, através deste Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, o Governo Federal articula a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam parcerias governamentais, seja federal e/ou municipal, com comunidades e demais organizações interessadas em cada município. Ao mesmo tempo em que viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, possibilita a implantação e execução de cursos técnicos de nível médio e em um segundo momento, cursos de graduação e pós-graduação.

A Lei nº 11.892, de 2008, que cria os IFs prevê:

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei [ministrar educação profissional...jovens e adultos], e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI [oferta de cursos de

licenciatura..., e para educação profissional] do caput do citado art. 7º. (BRASIL, 2008, art. 8º)

Nessa perspectiva, sabe-se que as Políticas Públicas de Educação Profissional, através do gerenciamento dos Institutos Federais, oferecem um pretense ensino público de qualidade, em locais estratégicos. A percepção de que está sendo proporcionado ensino com altas tecnologias, pode ser evidenciada em uma primeira análise²². Os recursos oriundos do governo federal podem contribuir e estimular o desenvolvimento dos cidadãos, municípios e regiões.

O Plano de Expansão também poderá corroborar para universalização de acesso ao ensino e a qualificação do quadro de pessoal da instituição ao ocorrer a interiorização dos Institutos Federais através de seus câmpus. Desta forma, poderá minimizar a saída dos cidadãos de suas cidades de origem e diminuir o fluxo migratório para os grandes centros.

Neste período de criação dos Institutos Federais, nota-se que o governo toma como ponto de partida a tentativa de mudanças no cenário da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Historicamente, as políticas governamentais se manifestaram e materializaram por meio de programas emergenciais, reducionistas, aligeirados, descontínuos e fragmentados.

Entretanto, a percepção, por ocasião de minha participação, durante a efetiva implantação de nove Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense - entre eles Charqueadas, Passo Fundo, Camaquã, Bagé, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Gravataí, Lajeado e Sapiranga, no que se refere à infraestrutura, é de que o governo federal a qualquer modo lança programas e, ao colocá-los em prática, busca mudanças, no que tange o não atendimento de sua meta, sem preocupação de manter e cumprir conforme seu anúncio, com vistas ao lado político.

Na mesma direção, referindo-se a estas instituições, constata-se a evidência por parte do Governo Federal, a perspectiva de respostas à demanda de Expansão da Educação Profissional, mostrando mais uma vez, o presente, a partir do novo, calcado nas velhas e repetitivas ações do passado.

Diante disso, os arranjos normativos, aparentemente atendem a necessidade da educação profissional. O MEC/SETEC consagra o novo em relação às regulamentações e diretrizes privilegiando os Institutos Federais recém estruturados.

²² Percepção retirada da fala da moradora entrevistada, p. 110 deste trabalho, [...], *não falta nada para o aluno, são Laboratórios e Oficinas modernos [...]*.

Sob tais circunstâncias, ficam então, estratégias e procedimentos governamentais, do momento atual, preceitos de transferências de responsabilidades de cunho estatal para essas instituições²³.

4.2 A origem dos Institutos Federais

No Brasil, a escolarização teve início no Período Colonial com a vinda da família real, por ocasião da origem das Corporações de Ofícios, as quais eram constituídas apenas de brancos e de pessoas livres. Nessa fase, a clara exclusão de algumas classes, resultou em um profundo processo discriminatório, o então chamado *embranquecimento dos ofícios*, Santos (2000, p. 206), pois foram criadas normas para permitir a habilitação, em que explicitava que determinadas ocupações, como por exemplo, atividades profissionais de tecelões, sapateiros, ferreiros, pedreiros, pescadores, carpinteiros, etc, fossem somente para os homens brancos livres sem conhecimento intelectual.

A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, previa instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, sem tratar do ensino profissional, mas sim, influenciando, de forma oculta, a inviabilização do funcionamento das Corporações de Ofícios. A partir de 1826, uma nova organização à aprendizagem de ofícios era apresentada e sua finalidade consistia em estabelecer um projeto, organizando o ensino público em todos os níveis.

Enquanto isso, acontecia o crescimento da produção manufatureira aliada a estruturação do ensino. Assim, dos anos de 1853 a 1873, com a falta de mão de obra, foram criados os Liceus de Artes e Ofícios. A finalidade dessas instituições era formar cidadãos especializados para o mercado de trabalho. Os Liceus, no início de seu funcionamento, não dispunham de oficinas para as aulas práticas, somente após o regime republicano, através de doações, conseguiram recursos necessários à montagem de suas primeiras oficinas. Os doadores, em contrapartida, eram compensados com a ampliação de isenções fiscais. Percebe-se desde aquela época a prática do trocadilho, toma lá, da cá, em prol dos detentores de poder econômico, político e social.

²³ A exemplo têm-se o PRONATEC, Cursos FIC, Programa Mulheres Mil, PROEJA. Disponível em (<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/programas>).

Valendo-se dessa ideia, Frigotto (2010b, p. 144) refere-se a esse contexto,

[...] a formação humana, tem se constituído, desde o projeto da burguesia nascente, um campo problemático para definir sua natureza e função social. Os dilemas – que assumem conteúdos históricos específicos – decorrem, de um lado, do fato de que a forma parcial (de classe), mediante a qual a burguesia analisa a realidade, limita, em certa medida a concretização de seus próprios interesses; de outro porém, decorrem da existência de interesses concretos antagônicos dos grupos sociais que constituem a classe trabalhadora.

Os primeiros Liceus de Artes e Ofícios do país eram mantidos pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular. Em sua primeira diretoria faziam parte membros que pertenciam à burocracia estatal e ao parlamento. Ao final do império e chegada do início da República, essas entidades contavam com doações e subsídios do governo.

Com a chegada da República, em 1889, uma nova etapa na composição de formação de mão de obra acontece no Brasil, nos moldes agroexportador. Grupos da sociedade queriam transformá-lo num país economicamente focado na produção industrial, pois acreditavam ser assim a maneira do Brasil atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica. O pensamento industrialista resulta em conversão de medidas educacionais e o grande marco ocorre no ano de 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha²⁴, cria dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices²⁵, a maioria nas capitais, exceto nos estados do Rio de Janeiro, onde a cidade de Campos foi contemplada com uma unidade e do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas.

Essas escolas tinham como objetivo qualificar os *desfavorecidos da fortuna*²⁶, para o mercado de trabalho, com ensino profissional primário e gratuito. Ao mesmo tempo, dificuldades apareceram, mesmo sendo criado pelo governo federal, tais como instalações em prédios inadequados com oficinas em precárias condições de funcionamento²⁷, professores não qualificados e alto índice de evasão.

²⁴ Fundador do ensino profissional no Brasil.

²⁵ Essas escolas foram criadas através do Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

²⁶ De acordo com a legislação que regulamentava essa rede de escolas, a admissão dos alunos, expressa no artigo 6º, do Decreto Nº 7.566, obedecia aos seguintes critérios: ter idade de dez anos no mínimo e de 13 anos no máximo e a preferência na matrícula deveria recair sobre os “desfavorecidos da fortuna” (SANTOS, 2000, p. 212).

²⁷ Nota-se que até os dias atuais, essa prática permanece quando o governo lança programas com prazos mínimos de implantação.

O padrão de ensino profissional passou a ser firmado ao longo do tempo, no sentido de servir como modelo e tomar forma, e assim, possibilitando adquirir características indispensáveis ao instituir a rede de Escolas Técnicas.

Nesse cenário, com a chamada Revolução de 1930, aconteceu a transferência do modelo agroexportador para o da industrialização e urbanização. Nessa época, ocorreram grandes processos de mudanças na ordem política, econômica e social, gerado pela industrialização, em larga escala e, intensificada pelo processo de expansão industrial. Ao mesmo tempo, começa a criação do Ministério da Educação e da Saúde.

Dessa forma, Santos (2000, p. 216) destaca,

[...] se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que, ao instituir a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil.

Entretanto, a partir da década de 40, o ensino industrial tomou frente na formação de mão de obra operária. Surge assim, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial²⁸ (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC), o chamado sistema S, justificado pelo processo industrial instaurado no Brasil e com finalidade de preparar menores aprendizes e inseri-los nas indústrias, e ainda, cursos de formação continuada para trabalhadores não sujeitos a aprendizagem.

Perante essas escritas, Kuenzer (1997, p. 83), referindo-se a histórica opressão do trabalhador contribui,

Não obstante a constatação de que o trabalhador produz saber através das relações sociais, é preciso ter claro que a educação escolar é uma mediação importante na supressão prática e material da exploração. Em função deste reconhecimento, é preciso avançar na construção de novas formas de relação entre trabalho e escola, com vistas à constituição da cidadania.

E ainda, Kuenzer (1997, p. 84) vai além,

Quando a formação sistemática se torna necessária, a empresa procurará promovê-la através de seus próprios centros de treinamento. Mesmo nos casos dos cargos considerados de nível

²⁸ Foi criado o Decreto 4.481 de 16 de julho de 1942, com sua complementação e regulamentação, onde obrigava as indústrias a custear os cursos.

médio, como é o caso da supervisão, a empresa prefere formar seus próprios quadros, privilegiando o recrutamento dentro do seu “mercado interno”, o que revela a crença na eficácia da formação pelo exercício do trabalho.

A possibilidade aos estudantes que concluíssem o primeiro ciclo do ensino industrial, comercial ou agrícola, ingressarem no curso clássico ou científico desde que participassem de provas em disciplinas não estudadas foi permitido com a criação da Lei Nº 1.076/50²⁹. Da mesma forma, houve a contribuição para o segundo ciclo através da Lei Nº 1.821/53³⁰, esta facultava o ingresso a qualquer curso superior. Em ambos os casos, havia a necessidade de prestar exames de adequação entre os ciclos e assim, colaborava com o sistema de correspondência do ensino propedêutico e profissional.

No entanto, ao ser criada a Lei Nº 3.552/59³¹, passa a ser constituído o funcionamento das Escolas Técnicas Federais (ETF), instituição na modalidade de autarquia, com autonomia didática e de gestão, objetivando estabelecimentos de ensino industrial mantidos com recursos do Ministério da Educação (MEC). A finalidade dessas escolas era de preparar o jovem para o exercício de atividade especializada por meio da base de cultura geral e iniciação técnica, de forma a integrar o educando na comunidade, na participação do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos.

Nessa perspectiva, essa Lei, em seu Artigo 5º, Parágrafo Único institui,

Esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola.

Diante disso, torna-se claro, a quem verdadeiramente os técnicos formados por estas escolas, careceriam de servir. Mais uma vez, os trabalhadores são moldados aos interesses dos detentores do poder intelectual e econômico.

Surge a criação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nº 4.024/61³² (LDB), onde ocorreu a junção entre o ensino secundário e o profissional. Esse fato aconteceu pela primeira vez, em 1961, após décadas de tentativas, admitia ingresso

²⁹ Aprovada em 31 de março de 1950.

³⁰ Aprovada em 12 de março de 1953.

³¹ Aprovada em 16 de fevereiro de 1959.

³² Aprovada em 20 de dezembro de 1961.

em curso superior qualquer aluno oriundo tanto do curso secundário³³ ou do profissional.

Após dez anos, no governo militar houve a substituição e a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela habilitação profissional compulsória, através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71³⁴(LDB). A partir da instauração do regime militar passaram a serem impostas essas mudanças ocasionando maior fracasso na política educacional, uma vez que, esse modelo não produziu nem a profissionalização nem o ensino propedêutico. Neste sentido, Kuenzer (2001, p. 21) alerta:

É preciso considerar que, mesmo permanecendo a concepção da supremacia da cabeça sobre as mãos, e a da escola como espaço de formação desta categoria especial de trabalhadores que desempenharão as funções intelectuais na sociedade (os trabalhadores instrumentais nem chegam ao 2º grau, pois são excluídos antes), é um avanço a incorporação da dimensão “*qualificação para o trabalho*” como parte integrante do desenvolvimento individual e social e, portanto, como objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus.

Cabe ainda, explanar que a Lei Nº 5.692/71, tratou da reforma dos cursos técnico-industriais gerados pelas Escolas Industriais da rede federal. É a partir desse momento a ratificação e a eliminação dos cursos industriais de primeiro ciclo, os chamados ginásios industriais, transformando-os em Escolas Técnicas Federais.

As Escolas Técnicas Federais gozavam de grande prestígio junto ao empresariado. Essas, antes destinadas aos desvalidos e aos desprovidos de fortuna, denominadas Escola de Aprendizes e Artífices, passaram a ser reconhecidas como instituições de renome. Os técnicos por ela formados eram selecionados quase na sua totalidade. Com o alto padrão de ensino oferecido, o crescimento de suas matrículas foi acelerado e colocou anualmente milhares de técnicos à disposição do mercado de trabalho entre os anos 1960 e 1970.

Em meio a tantas mudanças e adequações, sempre estava posto a necessidade de cursos direcionados às atividades de maior relevância na economia do país. Ao mesmo tempo, em que estes oportunizaram o ensino profissionalizante, contribuíam para a aceleração do processo de industrialização. No entanto, decorreu

³³ Entende-se assim a denominação do curso que era oferecido para as elites, que não era profissionalizante e permitia ingresso nos cursos superiores.

³⁴ Aprovada em 11 de agosto de 1971.

um longo período, até que no ano de 1994, é criada através da Lei Nº 8.948/94³⁵, a possibilidade de transformação, gradativamente, das Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais do país em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs, promovendo a integração do ensino técnico de 2º grau com o ensino superior.

A partir desse momento, aparecem os cursos de formação de professores especialistas para as disciplinas especializadas do ensino técnico de 2º grau, especificamente chamados de Esquema II³⁶, oportunizando aos técnicos uma graduação na forma de licenciatura e, assim, suprir a falta de professores nos cursos industriais. Posteriormente, foram inseridos cursos superiores, com origem pautada à criação dos cursos de Tecnólogos e de Engenharia de Operações. Em algumas dessas instituições, já na condição de Centros Federais de Educação Tecnológica, juntamente com os cursos técnicos de nível médio da época, o governo ambicionou formação da força de trabalho para enfrentar o desafio do desenvolvimento econômico da época.

Através desse entrelaçado de leis, decretos e pareceres das regulamentações necessárias para a transformação das ETFs em CEFETs, viu-se uma nova realidade, o crescimento de matriculados em diversos cursos voltados para o que se compreende por educação tecnológica, em prejuízo das demais áreas, especialmente as humanísticas. Essa observação deu-se pelo número de matriculados e pelas ações por parte do governo, no que se refere ao repasse de recursos, visivelmente incentivadoras a estas novas instituições.

Para Kuenzer (2001, p. 51),

Esta forma, em vez de canalizar os investimentos para a universalização da educação básica, e para a expansão e melhoria da qualidade dos níveis médio e superior, como prevê a Constituição, estes programas de investimento mostram mais uma vez que o compromisso com a democratização da cultura, da ciência e da tecnologia é mero discurso para escamotear o projeto hegemônico do capital que se mantém entre outros fatores, também pela distribuição diferenciada, desigual e controlada da educação.

Durante esses anos, a educação no Brasil, foi marcada com o processo de redemocratização, vivenciou-se vários movimentos relacionados à mudança do

³⁵ Aprovada em 08 de dezembro de 1994.

³⁶ Denominação dada à graduação de licenciatura para disciplinas profissionalizantes dos cursos técnicos. Essa licenciatura é parte de minha formação.

sistema político no país. No auge desses movimentos, em 1985, sucedeu o fim da ditadura militar e um novo ciclo da democracia se instaurou. Nesta linha, referenciava-se a intensa manifestação em prol de novos rumos à educação que deveriam ser tomados. Entre as décadas de 1980 e 1990, os debates constituídos por grupos de educadores de diversas correntes de pensamento giravam em torno da educação de segundo grau e da educação profissional, os quais concebiam ideias a novas concepções de políticas educacionais que norteassem a nova estrutura pretendida.

Após o transcorrer de oito anos de idas e vindas à tramitação do processo para aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96³⁷, foi sancionada. Nesta direção, referindo-se ao Capítulo III, da Educação Profissional, Artigo 39, Parágrafo Único, da Lei de Diretrizes e Bases temos [...] *O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.*

Ao mesmo tempo, as mudanças permitiram a possibilidade ao aluno de optar pela formação técnica, paralelamente ao segundo e terceiro ano do médio, denominado assim modalidade concomitante, propiciava a opção de cursar a parte específica da formação técnica em mesma ou distinta instituição, além de ofertar a alternativa do curso técnico após a conclusão do ensino médio.

Dessa forma, pode-se perceber na redação da nova lei que a educação profissional deixou de ter caráter assistencialista, desaparecendo o preconceito social contido nas primeiras legislações da educação profissional do país e, ainda, uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo de favorecimento à inclusão social e democratização de uma sociedade. Além disso, definiu o sistema de certificação profissional permitindo o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Diante de tantas mudanças, a educação profissional se configurou sempre como solução para atender a demanda do mundo do trabalho. Também era ela que permitia acesso aos cursos profissionalizante aos cidadãos que necessitassem se especializar. Muitos programas foram criados, assim como leis e decretos, para definir e formar a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT). Nessa rede, de 1909 a 2002 foram constituídas cento e quarenta unidades. Em 2004, foram desenvolvidas ações para consentir, tendo em vista que a

³⁷ Aprovada em 20 de dezembro de 1996.

integração havia sido proibida pelo Decreto Nº 2.208/97, a conexão do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, por meio do Decreto Nº 5.154/04³⁸, o qual estabeleceu diretrizes para a Educação Profissional.

Na perspectiva de promover um avanço em oportunidades de trabalho, o governo federal começa a planejar como principal ato, quanto à educação, mudanças no quadro nacional em relação à Educação Profissional. Ao lançar mais uma ação, dentro da história da educação profissional, sua intenção parece ter sido propiciar maior número de possibilidades, no que tange vagas à educação profissional aos cidadãos de modo geral sendo que desta vez, objetivou atendimento ao trabalhador excluído da escola, e aos demais estudantes que se encontram afastados.

Assim, em 2005, as políticas públicas definiram como prioridade a ampliação da oferta de educação profissional, para pessoas de qualquer idade, crença, etnia ou classe social, consolidando a Lei Nº 11.195/05³⁹, lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, além de transformar o CEFET – Paraná em Universidade Tecnológica Federal (UTF), na primeira universidade dessa modalidade de ensino no Brasil. Essa lei instituiu a expansão perante a criação de sessenta e quatro novas unidades de ensino de responsabilidade do governo federal e parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações governamentais, sendo estes os responsáveis pela manutenção e gestão de ensino.

Nesse contexto, desde 2005, estão sendo construídos câmpus dos Institutos Federais (IFs), ampliando significativamente a oportunidade de inserção de alunos em cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia e pós-graduação, que provavelmente colaboram para uma modificação educacional e social na perspectiva de cada indivíduo.

Entretanto, as ações do governo federal não pararam e no ano de 2006, é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privados. A SETEC, do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências nos

³⁸ Criado em 23 de julho de 2004.

³⁹ Criada em 18 de novembro de 2005.

Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no marco importante na educação brasileira, como a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Por outro lado, em 2007, acontece o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Nesta fase, o governo federal idealiza a meta de entregar à população mais 150 novas unidades, totalizando 354 unidades, até o final de 2010, para atender todas as regiões do país e, proporcionar cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Cabe relatar que este Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional iniciou através das instituições, na ocasião denominadas Centros Federais de Educação Tecnológica, os quais eram os responsáveis pela articulação e implantação de suas novas Unidades, em parceria junto à prefeituras municipais, por ocasião das tratativas das contrapartidas, em que o município interessado deveria doar e ser contemplado com uma unidade. Nesse entremeio, com a necessidade de adequar-se à legislação e, permitir que estas instituições pudessem, além de formação tecnológica, desenvolver pesquisas científicas, surge a transformação dos CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conforme Lei Nº 11.892/08⁴⁰. Dessa forma, é permitida a estas instituições a oferta de educação em todos os níveis, ou seja, desde o Ensino Básico até o *Stricto Sensu*.

Com o propósito de reordenar o modelo de instituição federal, que oferta ensino técnico profissionalizante, a partir deste momento, trinta e um Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), setenta e cinco Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), trinta e nove escolas Agrotécnicas, sete Escolas Técnicas Federais (ETFs) e oito Escolas vinculadas a Universidades se atrelaram para compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC, presentes em todos os estados do nosso país.

Ao todo, no país, são trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, no Rio Grande do Sul, são três: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFF) e Instituto Federal de Educação,

⁴⁰ Criada em 29 de dezembro de 2008.

Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), sendo este último objeto desta pesquisa. Esta rede também é formada por instituições que não se transformaram em institutos federais, mas que também oferecem educação profissional em todos os níveis. Nessa situação temos dois Centros Federais, vinte e três Escolas vinculadas a Universidades e uma Universidade Tecnológica.

Dessa forma, a estrutura dessa rede contempla ensino superior, básico e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas com propostas de educação profissional e tecnológica nas distintas modalidades de educação, com base na conexão de conhecimentos técnicos, tecnológicos e suas práticas pedagógicas. Estas instituições oferecem programas para promover a educação e ofertam desde o nível básico à pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, nas mais diversas áreas do saber.

Contudo, o governo federal, por sua vez, investe considerável recurso na construção e aquisição de equipamentos de última geração, além de criar centenas de empregos diretos, como também, indiretos. Ao final de 2014, atingiu a meta de trezentos e cinquenta e quatro escolas em funcionamento e quinhentos mil alunos estudando, gratuitamente. Atualmente são quinhentos e sessenta e dois câmpus em todo país.

Ao implantar uma política pública de Educação Profissional calcada nos Institutos Federais, com unidades em locais estratégicos, parece demonstrar intencionalidade em proporcionar programas que beneficiam e estimulam o aprendizado e o desenvolvimento dos cidadãos, municípios e regiões, do ensino básico à Pós-graduação.

Este Plano de Expansão indica uma perspectiva de instrumento para a universalização do acesso ao ensino e qualificação dos indivíduos, como também, exercer papel considerável na requalificação do quadro de professores e servidores técnico administrativos. Em razão disso, poderá ocorrer fortalecimento da escola, especialmente no interior do Brasil, minimizando a saída dos cidadãos de suas cidades origem e diminuindo o fluxo migratório para os grandes centros.

Neste sentido, (PIRES, 2010), no artigo *Ensino Médio e Educação Profissional: A consolidação nos Institutos Federais*, diz:

Os IFs desempenham papel importante na universalização da educação básica gratuita e de qualidade, pois ofertam o ensino médio integrado numa perspectiva de formação humana, primando

pela superação da dualidade trabalho manual/intelectual. No processo de expansão do ensino médio integrado é preciso ter sempre em vista os elementos apontados anteriormente: que seja assegurada a efetiva implementação de uma escola *unitária* (grifo da autora), que o perfil do aluno se configure vinculado à pesquisa e à compreensão do trabalho em sua dimensão ontológica.

Inúmeros programas, ao longo dos anos, como se pode ver até agora, são criados e nem sempre permitem análise dos resultados, ou até mesmo, nem chegam a ser efetivamente avaliados, procedendo muitas vezes a impossibilidade de traçar um panorama positivo ou negativo.

Cabe ressaltar, a percepção ao transcorrer de todos esses anos, de que a educação profissional foi direcionada para o ensino industrial e, desde a década de 30 passou por várias mudanças, mas sempre moldada aos interesses do desenvolvimento industrial do Brasil.

Na mesma direção, Kuenzer (2000, p. 18), afirma ser preciso considerar algumas dimensões sobre esse tema, uma vez que, tem sido consenso nas discussões de políticas públicas de educação,

[...] já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral, exigindo-se a superação da ruptura historicamente determinada entre uma escola que ensine a pensar, por intermédio do domínio teórico-metodológico do conhecimento socialmente produzido e acumulado, e uma escola que ensine a fazer, pela memorização de procedimentos e do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; em decorrência, a acumulação flexível demanda a superação de um paradigma dual, que polariza técnicas e humanidades, apontando a educação tecnológica como uma síntese possível entre ciência e trabalho.

Entretanto, parece a situação não ter mudado, embora inúmeros programas em educação sejam lançados, seguidamente, pelo governo federal. A atual política educacional tanto no ensino médio como no profissionalizante tem por objetivo qualificar a força de trabalho, para que os indivíduos possam exercer funções necessárias às diversas ocupações. Essas qualificações devem atender à complexidade tecnológica que o mundo do trabalho atual exige.

Desse modo, Frigotto (2010b, p. 200) refere-se a este contexto dizendo,

Tradicionalmente o sistema de ensino técnico industrial e agrícola tem se pautado pelos critérios delimitados do mercado e, não raro, estas escolas e centros que são mais bem dotados de recursos neste nível de ensino, transformam seus espaços numa continuidade

das empresas privadas que, de diferentes formas, delas se beneficiam.

Em todo esse contexto, percebe-se que as instituições de educação profissional vêm aumentando consideravelmente, as quais passaram a disponibilizar as diversas modalidades de ensino, adequando-se aos novos programas. Para objetivar nossa questão de pesquisa, torna-se importante que vejamos agora alguns pontos sobre o Instituto Federal-Sul-riograndense, foco de nossa pesquisa.

O IFSul está organizado pedagogicamente com estrutura verticalizada⁴¹, da educação básica à superior admitindo que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os alunos dividam espaços como laboratórios, oficinas, salas de aula, biblioteca. Sua estrutura administrativa está organizada na forma de Reitoria com sede em Pelotas/RS e catorze Câmpus, distribuídos em municípios do Rio Grande do Sul, denominados: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Lajeado, Gravataí, além dos câmpus avançado Jaguarão e Novo Hamburgo, todos em pleno funcionamento.

Todavia, a estrutura multicampi e o alcance das ações do IFSul deve enaltecer a missão de ter o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Além disso, a constante sintonia com as potencialidades de desenvolvimento de cada região são necessárias com o intuito de criar os cursos nas novas unidades. Ao iniciar as tratativas para implantação de um Câmpus, em um determinado município, torna-se necessário considerar a economia da região e arredores, a realização de audiências públicas e de ouvir as representações da sociedade para a definição dos cursos a serem criados.

Assim, Pacheco (2011, p. 16) manifesta,

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração

⁴¹ Esta formatação de instituição permite até a formação de Doutorado, desde que atendam as prerrogativas previstas em Lei. O IFSul atualmente contempla cursos até o nível de Mestrado.

entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

O IFSul tem sua trajetória histórica permeada em quase um século⁴². Sua fundação está datada de 07 de Julho de 1917, por ocasião da assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios. Seu prédio foi construído através de doações da comunidade em terreno doado pela Intendência Municipal.

Ao passar dos anos, denomina-se Instituto Profissional Técnico com oferta dos cursos ofícios em Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de couro e Eletro-Chimica, funcionando por uma década e, extinto em 25 de maio de 1940, época da construção da Escola Técnica de Pelotas (ETP).

Em 1942 é criada a ETP, inaugurada em 11 de outubro de 1943 e suas atividades letivas iniciaram em 1945. Nessa fase, eram ministrados cursos de curta duração de ensino industrial em Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação. Após dez anos, em 1953, passou a ser oferecido o primeiro curso técnico denominado Construção de Máquinas e Motores. Em 1959, a ETP foi distinguida como autarquia federal e a partir de 1965 inicia a Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Em conformidade com o destaque e a forte função social em formar técnicos industriais, a ETFPEL buscou ser uma instituição de ensino de referência na educação profissional de nível médio, inserindo no mundo do trabalho, profissionais habilitados nos cursos técnicos de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial. Até então, os formandos da ETFPEL eram requisitados em grande escala por empresas de pequeno e grande porte, pelo país inteiro.

Em 26 de fevereiro de 1996 começa a funcionar a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), na cidade de Sapucaia do Sul. Esta unidade foi um marco em sua história, uma vez ser o efetivo início de expansão da ETFPEL. Em 1998, começa na instituição a atuação de ensino superior, ofertando o Programa

⁴² Disponível em <http://www.ifsul.edu.br/historico>

Especial de Formação Pedagógica, o qual habilitava professores para a educação profissional.

A partir de 1999 que a ETFPEL se transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), o qual oferta seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, como também possibilitou elaboração de projetos de pesquisa e convênios que visavam o desenvolvimento tecnológico.

Ao transcorrer quase uma década, tornou a acontecer mais transformações, mesmo com diversas opiniões favoráveis ou contrárias. Dessa forma, pensa-se ser sua capacidade de aderir a tantas mudanças que a levaram a receber mais duas Unidades de Ensino, em 13 de outubro de 2006 Charqueadas e em 27 de novembro de 2007 Passo Fundo.

Entretanto, o crescimento institucional não estancou e o modelo denominado CEFET-RS para atender outras demandas, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), efetivamente em 29 de dezembro de 2008, através da Lei Nº 11.892/2008, estabelecendo sede em Pelotas/RS, mantendo sua natureza jurídica de autarquia vinculada ao Ministério da Educação. É a partir desta Lei que as unidades passam a ser denominadas Câmpus e, também, é contemplado a criação dos Câmpus Camaquã, Venâncio Aires, Bagé e Santana do Livramento⁴³ – Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Não obstante, o governo federal lança a Fase III outorgando ao IFSul a implantação dos Câmpus Sapiranga, Gravataí, Lajeado, Jaguarão e Novo Hamburgo.

⁴³ Primeiro Câmpus Binacional do País.

Figura 2 – Mapa de localização Reitoria e Câmpus do IFSul, no Rio Grande do Sul.



Fonte: <http://www.ifsul.edu.br/mapa>

Figura 3 - Imagens das obras de construção do câmpus Camaquã.



Fonte: Acervo da autora

4.3 O Câmpus Camaquã

*Obras da Unidade Camaquã,
No dia 20 de outubro de 2008 foi realizado o lançamento da pedra fundamental da construção da Unidade Camaquã do CEFET-RS, após 50 dias de trabalho já é possível visualizar a alvenaria do bloco administrativo, bem como as fundações dos blocos dos laboratórios e salas de aula. A Unidade está localizada na Rua Ana Gonçalves da Silva, nº 901 no Bairro Olaria. Contatos através do e-mail: camaqua@cefetr.rs.br.*

*Camaquã, 09 de dezembro de 2008.
Ricardo Costa e Henrique Maia*

Essa foi a primeira notícia publicada na página oficial do então CEFET-RS e jornais da cidade de Camaquã a época, para divulgar o início efetivo das obras de construção do Câmpus Camaquã.

Voltar no tempo, tempo não mensurável, tempo de um instante presente que se tornou passado, um passado repleto de memórias, de intenso trabalho, de doação, de vivenciar, de realizar e de constatar a evolução histórica de uma instituição que traria e faria mudanças na trajetória educacional, profissional e social na vida de milhares de pessoas, quer sejam como estudantes, quer como servidores, torna-se essencial para descrever os fatos ocorridos.

Reporto o pensamento ao mês de maio do ano de 2007, tempo em que fui convocada pelo então diretor geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, professor Antonio Carlos Barun Brod, para juntamente com a vice-diretora professora Janete Otte, participar de reunião na Prefeitura Municipal de Camaquã com a incumbência de vistoriar, avaliar e escolher terrenos passíveis de doação, por parte da prefeitura, para implantação de uma unidade da *escola técnica*⁴⁴.

Desta forma, desenvolveu-se mais uma tarefa entre tantas, desempenhadas para acontecer a expansão da instituição. Escolhidas três áreas, dentre as quais entendidas como as melhores para atender os parâmetros mínimos determinados pela SETEC /MEC⁴⁵, no Edital de Chamada Pública n.º 001/2007, possibilitando assim a adesão da referida prefeitura dentre as cidades interessadas a serem

⁴⁴ Forma como as autoridades locais se referiam a chegada do CEFET-RS.

⁴⁵ Secretaria de Educação Tecnológica - Ministério da Educação.

avaliadas para receber uma unidade do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Assim, é o relato do começo da história do Câmpus Camaquã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

Em funcionamento desde 2010, está localizado na Av. Ernani Silveira, nº 104/124, Bairro Olaria, na cidade de Camaquã e situa-se na Região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente a 152 Km da cidade de Pelotas, sede de sua Reitoria. Este Câmpus foi idealizado, dentro da conjuntura regional do município de Camaquã, considerado Pólo Regional das cidades periféricas de Amaral Ferrador, Arambaré, Barão do Triunfo, Cerro Grande do Sul, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Barra do Ribeiro, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes, levando em conta os aspectos físicos, econômicos, políticos e socioculturais, conforme pré-estabelecido nas diretrizes que fundamenta os Institutos Federais. O princípio básico do Câmpus⁴⁶ está em:

Suscitar o desejo permanente pelo conhecimento. Assume o compromisso de ser um espaço de produção de saber por excelência e o desafio de formar um cidadão livre e responsável, capaz de ter iniciativas e tomar decisões diante dos avanços tecnológicos, auxiliando no processo de construção social do conhecimento. Os cursos ofertados estão em consonância com os arranjos produtivos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Sabe-se que a concepção do Câmpus Camaquã se originou pelo interesse da Prefeitura do município de Camaquã/RS, em ofertar contrapartidas na Chamada Pública do governo federal para a Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Nesse sentido, a importância para a referida cidade em participar deste programa de governo ficou evidenciada no desempenho realizado, no momento da doação de terreno, com área física na ordem de 26.000 m², pavimentação pública, rede de esgoto pluvial, rede de abastecimento de água, rede pública de energia elétrica, terraplenagem com aterro e compactação, cercamento da área com tela, serviço de vigilância, impressoras e microcomputadores, elementos que compunham a oferta da Prefeitura Municipal de Camaquã/RS. Por ocasião do registro no Documento de Apresentação de Proposta do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, o prefeito municipal manifesta,

⁴⁶ Disponível em <http://www.camaqua.ifsul.edu.br/portal/index>

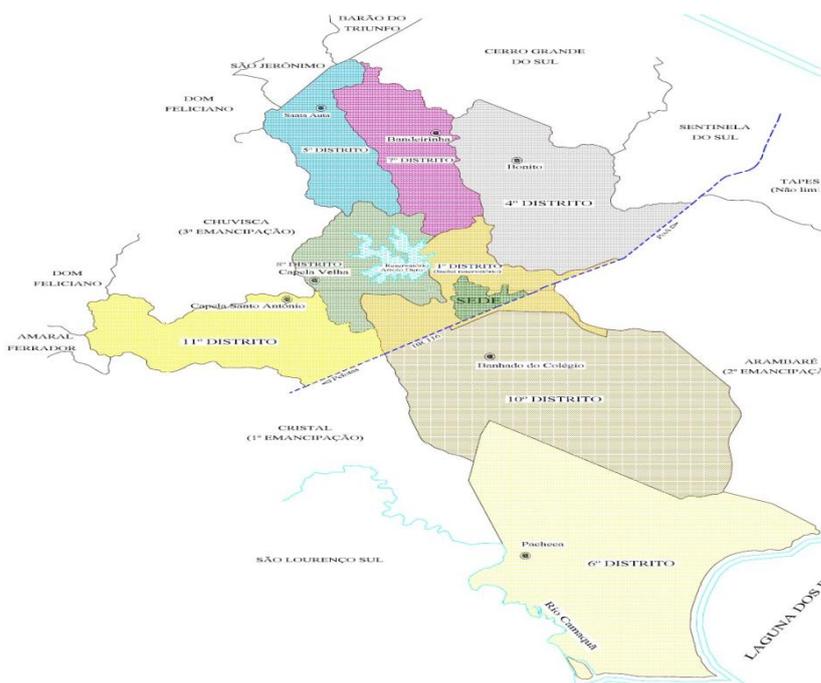
Constata-se a crescente necessidade de um maior domínio teórico e técnico para alavancar o progresso na região, contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, havendo a necessidade de investir na qualificação profissional dos jovens [...] (MOLON, 2007, p. 16).

O município de Camaquã⁴⁷ possui área de 1.679.434 km², representando 0,62% da área do estado, sua densidade demográfica corresponde 37,37 habitantes por km² e seu IDH⁴⁸ é de 0,697, índice em que revela a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico e mostra, neste caso, que dentre os municípios do estado, encontra-se com um indicador mediano. Sua população, conforme dados fornecidos pelo IBGE (2015/1), era de 65.835 mil habitantes. Está distribuído em sete distritos, além da Sede, conforme a seguinte denominação: Bonito (4º Distrito); Santa Auta (5º Distrito); Pacheca (6º Distrito); Bandeirinha (7º Distrito); Capela Velha (8º Distrito); Banhado do Colégio (10º Distrito); Capela Santo Antônio (11º Distrito). A população se caracteriza por uma mistura étnica de descendentes de indígenas, negros, portugueses, espanhóis, franceses, alemães e poloneses. Os descendentes de origem germânica mantiveram uma concentração populacional na zona colonial, desenvolvendo a produção agrícola. A língua portuguesa é a que prevalece, mas há famílias que ainda se comunicam em alemão e polonês. A principal atividade econômica é a agropecuária, predominando a plantação de arroz, fumo e pecuária. A indústria de beneficiamento de arroz, moveleira, metal mecânica e o comércio também contribuem para a economia do município.

⁴⁷ Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>

⁴⁸ Índice de Desenvolvimento Humano.

Figura 4 – Mapa territorial do município de Camaquã.



Fonte: <http://www.camaqua.rs.gov.br/municipio/2/mapas-do-municipio.html>

Na mesma direção, ao nos referirmos as ações de competência do IFSul quanto à implantação do Câmpus Camaquã, podemos dizer que foi um trabalho desenvolvido por uma equipe, com competências designadas através de Portaria, pelo reitor Antonio Carlos Barun Brod, em que os servidores desempenharam atividades pertinentes à efetiva criação do Câmpus. A complexidade de um programa como este e o vulto de recursos financeiros que foram aplicados, comparado ao orçamento do município, pode-se dizer que foi de impacto considerável. Até então, não havia nenhuma instituição de ensino profissionalizante pública e gratuita, como também, com altas tecnologias e ambientes adequados. Os recursos financeiros, oriundos do governo federal para a implantação do Câmpus, vieram pré-estabelecidos na rubrica⁴⁹ Obras e Equipamentos.

A Lei Nº 11.892/2008 estabelece em seu Artigo 13,

Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo

⁴⁹ Esta denominação é dada aos recursos financeiros do Orçamento da União, em que determina onde somente o valor poderá ser gasto.

docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

Neste sentido, a partir da definição da cidade de Camaquã, foi nomeada a primeira gestão do Câmpus Camaquã, composta pelo professor Ricardo Costa – Diretor Geral, pelo administrador Henrique Maia – Chefe do Departamento de Administração e professor Carlos Corrêa - Chefe do Departamento de Ensino⁵⁰, sucedido pelo professor Dirnei Bonow, que trabalharam junto com a Diretora de Projetos e Obras – Lucia Helena Kmentt Costa na efetiva implantação da instituição. Neste trabalho conjunto, a DPO e equipe diretiva, na medida em que a obra fosse sendo executada, definiam adequações necessárias para atender o propósito dos cursos a serem oferecidos.

A partir desse momento, houve a definição da infraestrutura inicial para o funcionamento do Câmpus. Tal equipe priorizou os prédios a serem construídos, uma vez que os recursos não permitiram a construção de toda edificação para o aporte do número de alunos previsto à pleno funcionamento. O repasse de recursos financeiros por etapas é uma característica comum nas obras públicas. A construção contemplou os Blocos: Administrativo⁵¹, Salas de Aula, Oficinas, Laboratórios, Auditório, Subestação, Guarita, Garagens, Pavimentação e Iluminação Externa. Enquanto era executada a construção dos prédios de uma etapa, paralelamente, os projetos de outra etapa eram desenvolvidos, atendendo a construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta e Vestiários, Passarelas Cobertas interligando os Blocos e, sucessivamente, a terceira etapa, mais um Bloco Salas de Aula.

Paralelamente a execução das primeiras edificações, a equipe diretiva trabalhava na criação dos cursos a serem ofertados e todos os trabalhos burocráticos necessários ao pleno funcionamento. A realização de tarefas como reuniões e audiências públicas contou com diversos setores como FAMURS⁵², EMBRAPA⁵³, EMATER⁵⁴, UFRGS⁵⁵, UFSM⁵⁶, UFPEL⁵⁷, IBGE⁵⁸, SEMA⁵⁹, MEC⁶⁰,

⁵⁰ O Professor esteve na gestão até 01 de junho de 2010.

⁵¹ O Bloco denominado Administrativo contemplou ambientes para o exercício de atividades tanto de docentes como de administrativos, como também está inserido nele o espaço para Biblioteca e Miniauditório.

⁵² Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

⁵³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁵⁴ Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁵⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁵⁶ Universidade Federal de Santa Maria.

SINDICATOS, COMUNIDADE, CENTRO DAS INDÚSTRIAS, SECRETARIAS DE CAMAQUÃ, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. Também a utilização dos estudos do Observatório⁶¹ contribuíram amplamente para a definição dos cursos a serem ministrados, resultando, primeiramente, no ano de 2010 o Curso de Automação Industrial na forma Médio/Integrado – trinta e duas vagas e Controle Ambiental na forma Médio/Integrado – trinta e duas vagas e no ano de 2011 o Curso de Manutenção e Suporte em Informática na forma Médio/Subsequente – trinta e duas vagas. Todos os estudos levaram à indicação para um segundo momento: o Curso de Química na forma Superior/Licenciatura, Tecnólogo em Sistemas para a Internet na forma Superior/Tecnólogo/EAD⁶² e Ambiental/Automação Industrial na forma Superior/Engenharia. Além disso, o PROEJA também foi contemplado.

Enquanto efetivamente eram construídos os prédios, a equipe diretiva se incumbiu de preparar a elaboração da descrição de móveis, equipamentos, maquinários, enfim, tudo que foi necessário para o funcionamento do Câmpus. Além disso, trabalharam no estudo e definição do perfil de docentes e administrativos que seriam efetivados, após concurso público. Embora a previsão do número de alunos a pleno era de mil e duzentos, é importante relatar que o primeiro vestibular, ofertado em setembro de 2010, contemplou cento e quatro alunos, pois, até então a não liberação do número total de vagas para o quadro de servidores⁶³ impediu oferta superior.

Não menos importante é falar das questões iniciais quanto ao número de vagas para o quadro de servidores. O primeiro concurso público, realizado 16 de maio de 2010 previa quarenta vagas para docentes e vinte vagas para diversos cargos administrativos. Ao iniciar suas atividades letivas, o Câmpus já estava estruturado ao modelo institucional, uma vez que, as questões pedagógicas e administrativas foram tratadas, enquanto as obras se encontravam em andamento.

Assim, em outubro de 2010, é inaugurado o Câmpus Camaquã.

⁵⁷ Universidade Federal de Pelotas.

⁵⁸ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵⁹ Secretaria Especial do Meio Ambiente.

⁶⁰ Ministério da Educação e Cultura.

⁶¹ Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica – Boletim Técnico Nº 01 - Análise da adequação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica à nova dinâmica do mercado de trabalho nas Meso Regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Ref: Junho/2008.

⁶² Ensino a Distância.

⁶³ Denominam-se servidores ao conjunto de professores e administrativos.

Figura 5 – Início do funcionamento do Câmpus Camaquã.



Fonte: Acervo da autora.

A seguir, em prosseguimento a pesquisa, relato no Capítulo 5, o grupo encontrado, O Plano de Expansão e a Implantação, bem como seus dez subgrupos, os quais, passo a descrever.

5 O PLANO DE EXPANSÃO E A IMPLANTAÇÃO

A categoria aqui apresentada delinea a implantação do câmpus Camaquã, a partir da ótica dos diferentes sujeitos, fazendo menção à realidade anterior a existência do Câmpus, a negociação, os objetivos já cumpridos, movimentos para a consolidação, o Plano de Expansão, os benefícios. Embora manifestação positiva dos entrevistados, busco entender, com o intuito de contribuir, pontos passíveis de fragilidade do processo. Sob a visão dos sujeitos da pesquisa, descrevo acerca de dificuldades encontradas e o que não deu certo, transitando por suas falas. Além disso, apesar de não ser o foco desta pesquisa, o relato sobre gestão, pesquisa e extensão, imergiram com determinação pelos gestores e professor. Assim, entendemos ser pertinente apresentar e descrever a abordagem desses sujeitos.

Tal categoria visa compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do câmpus Camaquã a partir das narrativas de sujeitos partícipes desse processo, os quais, passo a me referir de suas falas com a nomenclatura: G1 e G2 – Gestores Institucional; G3 – Gestor Municipal; P4 – Professor; A5 – Aluno; M6 e M7 – Moradores do entorno.

A seguir, apresentarei as dez subcategorias encontradas.

5.1 Realidade e desenvolvimento

A pesquisa revela que a implantação de uma escola de educação profissional federal é muito valorizada pela comunidade local. Para o entrevistado G3, o que levou vereadores e lideranças políticas da cidade independentemente de partido a informar a viabilidade para a Prefeitura Municipal, é saber o quanto é importante ao município este tipo de escola. Para ele, o bem comum, o avanço da economia do município, o desenvolvimento das pessoas tem que estar livre de questões ideológicas.

Tal percepção é reforçada pelo Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, a partir da Lei Nº 11.892/2008, Art. 6º, incisos I a IX, de criação dos Institutos que tem finalidade de:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; [...] desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

O entrevistado relata que ao saber que o Rio Grande do Sul receberia dez *escolas técnicas*, o município de Camaquã buscou se candidatar à implantação de um Câmpus de Educação Profissional. Neste sentido, buscar fundamentação e argumentações para a concretização foi o grande desafio. Houve negociações com o governo federal, perante Brasília, a definição à época, indicava até então, o município de Tapes seria o contemplado a receber a *escola técnica*. Segundo o entrevistado, o bem maior está em fazer tudo que for possível, portanto, correr atrás com o pouco tempo que tinham, fez a diferença.

Seguindo o pronunciado por G3, é oportuno pensar na linha de Höfling (2001, p. 38):

O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.

A equipe de governo do município embasou o projeto em informações que agregaram e mostraram a importância de ser em Camaquã a implantação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional sem denegrir a cidade de Tapes. O entusiasmo de terem chance ficou evidenciado ao saberem que a escolha seria meramente técnica, assim, a cidade de Camaquã passou a ser grande candidata a receber uma escola de Educação Profissional, a partir da certeza de não ser indicação política.

Refletir sobre a luta de conseguir trazer para a comunidade o câmpus Camaquã, mostra a história da disputa política e a necessidade de empenho de gestores do município para consagração de uma Educação Profissional pública e gratuita. Assim, Arroyo (2012, p. 105), se refere,

[...] a luta pela instrução, a educação o saber e a cultura faz parte de uma luta maior entre as classes fundamentais, não apenas nos países ditos desenvolvidos, mas também na nossa história. [...], entre nós a garantia do direito do povo à instrução e à educação ainda tem de ser defendida com a ênfase que merece.

Neste sentido, a escolha das áreas a serem ofertadas, as contrapartidas o que tinham a oferecer, sustentou a vinda para o município. O avanço da obra em relação às demais componentes da mesma Fase do Plano de Expansão foi destaque para o entrevistado G3 e, diz ele, a autoestima da população camaquense se elevou ao ter a oportunidade de o cidadão estudar na própria cidade ensino profissional de qualidade e gratuito.

Embora o entrevistado conheça a história da educação profissional oriunda do antigo CEFET de Pelotas, se diz surpreendido, com a demanda de alunos que procuraram lá estudar, sabia que inicialmente o ingresso seria limitado. Em sua visão, o câmpus Camaquã propicia, aos alunos, além de formação técnica, de caráter, de valorização das atitudes disciplinares e de responsabilidades como cidadãos, enfim, reflete a dimensão e seriedade da formação em todos os sentidos.

É relevante ponderar sobre as prioridades e políticas, que são inúmeras, ao implantar um Câmpus com educação profissional. Os desafios e estratégias a desenvolver são diversos, considerando a perspectiva de qualificação e trabalho.

No que diz respeito aos desafios, Kuenzer (2001, p. 56), leva em conta que o processo de reestruturação produtiva define os conceitos de trabalho e qualificação,

Integrar a política de educação profissional à política pública de emprego, trabalho e renda, voltadas para o desenvolvimento sustentável; definir com precisão o foco da educação profissional, de modo que se caracterize como atividade com início, meio e fim, sobre a premissa da “empregabilidade”, entendida não como simples capacidade de obter emprego, mas de manter-se em um mercado de trabalho em constante mutação.

E, ainda, Kuenzer (2001, p. 57),

[...] a educação profissional não se restringe ao nível médio, mas articula-se com todos os níveis, da educação fundamental à pós-graduação, perpassadas por estratégias contínuas de educação permanente.

Contudo, o câmpus Camaquã representa para a comunidade oportunidade de educação técnica, de mudança de vida e melhores possibilidades na carreira profissional e, segundo o entrevistado G3, os camaquenses foram contemplados

com uma escola do porte do IFSul, uma escola que desenvolve além da educação técnica, conscientização dos alunos quanto a convívio e comportamento social.

Arroyo (2012, p. 111) parte do pressuposto,

[...] o campo educativo é uma construção histórica. Não apenas os conteúdos escolares têm de passar por uma crítica séria, mas nosso saber sobre por onde passa o educativo tem de passar por uma crítica. Na história da educação podemos encontrar tendências pedagógicas diferentes, seja privilegiando a docente, o conteúdo, o método, o aluno, porém os conflitos maiores se dão em torno da própria constituição e compreensão do que seja o saber, a educação, o campo e o espaço onde se produz e reproduz, e quem sejam seus legítimos produtores.

Ao implantar um Câmpus com educação profissional gratuita, torna-se necessário analisar regiões, suas potencialidades, sua economia, só assim os jovens vão entrar no mundo do trabalho qualificado, com uma profissão regulamentada, fazendo o que gostam. Para o entrevistado G1, o desencadear do processo de implantação, contou com excelente apoio e convívio entre poder público e IFSul, parceria de grande valia frente à comunidade. Além disso, a imprensa escrita e falada desenvolveu constante divulgação, sobre a instituição, no município e região.

Ao que parece do início até os dias de hoje, a imprensa escrita e falada atua como importante parceiro, realizando programa de rádio para a gestão tratar de assuntos sobre o Instituto, responder questionamentos da comunidade, abordar a importância daquele bairro, fazer chamamento das pessoas a acreditarem na escola que para o entrevistado G1, ali estava para impulsionar a região.

Ao mesmo tempo, como forma de divulgação, possibilitaram os Robozinhos; o Telescópio, que segundo o ele, esse movimento alavancou o interesse da comunidade em conhecer a Instituição; a Biblioteca aberta a comunidade, permitia a consulta aos livros até mesmo para quem não era aluno, propiciando conhecimento e cultura; computadores à disposição dos alunos, desenvolviam trabalhos para as disciplinas, alguns nem conheciam um *Mouse*.

Embora o Câmpus seja uma Instituição de Educação Profissional, se percebe que educação, em todos os parâmetros, foi trabalhada. A divulgação trouxe além da interação da comunidade com o Câmpus a possibilidade de expandir conhecimento do ensino ministrado.

A respeito de educar fora da escola, cabe referenciar Saviani (1994, p. 7), quando diz,

É muito comum hoje afirmar-se que a escola é uma das formas de educação, uma entre muitas e, entre estas, não é a principal. Educa-se através de múltiplas organizações, não apenas através da escola. Educa-se, por exemplo, através dos sindicatos, dos partidos, das associações dos mais diversos tipos, através dos clubes, do esporte, dos clubes de mães. Educa-se através do trabalho, através da convivialidade do relacionamento informal das pessoas entre si.

Não menos importante, na percepção de G1, é oportunizar formação de servidores. Como exemplo, cita o Mestrado Profissional em Educação Profissional, ressaltando,

O ideal seria todos os gestores participar desse processo, a instituição vive momento que muitos de seus gestores têm pouco tempo como servidor público, esta realidade traz algumas preocupações, há servidores comprometidos, necessitam ser acompanhados, precisam caminhar junto. Sobretudo, diz ele, o desejo é ter em cada projeto de curso, em cada montagem de estrutura, uma ótima discussão pedagógica, um viver a escola para tudo andar, todos irão passar por alguma dificuldade, mas vão andar.

Cidade polo na região onde se localiza, cabe relatar que Camaquã possui população de sessenta e cinco mil habitantes, aproximadamente e, em seu entorno, onze municípios, totalizando em torno de duzentas mil pessoas beneficiadas com este referencial de Educação Profissional, que ao conhecerem a Instituição deixam de ir para outras cidades, onde há renomadas instituições, entendem a importância de terem uma escola pública ofertando ensino técnico e em segundo momento, ensino superior, como também cursos básicos, extensão, etc.

Embora o entrevistado G1 tenha tais percepções, preocupa-se quanto ao desenrolar do Plano de Expansão, uma vez que, vivemos momentos de crise econômica e política. A Instituição tem tudo para crescer, desde que o governo federal cumpra sua parte, comenta. Resolver questões administrativas é fundamental às questões de ensino para, naturalmente, virem as soluções das demandas. O sobressalto de suas dúvidas é se terá vaga ou não para admitir pessoal, se receberá recursos para conclusão de obras, para ele, o restante decorrerá através das pessoas.

5.2 Objetivos cumpridos

A existência de burocracia no serviço público leva, por vezes, a demora nos procedimentos necessários aos processos, quer de aquisição de materiais para atividades, quer processos de projetos, o que requisita, do gestor, uma atenção ao andamento. Com esse entendimento, o entrevistado G2 diz que mesmo com alguns impedimentos os objetivos vêm sendo cumpridos. Para ele, o Instituto Federal Sul-rio-grandense cumpriu o objetivo de implantar uma instituição de ensino público profissionalizante, federal, gratuita, até então inexistente no município e região.

Deste modo, do ponto de vista pedagógico, G2 entende que o Câmpus se destacou no exercício de solucionar as dificuldades. Do ponto de vista da funcionalidade, cumpriu o atendimento das questões ambientais, de acessibilidade, de reaproveitamento da água da chuva. Este último, durante o processo de construção física do Câmpus, foi devidamente planejado e colocado em prática.

Assim, diante das transformações percebidas os objetivos iniciais estão sendo consolidados através da oportunidade de educação profissional em diferentes níveis a centenas de jovens e adultos do município e região, da aceleração do desenvolvimento, da contribuição social, das mudanças ocasionadas na vida da comunidade.

Frigotto (2010a, p. 185) acrescenta sua concepção a respeito,

[...] a ampliação do acesso à escola e o prolongamento da própria escolaridade, representam, ao mesmo tempo, uma forma econômica e política de gerir necessidades do capital e uma resposta à pressão da classe trabalhadora por mais escolaridade, carrega consigo a tendência à elevação dos patamares escolares muito além do que é conveniente.

Embora a implantação do Câmpus seja resultado do trabalho de equipes, tanto do Poder Público como do Instituto, a realização e alegria do entrevistado G3 está manifestado, ao dizer,

[...] o papel foi cumprido ao buscar apoio e parcerias, independentemente de ligação partidária, se articulou para que o sonho de uma educação profissional na cidade se tornasse realidade. Assim, o dever de um homem público foi cumprido ao fazer essas ações em prol de sua comunidade.

Diante disso, o olhar do entrevistado A5 vai ao encontro das percepções dos objetivos cumpridos, ao relatar:

[...] ao ser aprovado para estudar no câmpus alcancei parte de meus objetivos. As dúvidas eram muitas, o que escolher e, se ao concluir o curso técnico seguiria na mesma área. Ao longo do curso desenvolvi essa ideia e, ao concluir trabalhei na área obtendo, assim, visão do que buscar a seguir. O curso técnico, por sua importância, permitiu reflexão quanto à escolha de uma graduação e o que fazer após a conclusão, até então não sabia o que seguir na vida adulta. Ao terminar o curso técnico, contei com incentivo dos professores, por serem mestres e doutores revelam bastante sobre pesquisas e o que encontramos após o técnico, conseguem dar uma visão mais a frente, ao futuro e, foi isso que ajudou em minha decisão.

Por certo, o Câmpus possibilitou a esse jovem sua profissionalização, culminando com sua inserção no mundo do trabalho, um fato que destaca uma das finalidades dos Institutos Federais.

5.3 Consolidação do Câmpus

Para contribuir no entendimento do Plano de Expansão da Educação Federal, busquei na leitura de Höfling (2001, p. 31), em seu artigo *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*, compreender a relação entre estado e política social, quando implementada em uma sociedade num período histórico.

[...] é possível considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes, [...] que possibilitam a ação do governo; e Governo como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Assim, ao se referir a essa relação vai além,

Especialmente, quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc.) os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados e exigem grande esforço de análise. (HÖFLING, 2001, p.31)

Para dizer que o Câmpus está consolidado, torna-se claro a necessidade da reflexão de como a população do município e região está consciente quanto ao seu funcionamento. Para isso, ouvir moradores pode mostrar qual parcela da população

percebe esta escola, ou ainda, se parte ou totalidade tem conhecimento desta Instituição.

Conforme o entrevistado M6,

[...] precisam conhecer mais, se inteirarem, saber o que acontece, porque quando tomam conhecimento ficam maravilhados, entusiasmados com as possibilidades e oportunidades oferecidas neste educandário. Com todos os eventos realizados e com a frequência que é visitado, talvez seja o interior os que menos conhecem.

Além disso, comenta,

[...] a promoção de emprego público federal, abriu caminho para as pessoas se prepararem e participarem de concursos públicos. A atuação desta Instituição provoca contentamento na população, os alunos que lá estudam e os que ainda virão, certamente sairão com conhecimento para o mundo do trabalho. Seria excelente se houvesse em mais cidades do estado escolas profissionais públicas e gratuitas, ampliaria o desenvolvimento intelectual da população. É uma grande conquista a implantação do Campus Camaquã, a comunidade até então carecia de escola com ofertas de ensino profissionalizante pública e gratuita [...] é uma escola que proporciona aos estudantes opções de escolher uma profissão.

Entretanto, a percepção do entrevistado M7 é de que a comunidade e região ganhou ensino de qualidade, profissionalização de mão de obra especializada local e atraiu empresas de grande porte. Acostumados a ter ensino de baixa qualidade, alunos sem estímulos e incentivos, reconhece ser a educação profissional do câmpus Camaquã, enriquecida de profissionais qualificados, que possibilita ensino básico até a pós-graduação. Para ele,

[...] a verticalização do ensino deveria abranger todos os municípios, quiçá o governo federal pudesse estimular e criar em mais municípios escolas deste nível, porque o futuro de muitos jovens pode estar nesta oportunidade. Nem todos os cidadãos conseguem cursar uma faculdade e, quem sabe a realização profissional poderá estar na área técnica de nível médio.

Corroborando com a manifestação do M7, para o entrevistado A5, até então, só havia duas escolas estaduais de ensino médio na cidade de Camaquã. O atrativo de estudar no Câmpus veio à época do primeiro Processo Seletivo, por sua decisão de lá estudar com o intuito de, ao concluir o ensino médio com o curso técnico, obter uma carreira com formação profissional. A possibilidade de emprego, mesmo iniciando como estagiário era o que mais chamava sua atenção.

Deste modo, relata,

[...] ao me formar, consegui estágio em empresa da região, por indicação, [...], não conheciam o técnico oriundo do câmpus [...], ao ser entrevistado para a vaga ouvi: não sabia que tinha uma fábrica de profissionais da área, não havia se tocado que havia uma fábrica bem pertinho da empresa, demonstrando total desconhecimento da Instituição, as empresas locais investiam na profissionalização de seus trabalhadores.

Para A5, a conclusão de seu estágio, oportunizou abrir portas para os demais técnicos do Câmpus, uma vez que em sua substituição, admitiram um formando do IFSul logo a seguir.

Arroyo (2012, p. 110) revela que,

O capitalismo tem sido esperto em garantir um mínimo de educação escolar básica para as classes trabalhadoras continuando a reprimir o direito à educação. A burguesia tem tentado distrair o povo e os profissionais da educação para reduzir à educação apenas a entrada e permanência durante alguns anos na escola.

Nesta concepção, Frigotto (2010b, p. 172) manifesta que,

[...] ao examinarmos a proposta de educação técnica e profissional veiculada pelos organismos ligados aos empresários, direta ou indiretamente, percebemos, mais claramente, o limite e estreiteza das elites na luta para ter o controle privado desta modalidade de ensino, mesmo quando este é mantido pelo Estado. A luta dessas elites, com o apoio da maior parte das direções das escolas técnicas e setores atrasados do próprio magistério e funcionários, é de manter o sistema de ensino técnico-industrial como um enclave no sistema de educação.⁶⁴

Na mesma direção, apesar de pouco mais de dificuldade, seus colegas conseguiram estágio. Em sua percepção a falta de conhecimento por parte das empresas, de saberem o tipo de profissional ali formado, levou a essa situação. Essa é a cultura das empresas, ao mesmo tempo, para A5, a mudança já está acontecendo, é só uma questão de costume.

Na medida em que os entrevistados manifestaram suas percepções quanto à consolidação do Câmpus Camaquã, a compreensão para o entrevistado P4 é de que embora haja muitas possibilidades para a cidade e região, por exemplo, a qualidade do ensino ministrado, gratuito, o resultado de alunos já formados

⁶⁴ A gestão das escolas técnicas, salvo raras exceções é profundamente autocrática. Esta estrutura se consolidou, sobretudo durante a ditadura, e mesmo com o processo de redemocratização os professores encontram grande resistência para suas lutas até hoje (FRIGOTTO, 2010b, p. 172).

trabalhando, os que vão para as universidades, demonstram o indício do percurso proposto cumprido.

Entretanto, parte da população ainda desconhece a Instituição. Para P4, ouvir, [...] *ao se falar do IFSul: Quanto custa? Qual é o valor?* e como resposta esclarecia, [...] *não, o aluno não tem que pagar nada, dependendo da situação social, se comprovado, o aluno tem auxílio transporte e alimentação*, substancia seu entendimento. Ao que parece, na fala das pessoas, a população ainda não sabe bem o que é a Instituição, há uma confusão em termos de educação, pois para algumas, o câmpus Camaquã, é referido como a “faculdade”.

O entrevistado P4 tem a preocupação quanto a,

[...] outro detalhe da Expansão que me chama a atenção é a questão geográfica dos Câmpus, isso me chama muito atenção. Por isso, perpassa assim pela questão vamos dizer de a gente ter três Institutos Federais no Rio Grande do Sul, por exemplo, tu tens um Câmpus da Fase II, Câmpus Venâncio Aires e se não me engano da Fase III da Expansão é Lajeado, isso dá trinta quilômetros. Naquela região, nós temos a Universidade de Santa Cruz do Sul que tem cursos técnicos e temos a Universidade, o Centro Universitário UNIVATES que também tem curso técnico, eles têm, como posso dizer, já têm uma caminhada boa de cursos técnicos. Então eu fico pensando, bem a gente talvez tenha que repensar aqueles dois Câmpus a trinta quilômetros de distância um do outro né? Eu, assim, não tenho maiores elementos de dizer como é que é feito isso, como é esse diagnóstico, mas uma percepção minha, talvez eu esteja enganado.

Em sua percepção, o que pode ter levado o governo federal a definir estas regiões é o fato de lá existirem, até então, somente universidades privadas com oferta de cursos técnicos, também privados e, muitos estudantes não possuem recursos para estudar nestas instituições.

A visibilidade do Câmpus, por sua qualidade, representa potencialidade na mudança de vida da comunidade. Talvez a situação social de parte da população não propiciasse conhecer este caminho para a realização profissional. Assim, o entrevistado P4 manifesta, [...] *a participação dos alunos em eventos como Visitas Técnicas, Feiras, Projetos de Extensão, faz a diferença neste mundo de possibilidades para os estudantes [...] a procura pela comunidade aumentou, com a participação nesses eventos.*

Ter na cidade uma escola como o Câmpus Camaquã, desponta mudança natural do perfil dos estudantes, a formação de mão de obra qualificada passa a ser

a busca principal de estudantes, promovendo desta maneira a profissionalização através do ensino técnico, resultando possibilidades para a cidade e região de profissionais capacitados e habilitados para ingressar no mundo do trabalho.

Frigotto (2010b, p. 173), nos fala,

O exame mais cuidadoso do tipo de ensino que se oferece nestas escolas, mesmo que seja tido como o de melhor qualidade, revelam-nos que é demarcado pela estreiteza do ajuste ao mercado de trabalho. A concepção das ciências – Física, Química, Matemática, Biologia e Ciências Sociais – é, como mostram alguns trabalhos, de natureza escolástica. [...] As evidências estatísticas mostram que o argumento de que é para formarem-se técnicos de nível médio necessários à incorporação ao mercado de trabalho é falso para o grupo social que frequenta as escolas técnicas federais.⁶⁵

Nessa perspectiva, o entrevistado G3, entende,

[...] talvez a mão de obra possa ser fator preponderante para atrair empresas a se instalarem no município. Um cronograma de visitação, das escolas municipais, e mostrar a realidade do Câmpus para estes jovens podem ser forma de divulgar e conscientizar a população quanto à Educação Profissional do Câmpus, [...], a população conhecerá um pouco mais sobre a Instituição que transformou a característica do município, os pais poderão direcionar seus filhos a estudar e se formar em curso técnico, pois hoje o mundo do trabalho cada vez mais requer profissionalização.

A partir de dois mil e treze, através de alunos participantes do ENEM, o Câmpus Camaquã se classificou entre as vinte melhores escolas públicas do estado, na mesma lista em que constam outras instituições tradicionais em inúmeras e ótimas classificações. Dessa forma, esse cenário mostra a qualidade do ensino técnico ministrado e, conseqüentemente fez crescer a procura dos cursos técnicos. No entanto, o entrevistado G2, a aprovação dos alunos em cursos de Universidades Federais instigou maior interesse da comunidade, embora, não seja este o papel do Câmpus Camaquã e, sim, formar profissionais técnicos.

Todavia, esses resultados estão interligados às facilidades que o próprio governo federal criou, segundo G2, tais facilidades propiciaram aos estudantes irem além, de buscar cursos superiores, pós-graduações, enfim, a não estagnação e, que a continuação ou não dos estudos deve ser definida e calcada pelo próprio aluno, por seu perfil.

⁶⁵ Para uma análise sobre a natureza e qualidade do ensino técnico industrial ver: Braga (1991), Lopes (1990) e Oliveira (1990). Para uma análise da política de ensino técnico, sua “melhoria” e expansão, ver Frigotto et al. (1993).

Como consenso dos gestores entrevistados, vê-se a idealização de manter as atividades do Câmpus com continuação de seu atual desempenho. A busca em desenvolver ensino, pesquisa e extensão são ensejos contínuos e, assim, remetem a consolidar a estrutura como Câmpus do Plano de Expansão.

Segundo o entrevistado G2, o município de Camaquã é caracterizado pela falta de continuidade de projetos, algumas vezes, o que inicia não termina, assim, para G2, manter a estrutura nestes cinco anos, cuidar e ampliar prédios, oportunizar formação dos servidores, planejar o ensino, buscar parcerias, permitiu consolidar a Instituição.

E ainda, G2 revela que em seu entendimento o sucesso do ensino no Câmpus está nos Cursos Técnicos Integrados, os quais são procurados por uma comunidade em busca da sequência dos estudos ao mesmo tempo profissionalização para o começo de sua carreira.

Todavia, Saviani (1994, p. 5), contribui no entendimento:

Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. Por aí é possível compreender exatamente por que esta sociedade moderna e burguesa levanta a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolaridade básica deve ser estendida a todos.

Não obstante, para G2, a aposta da consolidação está nos cursos de graduação que serão implantados no ano de dois mil e dezesseis, ao manifestar,

[...] aquele aluno que já está lá dentro da Instituição cursando o técnico terá oportunidade de se candidatar a cursar uma graduação gratuita, com qualidade, em espaço físico agradável, com bons professores, equipamentos, laboratórios e oficinas de última geração. Tudo isso poderá motivar o aluno a seguir na instituição, [...], manter os cursos integrados e trabalhar com o público noturno na graduação será o crescimento e consolidação do Câmpus Camaquã.

Além disso, em sua percepção,

[...] o Câmpus recém completou cinco anos, precisa que a comunidade acredite, tenha confiança. A partir da participação dos alunos no ENEM com resultados positivos, passaram a perceber o Câmpus Camaquã não mais como extensão de Pelotas, tradição e reconhecimento da antiga EFTPel e, isso, mostra não ser a mesma escola de Pelotas, não são os mesmos professores e terão outros resultados.

Embora o entrevistado A5 perceba que o Câmpus é divulgado, principalmente em época dos Processos Seletivos, através das rádios da cidade, da distribuição de panfletos com o intuito de chamar alunos para lá estudarem, seguidamente as atividades abertas ao público, como por exemplo, Feiras e Cursos de Extensão também contribuem para o conhecimento da Instituição. Em sua visão a população sabe da escola que lá funciona, porém ocorre que muitas pessoas não dão importância, não buscam saber o que acontece.

Para A5 é relevante destacar que essa Instituição não difere o aluno que lá participa do Processo Seletivo. Se aprovados, podem ser alunos de baixa renda familiar, de classe média ou alta. O importante é que independentemente de classe social, sairão formados com curso profissionalizante.

5.4 Mudança do cenário

Na medida em que se pode considerar o Câmpus Camaquã uma escola crítica, se diz como argumento a constituição do seu grupo de servidores politizados. Em época de greve, foi um dos Câmpus do IFSul que aderiu ao movimento, nesse período as pessoas se reuniam para fazer discussões pertinentes ao movimento e ao Câmpus, pautadas no respeito e na ética.

Desse modo, é relevante a contribuição do entendimento de Arroyo (2012, p. 108),

[...] não há coincidências no próprio conceito tão usado, *direito à educação*, ou que partimos de uma percepção diferente de por onde passa o educativo na história e onde se situam as lutas entre as classes pelo saber, pela educação e pela cultura.

Segundo o entrevistado G1,

[...] permitir discussões com a finalidade de melhorar a educação e suas vidas pode ser um caminho para a satisfação profissional, e assim, projetará um encantamento de todos os segmentos da comunidade escolar, no professor, no aluno e no técnico administrativo.

Diante disso, o aluno, por sua vez, chegará à aula e aprenderá não só com equipamentos existentes nos laboratórios e oficinas, mas também com o professor tranquilo, feliz em transmitir conhecimento, sabendo que é precursor dos sonhos destes e, provavelmente logo serão realizados. Ao manifestar sua visão sobre o

Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, o entrevistado diz ser importantíssimo ao considerar,

[...] na comunidade aonde chega uma escola do porte do IFSul, só quem vive pode ter ideia o que isso representa, muda a autoestima, muda o movimento da comunidade, é imensurável ter uma escola pública de qualidade, [...], é visível o contentamento dos pais, verem seu filho estudando em uma escola profissional com professores qualificados como os que lá trabalham. Esta Educação Profissional, agora oferecida na cidade de Camaquã e região, nos encaminham para uma reflexão, ou seja, do quanto mudou a perspectiva de vida e a qualidade da educação neste município.

Com a finalidade de forçar as autoridades municipais a olharem para o bairro, o grupo gestor optou em morar no bairro à época da implantação, o que na opinião do entrevistado G1, pode ter sido fator preponderante nas demandas de responsabilidade da prefeitura municipal. O entendimento de passarem as mesmas dificuldades dos moradores, enfrentadas há muito tempo e, vivenciar os problemas, poderia inibir o enorme descaso do poder público por aquela área.

Atitudes como essa, estimular as pessoas detentoras das decisões no município a circular pela área e entorno, resultou grande movimento daquele espaço da cidade gerando uma nova realidade. Para G1, modificar aquela área era primordial, eliminar carências também era um desafio a ser enfrentado e encampado. Prova disso, comenta,

[...] ao olhar imagens do ano de dois mil e oito, vê-se campos, poucas casas, duas ou três no máximo. Hoje, totalmente diferente comparada aos primeiros anos da instituição, houve uma explosão, tornou-se área repleta de casas, prédios de apartamentos e comércio, percebe-se outra lógica de espaço, um novo panorama. Para a comunidade em geral veio a valorização com a movimentação imobiliária, muitos investimentos, mudança do cenário de um bairro esquecido para uma região com um plus econômico, ampliou a renda de pessoas através de aluguéis e comércio.

Neste sentido, o Plano de Expansão pode ser analisado como uma estratégia de governo, se comparado à época em que o Rio de Janeiro deixa de ser a capital do país com a construção de Brasília, nova capital atendendo uma necessidade. Para o entrevistado G2, da mesma forma, origina o ensino técnico das capitais de estado que começa a saturar, a ficar complicado quanto à mobilidade urbana e os leva para cidades do interior, em cidades polo. Percebe-se, em longo prazo, que

poderá resultar no pretendido, pois atrai pessoas com maior formação a pensar e buscar uma qualidade de vida em cidades do interior, diz ela.

Embora o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, como alternativa, oportuniza ao maior número da população - independente de faixa etária - estudar, ter formação técnica, ter ensino de qualidade, em sua cidade de origem, sem necessitar se deslocar para um grande centro, G2 manifesta, [...] *o Brasil está carente de mão de obra técnica, de pessoal capacitado, sendo assim, o subterfúgio de tornar a escola mais próxima da população é interessante.*

O pronunciado por G2 parece ir ao encontro do estudo de Saviani (1994, p. 11), ao discorrer sobre a bifurcação do ensino, à época da origem das escolas de formação geral e as escolas profissionais, com qualificação específica:

A universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna. [...], a introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola primária. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas operado-as sem maiores dificuldades. Mas, além do trabalho de operar com as máquinas, era necessário também realizar atividades de manutenção, reparos, ajustes, assim como o desenvolvimento e adaptação a novas circunstâncias. Subsistiriam, assim, no interior da produção, tarefas que exigiam determinadas qualificações específicas, obtidas por preparo intelectual também específico. Esse espaço foi ocupado pelos cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino, tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo.

Ao mesmo tempo, conhecendo as dificuldades de fixação de pessoal neste Plano, G2 analisa seu lado pessoal e vê com enorme satisfação, [...] *sou profissional com mestrado, doutorado e me preparando para o pós-doutorado, esta oportunidade de morar no interior vem de encontro com a qualidade de vida que sempre idealizei.*

Todavia, ao ouvir o relato de G2, remete-me ao enunciado de Josso (2010, p. 51), em que se refere às implicações dos processos de elaboração das vivências,

[...] como sendo “o alargamento da consciência, a mudança a criatividade, a automatização, a responsabilização. Essas implicações estão, evidentemente, inscritas nos processos de aprendizagem, de conhecimento e de formação.

Na mesma direção, ao considerar o lado pessoal, mais uma vez, se depara com a busca de mudança de vida como ponto comum entre os entrevistados.

Acompanhar toda movimentação de implantação do câmpus Camaquã desde as primeiras pretensões e reportagens, possibilitou aos entrevistados, correr atrás de sonhos, como ser servidor, ser aluno, ser o idealizador, ser o gestor que encampa um desafio, oriundos numa Instituição de Educação Profissional Federal.

Desse modo, P4 se refere que sabia a história do então CEFETs, à época, com Unidades Descentralizadas, demonstrava a qualidade de ensino que sempre lhe foi atribuído e, também, a questão salarial atrativa, comparada a de professor do município e estado, era bem melhor, além das condições de trabalho e valorização de formação, o quanto isso poderia mudar sua vida e da comunidade. Assim, sua manifestação quanto ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional é,

[...] se não existisse, centenas de profissionais não teriam a oportunidade de trabalho em uma instituição de ensino federal, bem como em torno de quinhentos alunos, da cidade de Camaquã e região, talvez a grande maioria, não teria acesso a uma instituição com a qualidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense, [...], as mudanças na vida desses alunos, servidores e da própria população, poderá com o passar de tempo ficar mais visível, uma vez que, a Expansão descentraliza a Educação Profissional e leva para cidades menores ensino público de qualidade.

Entretanto, para P4 começa a surgir preocupação relacionada a mudanças de governo e o difícil momento de recursos financeiros das instituições de ensino. Segundo P4, a falta de recursos implica em não contratação de docentes, intervindo diretamente na carga horária dos professores efetivos. Estes, por sua vez, absorverão tal demanda para suprir o prejuízo do grupo discente. Para ele, ao refletir diz *“o certo é que o Câmpus está implantado, o aluno está matriculado e precisam ser ensinados”*.

Diante disso, aparece outra inquietação quanto ao Plano, não está claro como ficará a Expansão quando acontecer, por exemplo, troca de governo, troca de partido, de pensamento, de ideais. Cabe mencionar que para o entrevistado P4 as políticas hoje são voltadas mais ao lado social, o que torna necessário pensar e refletir como ficarão essas escolas, os prédios construídos, a manutenção, o quadro de pessoal que vão passar, uns mais outros menos, no mínimo por vinte e cinco anos como servidores públicos federais. Contudo, sua preocupação torna-se clara ao mencionar,

[...] o risco que se corre por este Câmpus não estar totalmente consolidado, além do considerável aumento do número dessas escolas em cidades tão próximas, parece não haver planejamento, o que se sabe, a qualquer modo, é que existem os dois lados, um altamente positivo e outro a incerteza de como será a consolidação dos Institutos Federais.

Para Frigotto (2010a, p. 179), a política educacional, por vezes, inequivocamente, toma o rumo na contramão do processo pedagógico. Assim, assinala a *síndrome Chiarelli*, onde à época, ao assumir o Ministério da Educação no governo Collor, o senador Chiarelli declarou que faria uma *revolução na educação*,

A expressão mágica – *adaptar-se a realidade*⁶⁶ – foi tomada ao pé da letra. O ministro confundia os sujeitos que conhecem – alunos e o saber social – que são (ou deveriam ser) sempre o ponto de partida necessário do processo de construção do conhecimento, com o sujeito do conhecimento e sua necessária busca de universalidade, tarefa inequívoca de um projeto pedagógico na escola.

Por outro lado, a manifestação do entrevistado G3 é de que o governo federal parece acertar nessa ideia, nessa projeção, nesse trabalho de expandir em regiões que precisavam de impulso para competir com outras regiões avançadas do estado. Para ele,

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional poderá ser o caminho para, se não acabar, pelo menos, amenizar as desigualdades sociais. Em seu entendimento, essa vontade do governo federal é bem vista, uma vez que, o município de Camaquã, uma região pobre, com dificuldades em investimentos, a partir da implantação de uma Educação Profissional passou a competir com regiões do estado mais desenvolvidas.

Nota-se que perante a comunidade discente, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional talvez não tenha sido compreendido claramente, suas finalidades e objetivos. Ao ouvir o entrevistado A5, verifica-se em sua fala o pouco conhecimento sobre o Plano, ao mencionar,

[...] ter sido um dos primeiros a lá estudar, tenho algum conhecimento quanto a viver os percalços de uma escola em início de funcionamento, [...], as informações passadas pela gestão sobre processos não concluídos, eram de que havia todo um envolvimento por trás, situações legais necessárias a serem cumpridas, e, fundamentavam, por exemplo, a falta de bebedouros, alguns banheiros sem utilização, não estavam concluídos e, ainda, espaços físicos em fase de acabamento. Em meio a isso, veio a notícia de

⁶⁶ Grifo do autor.

transferência do diretor para a cidade de Jaguarão justificada na continuidade da Expansão do Instituto Federal Sul-rio-grandense, com sua experiência implantaria um Câmpus Binacional, ou seja, oportunizar Educação Profissional a estudantes do país vizinho, o Uruguai.

Embora não menos diferente é a percepção do entrevistado M7, para ele é evidente que a população nem sempre conhece os projetos e planos de governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Enquanto as próprias autoridades não as divulgarem o suficiente, a percepção dos benefícios trazidos para a população ficará comprometida, pois se sabe de melhorias sem saber a profundidade e responsabilidade de cada elemento componente de acordos pré-estabelecidos, as contrapartidas, os deveres de cada segmento.

Ao mesmo tempo, seu entendimento é que,

[...] de certa forma a desinformação passa pela falta de interesse dos cidadãos em se manter atualizado, a buscar comprovação da realização das promessas de campanha em relação ao trabalho que ora estão a desenvolver e, a questão do conhecimento por parte da população quanto à Educação Profissional ministrada no Câmpus, na esfera do ensino municipal e estadual, é reconhecida.

Segundo o entrevistado M7, a Semana de Prospecção, as atividades Extra Classe, Feiras, Competições, etc, colaboram para divulgação do Câmpus envolvendo comunidade escolar e familiar. Desse modo, as pessoas vão conhecendo, participando e, conseqüentemente, procuram a instituição para lá estudar.

5.5 Os benefícios

A partir da criação do câmpus Camaquã a mudança de vida da comunidade atendida por essa escola está evidenciada em vários aspectos, educacional, econômico, social, cultural e pessoal. Independentemente de ser natural da cidade ou não, para os entrevistados M6 e M7, a percepção de não haver nada igual na cidade suscitou muitos empregos, alunos estudando ensino técnico e a valorização da autoestima, quer dos beneficiados diretamente, quer da comunidade camaquense.

No que diz respeito à mudança de vida, para Frigotto (2012, p. 185),

[...] sobre a natureza da nova base técnica mostram-nos que estas, mesmo sob as relações sociais de exclusão vigentes, detêm a virtualidade de efetiva melhoria da qualidade de vida para todos os seres humanos. Esta nova realidade técnico-produtiva, como vimos, não só demanda para aquele conjunto de trabalhadores exigidos no processo produtivo bases de conhecimento científico, cuja universalidade lhes permita resolver problemas e situações diversas, como também visa a um trabalhador capaz de consumir bens culturais mais amplos.

Os benefícios para a cidade de Camaquã foram muitos, tanto M6 e M7, citam as melhorias do comércio, a relação das pessoas, a troca de conhecimento, movimentação de pessoas, alunos de todos os lugares, a área imobiliária teve uma valorização expressiva e com isso o comércio também cresceu. Subentendido em suas falas e maneiras de pensar, para eles, deveria haver esta “*escola*” em outros municípios do Rio Grande do Sul.

Nessa direção, o entrevistado M7, morador natural da cidade, relata,

[...] a cidade foi impulsionada, trouxe muitas pessoas de outros lugares, com outros pensamentos, qualificados e, parece ter interferido na administração do prefeito, acontecendo troca de ideias, deixaram de lado o medo de mudanças, estávamos acostumados a ter prefeitos receosos, exceto este que fez parcerias e conseguiu trazer o IFSul para nosso município.

Desde que se mudou para a cidade, há treze anos aproximadamente, o entrevistado M6 sempre morou lá. Independentemente do tempo, sua percepção é,

[...] a escola no bairro modificou o cenário que lá existia, aconteceu uma enorme valorização da região. Anteriormente, os terrenos baldios serviam para acúmulo de lixo e, hoje, os pais que têm filhos estudando na escola vieram morar próximo ao Câmpus, [...], a construção de condomínios também demonstra este crescimento, agora se pode até dizer que é um aglomerado, que é um bairro residencial.

Diante dessas manifestações, ao que parece, traduz cidadãos satisfeitos com as modificações no entorno do Câmpus, explicitamente quanto à infraestrutura do bairro, evidenciam grandes modificações, muitas pessoas que para lá foram estudar ou trabalhar.

Nessa perspectiva, ao perceber as interferências em suas vidas através de suas falas, vale referenciar a abordagem de Josso (2010, p. 36),

[...] a experiência formadora é uma aprendizagem que articula, hierarquicamente: o saber-fazer e os conhecimentos, funcionalidade

e significação, técnicas e valores num espaço-tempo que oferece a cada um a oportunidade de uma presença para si e para a situação, por meio da mobilização de uma pluralidade de registros.

A clareza dos benefícios oriundos da chegada do Câmpus está relacionada diretamente às suas vidas, como descreve o entrevistado M7,

[...] assim que vim morar no bairro o panorama visto era de uma zona rural, uma região de plantação de arroz, desativada, característica na cidade quanto aos loteamentos, lavouras desativadas para vender lotes à população, [...], com a vinda do IFSul para esta região, tudo melhorou, tudo era precário até então.

Em seu entendimento o avanço em atrair empresas é muito interessante do ponto de vista de crescimento econômico e social, ao dizer,

[...] os jovens precisam se qualificar para candidatar-se a uma vaga nas empresas instaladas na cidade. Caso não ocorra formação e qualificação, os melhores empregos não poderão ser almejados por eles.

Entretanto, no que se referem a trabalho, os entrevistados M6 e M7 destacaram a realização dos concursos públicos providos aos cargos necessários para funcionamento da Instituição. A geração de empregos diretos, bem como indiretos veio ao encontro das pessoas que se encontravam desempregadas, assim como atendeu outras como primeiro emprego, ou até mesmo, possibilitou mudanças na carreira profissional de camaquenses ou não.

É relevante para estes entrevistados, moradores do entorno, as motivações que impulsionaram o prefeito a realizar o necessário para se ter “*uma escola de alto nível*”, como também, manifestam a crença que continue assim, sem que mudanças de governo e falta de recursos não comprometa a continuidade deste Plano de Expansão.

Essa ideia remete, porém, a Frigotto (2010b, p. 172),

[...] o longo e perverso descaso com a educação pública para as classes populares demarcando como patamar possível apenas a alfabetização funcional. [...] total contradição com a ideia de uma formação abstrata e polivalente capaz de facultar aos futuros trabalhadores uma capacitação para operarem o sistema produtivo sob a nova base tecnológica.

Por outro lado, ao relatar que conhece o Câmpus superficialmente, o entrevistado M7 manifesta,

[...] mesmo sem frequentar o Câmpus, tem certeza de que esta escola é uma grande conquista para o município, [...], pensa que ainda terá a chance de vivenciar mais de perto a Educação Profissional, sua esperança está no filho estudante do ensino fundamental, futuro candidato ao ensino diferenciado do Câmpus Camaquã, [...], todo pai que tem um filho estudando ali é um motivo de orgulho, ver seu filho progredindo, estudando em uma escola de Educação Profissional é sem dúvida nenhuma, possibilidade de formação técnica de ótima qualidade.

Os entrevistados M6 e M7 deixam transparecer a esperança de um futuro promissor. Revelaram que no município há uma região da colônia bem grande, em que muitos jovens necessitavam desse ensino profissionalizante, [...] *são alunos do interior, talvez, poucas vezes tenham vindo para a cidade [...]* e, através da oportunidade de transporte escolar, os que se encontravam aptos a participarem do Processo Seletivo o fizeram e, conseqüentemente, os aprovados estudam no câmpus Camaquã.

A partir de seu entendimento, o entrevistado M6 manifesta, [...] *quando chega alguma coisa boa em um lugar, todos ficam sabendo, a comunicação oral transmitida entre as pessoas é uma forma de divulgação.* Além disso, para M6, a comunicação entre as pessoas sobre o Câmpus Camaquã, pode ser o meio mais eficaz de divulgação. Os moradores do entorno são a prova disso, quando falam [...] *moro lá perto da escola grande, uma escola boa.* Assim, discorre sobre seu pensamento ao dizer,

[...] o que é bom tem que ser citado e, assim, vai se tornando conhecido, [...], os professores da rede municipal incentivam seus alunos a estudarem para tornarem-se futuros alunos do IFSul, [...], não falta nada para o aluno, são Laboratórios e Oficinas modernos e não aprende só quem não quer, os professores e funcionários são pessoas educadoras com formação adequada.

Na mesma direção, ao referenciar a analogia discente, o entrevistado A5 menciona a importância da base que teve em seus estudos no Câmpus Camaquã. Para ele, sua aprovação na Engenharia Elétrica, é fruto do conhecimento adquirido enquanto aluno do IFSul. Em seu relato, sobre o vestibular, mostra a percepção da correspondência entre o conteúdo programático e as disciplinas curriculares, ao programa do curso técnico e, a esse fato, atribui seu êxito. Contudo, ao comparar aos alunos de outras instituições, diz perceber a deficiência dos conteúdos, justificado na falta de professores, não há substituição de um ou outro; o conteúdo

atrasa e não é recuperado e, ainda, quando o professor não avança o conteúdo em vista de alunos com dificuldades de assimilação.

O significado dado pelo entrevistado A5 está relacionado a situações que provocaram em si e, ao pensar sobre, envolve sua interação com os outros e com o meio.

Nesse sentido, busco Josso (2010, p. 56), para contribuir,

[...] a formação experiencial designa a atividade consciente de um sujeito que efetua uma aprendizagem imprevista ou voluntária [...] na ocasião de um acontecimento, de uma situação, de uma atividade que coloca o aprendente em interações consigo mesmo, com os outros, com o meio natural ou com as coisas, num ou em vários registros.

Na medida em que se passa a descrever os benefícios na percepção do entrevistado P4, ao que parece, estabelece ponto comum com os entrevistados M6 e M7, ao mencionar,

[...] o Câmpus Camaquã trouxe muitas coisas boas para este lugar, diversos avanços, oportunidade de trabalho direto e indireto, estabilidade em emprego federal, salário acima da média na região, se comparado a outros de mesmo nível escolar e, ainda qualidade de vida.

Sob a ótica dos entrevistados G1, G2 e G3, muitos foram os benefícios com a implantação do câmpus Camaquã, dentre eles, para a cidade trouxe uma escola pública com o referencial do Instituto Federal Sul-rio-grandense; para o ensino trouxe educação profissional pública, até então só havia ensino privado, propiciando ganho para a comunidade estudantil e, para os servidores do quadro de pessoal um emprego público federal, com profissionais de grande formação acadêmica, com ideias e motivações que, talvez, nunca chegassem à cidade. Para a gestora,

[...] o fato dos docentes serem das mais variadas localidades do estado, enriquece a escola com experiências diversificadas, uma expertise, na medida do desenvolvimento do trabalho, direcionada à comunidade escolar a um melhor nível intelectual.

No que tange a parte de investimentos, gerou centenas de empregos diretos e indiretos; quanto à infraestrutura, houve uma explosão perceptível. Nesse sentido o entrevistado G1 relata,

[...] ao retroceder na memória e ver nas primeiras fotos como era, um bairro pobre, esquecido por parte do governo municipal e, o que está posto agora um cenário de crescimento em todos os aspectos, dentre elas, percebe-se o saneamento, os acessos da via pública e principais ruas pavimentadas, criação dos mais variados comércio, criação de transportes, passando a circular linha de ônibus nas vias principais do bairro, a segurança rotineira, iluminação substituída e, conseqüentemente a especulação imobiliária, visivelmente valorizada.

E ainda, aponta,

[...] além de todas essas melhorias elencadas, destaca-se a autoestima da população como fator preponderante de toda esta movimentação provocada pela chegada desta Instituição no bairro.

No entendimento do entrevistado G2, como maior benefício foi constituir os cursos, mostrar resultados na prática ao formar as primeiras turmas e criar cursos de Pós-graduação, serviu para aproximar professores da rede municipal à Instituição, uma vez que esses professores passaram a não ver mais o Câmpus como competidor e sim como parceiro.

Não menos importante, para o entrevistado G1, foi mostrar ao corpo discente sua credibilidade e responsabilidade, criar ações, um trabalho permanente de construção e discussão de regras de convivência, mantinha a escola sem depredação, sem conflitos. Em seu entendimento, estratégias como não acionar campanha para demarcar os períodos foi absorvida positivamente em meio a quinhentos alunos, nunca houve registro de atraso nem de liberação. O entrevistado relata,

[...] o resultado mostra isso, todos têm seu papel na história do Câmpus Camaquã, [...], a cada início de ano letivo, um grupo de estudantes do Câmpus tinham a incumbência de inserir e acolher os novos alunos na escola. Desta forma, propiciavam a continuidade do bom funcionamento e convivência que lá era primordial.

Como se vê, Frigotto (2010a, p. 57), evidencia,

[...] os aspectos ligados a atitudes, valores, resultado do processo de socialização que se efetiva na escola são mais importantes para a produtividade das pessoas na organização enquanto fornecem hábitos de funcionalidade, respeito à hierarquia, disciplina etc.

Para o entrevistado G3, a mudança que este Câmpus possibilitou para a cidade e região está evidenciada na autoestima, no orgulho de ter no município essa

grandeza de escola, prova disso são as manifestações de estudantes lá formados ao relatarem com entusiasmo o que aprenderam e o que vivenciaram. Nesse sentido, o entrevistado A5, morador do bairro diz,

[...] o cenário de um bairro esquecido deixou de existir, vi e vivi coisas boas que o Câmpus trouxe para a cidade na área profissional, na área de Extensão com projetos em outras escolas, ocasionou incrementos para a região e, os Projetos de Extensão desenvolvidos pelos professores do Câmpus, propiciavam inovações às escolas que não tinham recursos para isso.

Até aqui, o observado ao ter uma “*escola técnica*” no município e região remete a mudanças para sempre na cidade. É unânime o entendimento do quanto essa escola provocou transformação em aspectos educacionais, profissionais, sociais, econômicos e culturais. Sobremaneira, esse fato histórico remeteu a maior movimentação no comércio local, gerou empregos diretos e indiretos, valorizou terrenos e, sem dúvida nenhuma, aumentou a autoestima da população. Não houve dúvidas, a convicção por parte da administração pública da concretização, no relato do entrevistado G3, ao explicitar,

[...] a implantação do Câmpus Camaquã foi um divisor de águas na cidade e região. Tinham uma Camaquã anterior, talvez estagnada, sem perspectivas de desenvolvimento, quer econômico, quer social, uma educação sem profissionalização e estudantes ao concluírem seus estudos sem vislumbrar perspectiva de um bom trabalho. A outra Camaquã após, passa a ser vista, a ser olhada por empresas, as quais absorverão os futuros profissionais concluintes do curso técnico.

Se comparada a manifestação do entrevistado G3, a abordagem de Josso (2010) em seu estudo *Experiências de vida e formação*, em que se refere a *momentos-charneira*, se percebe uma delimitação de contexto das diversas atividades que marcaram os acontecimentos sócio-históricos e um percurso de formação e aprendizagens e desafios valorizando as escolhas.

No dizer de Josso (2010, p. 90),

Momentos ou acontecimentos-charneira são aqueles que representam uma passagem entre duas etapas da vida, um “divisor de águas”, poderíamos dizer. Charneira é uma dobradiça, algo que, portanto faz o papel de uma articulação. Esse termo é utilizado tanto nas obras francesas quanto portuguesas sobre as histórias de vida, para designar os acontecimentos que separam, dividem e articulam as etapas da vida.

Diante disso, ressaltar o passo importante dado só foi possível ao deixarem de lado diferenças ideológicas, rixas, pensamentos retrógrados, com apropriação, diz ele, se não fosse dessa forma poderia não estar no município. O avanço deu-se devido à vontade mútua de pessoas em prol da cidade Camaquã, a região está completamente modificada e usufruindo de uma Educação Profissional pública de qualidade.

Nessa perspectiva, G3, manifesta seu entendimento como,

[...] uma mudança não passageira, onde a tendência de cada vez mais crescer é comprovada na movimentação de pessoas, do comércio e empresas que apostaram e investiram em função da implantação do Câmpus, [...], essa mudança, positiva, traz famílias e comerciantes para a região da escola, com isso todos acabam ganhando, a empresa de ônibus, o táxi, o aluguel, o comércio, etc, [...], um sonho que se tornou realidade, [...], é algo de uma enorme conquista para a região, de muito orgulho não só para ele, mas para seus filhos, sua família, [...], a oportunidade de trazer para a cidade uma escola com esse perfil, com esse foco, com as disciplinas profissionalizantes, de formar mão de obra qualificada, vai perpetuar por várias gerações, [...], sem sombra de dúvidas, é a realização mais importante de minha carreira política, colaborar e ser parceiro de um projeto valioso é um grande orgulho.

5.6 O que não deu certo

Até aqui o que se observa, sob a ótica de todos entrevistados, completa é a satisfação, tudo que até hoje o Câmpus tem oferecido à comunidade, segundo eles, são benefícios. Ao que parece, a percepção do que não deu certo está diretamente ligada aos entrevistados G1, G2 e G3, estes, durante suas gestões, vivenciaram a dualidade de realizações e limitações.

Dentro desta perspectiva, é válido mencionar que nem sempre a percepção é igualmente entendida. O olhar de cada um pode diferir em vários aspectos, está ligado ao interesse e situação. Nesse sentido, Frigotto (2010a, p.173), descreve sua ótica,

No plano da formação profissional evidencia-se, ainda mais claramente, o descompasso entre o discurso e a prática. [...], reivindicava-se uma efetiva participação, do Estado e das centrais dos trabalhadores. Nada mais daquilo que o ideário liberal ensina.

Ao mesmo tempo, para melhor compreender, a todos entrevistados, questionei o que não deu certo, com o propósito de deixar transparecer todo o processo da implantação do Câmpus Camaquã.

No que diz respeito aos entrevistados G1 e G2, ressaltam a mobilidade como desafio, não como o que não deu certo. Igualmente declaram, ao falar o que não deu certo, o desafio de fixar os professores em uma comunidade como a cidade de Camaquã e, parece ter sido obstáculo considerado como maior empecilho.

A percepção em referência aos servidores concursados, no início do Câmpus, caracterizou uma multiplicidade, profissionais de vários municípios, culturas e ampla formação. De um lado, alguns optaram por uma profissão nem sempre ligado a sua vocação e sim a interesses, o que pode levar ao desacordo, aos questionamentos. De outro lado, uma equipe diversificada, com vontade que tudo dê certo, mesmo com questionamentos, para melhorar e dar continuidade aos projetos de gestão pode ser válido, uma vez que, ideias, planejamentos, projetos de equipe, por determinado tempo, podem atender e desenvolver atividades a quem encabeça e dirige a Instituição.

A respeito disso, G2 relata,

[...] enxergo hoje, assim, mais complicado de tudo é fazer a fixação dos professores em uma comunidade como de Camaquã, porque nós temos assim, praticamente oitenta por cento dos técnicos administrativos do Câmpus são da cidade, mas a gente não tem nem de perto essa porcentagem com relação aos docentes, então, a gente tem uma rotação de docentes ahahah muito grande. Docentes que moram em Camaquã durante a semana e que nos finais de semana vão para sua cidade de origem. Isso dificulta a criação da raiz, né..., então a gente vive o Câmpus, mas não a comunidade, [...], o servidor público é móvel, [...], ele sempre vai querer voltar à suas raízes, [...], querer voltar para suas origens.

Assim, o entrevistado G2 entende dentre as dificuldades, a necessidade de motivar os técnicos administrativos a desenvolverem um perfil, sensibilizados e comprometidos com o trabalho possibilitando qualidade nas tarefas. Já ao que diz respeito aos docentes, talvez conscientizá-los de que os alunos merecem sua disponibilidade, sua dedicação. Para G2, envolvê-los num trabalho em que acreditem, poderá fazer a diferença educacional enquanto ali estiverem, ao referir,

[...] as pessoas se sintam sensibilizadas, [...], não só sensibilizadas, mas comprometidas em desenvolver um bom trabalho no período

que estiverem aqui, não só passar, mas fazer a diferença, porque a comunidade, os alunos merecem isso.

Do ponto de vista educacional, a mobilidade causa a descontinuidade de projetos. Deixam de fluir, ao desagregar um servidor com pretensa transferência. Para o bom andamento das atividades, é fundamental que os servidores tenham a convicção de fazerem o melhor pela comunidade. Segundo G2, é preciso,

[...] consolidar um grupo de docentes por um período maior de tempo no Câmpus, para que os trabalhos tenham continuidade, que eles sejam executados naquele período de um ano, mas que naquele período de um ano que eu estiver em Camaquã, eu procure fazer alguma coisa para a comunidade de Camaquã, não usar o câmpus Camaquã como trampolim para ir para outro lugar, né, mas sim como um espaço, bom, já que eu tô aqui, no tempo que eu ficar aqui, eu vou trabalhar por este Câmpus, por esta comunidade.

Neste sentido, para o entrevistado G1, ao implantar um Câmpus, que está começando suas atividades, alguns servidores chega já com a ideia de solicitar remoção para outro Câmpus de seu interesse, retratando o quanto é ruim para um trabalho em desenvolvimento. Para ele,

[...] não basta ter o grupo, a gente tem que ter uma equipe, talvez assim, tem que ter muita cumplicidade nesses processos, [...], quando tu começa a perder as pessoas que estão envolvidas contigo no projeto e aí tu não têm como prender porque a Lei não, ..., ter alguém contrariado, né? [...], nesses Câmpus que ficam como está ali perto de Porto Alegre, perto de Pelotas, muitos já chegam de costas, né, nem entram, já estão de costas no Câmpus, só tão ali para fazer uma passagem, uma passagem, chegam com um discurso bonito de um amor, mas quando surge a primeira vaga ele vai incomodar eee, bom, tá bem, é um direito, [...], a instituição tem que rever, mas então se tu me perguntar assim qual que era a minha grande preocupação? É isso e o tempo, que se tu não consegue montar uma equipe acaba não cuidando do ensino, essas questões de ensino.

E vai além, ao relatar,

[...] até a metade de 2012, tinha um trabalho permanente de rever, de estudo e, tiveram vários estudos de como a gente poderia melhorar esse processo. Ai, eu ressalvo assim, [...], agora esses dias eu perguntei: quantos têm do nosso tempo lá dos docentes, por exemplo? a gestora disse assim: olha, [...], ééé, não sei se tem cinco pessoas, das vinte e duas ou vinte e três que iniciaram comigo lá.

Diante disso, G1 pronuncia, pensar a escola a partir da capacitação dos servidores pode ser um caminho a dar suporte às discussões de ensino. Nessa

perspectiva, realizavam a Semana de Formação, com intuito de rever os princípios e como alcançar os objetivos. Para ele, ao vivenciarem uma escola nova, se encontram questões que precisam ser reavaliadas, repensadas e, conseqüentemente, alteradas. Além disso, em alguns momentos, contaram também com a contribuição do principal segmento da escola, os discentes, fundamentais em determinadas discussões.

No entanto, um trabalho pensado, embasado na missão, função social, carece de disposição por parte da comunidade para obter sucesso. Segundo G1, dentro da instituição IFSul, em seus aspectos legais, existe a possibilidade de capacitação de servidores e, aos olhos da gestão devem estar comprometidos com a escola. O crescimento profissional deve satisfazer tanto o servidor quanto a instituição, uma vez que, recursos financeiros, licenças e equipamentos são disponibilizados à capacitação do quadro de pessoal.

Na mesma direção, para melhor compreender as falhas ocorridas, denote-se como parte, ao governo federal, talvez pela dimensão e número de escolas de cada Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, pelo tamanho do país, ou ainda, pelas limitações financeiras em função da crise política e econômica.

Dentro da perspectiva do entrevistado P4, o que não deu certo está relacionado a questões de infraestrutura. Mesmo entendendo que nem sempre os projetos possam satisfazer a todos, manifesta seu descontentamento ao relatar,

[...] são poucas coisas, eu acho que eu tenho algumas considerações assim a fazer na questão do prédio né? Isso mais voltado pra questão da Engenharia, do planejamento, mas não da questão do Instituto como unidade de ensino, [...], acho que os prédios não foram bem desenhados, eu acho que esse desenho aqui utilizado não ficou muito bom, por exemplo, a gente não tem uma sala, [...], bloco salas de aula a gente tem uma entrada, [...], a gente tem salas grandes nesse prédio aqui, que é o prédio administrativo, se comparado com as salas de aula que são pequenas, principalmente do prédio das salas quatrocentos, são salas pequenas, [...], não se pensou na ideia da rede de climatização das salas dos alunos, em contrapartida, por exemplo, as salas administrativas, todas elas têm seu ar condicionado, [...], faltou um pouquinho o olhar de dizer assim, espera aí um pouquinho, nosso principal objetivo aqui é o aluno então, a gente, vamos que? Vamos fazer uma sala, vamos pensar na questão de de ãããã da climatização dessas salas, até mesmo porque a gente pega extremos aqui, que é início do ano, fevereiro e dezembro, muito quente e a gente não tem arborização né, por isso que nessa época é bastante difícil, a gente pega aí os alunos na

primeira hora da tarde, ..., é muuuito quente, então isso dificulta o processo de ensino e de aprendizagem também, [...], nesse sentido eu tenho, não deu certo, algumas considerações a fazer nessa estrutura. Talvez a estrutura teria que ser pensada, [...], então, eu acho na construção, acho faltou um pouco esse olhar, né? um olhar mais voltado para a parte do ensino mesmo, o professor onde ele vai estar? A gente pensa numa escola, deveria primeiro pensar numa sala de aula, como é que vai ser, como é que nós vamos receber os nossos alunos?, [...], aonde vão ficar os professores? E, claro, não estou dizendo que os técnicos administrativos não são importantes. Eles são importantes, eles fazem parte desse processo ensino aprendizagem, eu acho que a gente tem que fazer, não sei se consegue me entender, esse olhar assim, assim a gente devia, a gente chegar aqui e ter a sala dos professores, ter organização nesse sentido assim. É a única consideração que faço assim.

Ao que parece, a manifestação do entrevistado P4, vai ao encontro com Sibilia (2012, p. 189), [...] *problemático é o fato de a estrutura da sala de aula permanecer fiel ao esquema tradicional, com a única ressalva de ter incorporado novas ferramentas consideradas mais ou menos neutras.*

Na análise de Sibilia (2012, p. 189), contudo,

Mantêm-se idênticos os principais ingredientes do velho dispositivo. Em primeiro lugar, o espaço fechado do recinto. Em seguida as carteiras em que as crianças ou os jovens se sentam e, à frente delas, uma escrivaninha para o mestre que, dessa maneira, continua a ser aquele que “professa”. A seu lado e diante de todos, o quadro-negro – seja eletrônico e multimidiático ou não –, sempre comandado pelo docente.

De toda forma, P4 menciona,

[...] não é alguma coisa assim, que não deu certo, eu acho que também como era implantação, eu sei que tem as questões dos projetos, até pela questão de custos tem que fazer os projetos semelhantes, é uma obra pública, tem licitação, tem todas essas coisas, eu sei né, mas não teria outra coisa para apontar assim, não ter dado certo, eu acho que deu certo, tá dando certo e vai dar mais certo ainda assim.

5.7 As dificuldades

Em se tratando das dificuldades, os entrevistados G1, G2 e P4, igualmente declaram ser o quadro de docentes incompleto como a maior dificuldade enfrentada. O câmpus Camaquã ao iniciar as atividades de ensino tinha, pequeno grupo, apenas dezoito, conforme palavras de G1,

[...] tu monta um projeto, há uma promessa que vai vir gente, nós tínhamos uma promessa que íamos iniciar com trinta, veio dezoito, depois mais alguns, ficamos com vinte e dois. Nós tínhamos técnicos administrativos, nós íamos iniciar com vinte, era trinta docente e vinte administrativo, veio onze. Bom, já tu tem que rever todo processo e aí tinha promessa que no segundo ano, viria.

Já G2 relata,

[...] estamos fechando cinco anos agora, na verdade nossa Portaria de Funcionamento é de fevereiro de 2010, então pela Portaria de Funcionamento nós já fechamos cinco anos e eram previstos quarenta e cinco técnicos administrativos e sessenta docentes. E hoje temos no Câmpus vinte e nove técnicos administrativos e quarenta e dois docentes. Então, a gente não chegou nos números que a princípio, em termos de força de trabalho, deveríamos ter, mas nós temos três cursos né, técnicos integrados, temos um curso subsequente, temos um curso de Pós-graduação, uma especialização Lato Senso. Então, dentro daquelas atividades mínimas, que são muitas, que são previstas por lei, o Câmpus tá trabalhando para alcançar, nós também temos uma turma de Proeja, [...], também é uma das metas e estamos aí apresentando no Conselho Superior, temos três cursos superiores, cujos Planos Pedagógicos, os PPCs, foram entregues a Pró-reitoria de Ensino para serem avaliados. Então, nós estamos trabalhando [...].

Diante disso, o que se pode perceber em suas palavras, a mostra de um trabalho realizado, mesmo com a dificuldade de pessoal. Esse fato não impede o desenvolvimento dos processos, pode até levar um tempo maior, mas são realizados. Para ela,

[...] a gente tem que fazer dar certo, tem que fazer dar certo, né Lucia, não tem motivo para dar errado. A gente tem é desafios e dificuldades, mas não existe o erro ou o acerto e tem coisas que a gente não tem como voltar atrás, porque a estrutura do Câmpus, o investimento que foi feito, por exemplo, foi feito em três áreas. Nós temos três áreas bem distintas. Hoje eu arriscaria dizer que isso é perigoso, que um Câmpus que tem a possibilidade de ter quarenta e cinco e sessenta, né, ele deveria ter duas áreas, no máximo. Três áreas fica difícil verticalizar.

De alguma maneira, interessante chamar atenção ao que indica Frigotto (2010a, p. 188),

[...] a relação com a materialidade social na qual ela se produz nos permite perceber que a forma e o conteúdo que assume no seu desenvolvimento não é algo arbitrário. Neste sentido, na escola, os processos educativos não podem ser inventados e, portanto, não dependem de ideias mirabolantes, megalômanas.

Segundo o entrevistado G1, o grupo foi encantado com a possibilidade de construir o Câmpus, tudo era novo. Escolher materiais necessários para compra a serem utilizados nos Laboratórios e Oficinas foi um enorme incentivo nas tarefas. Para ele, todos demonstraram vontade de realizar tarefas, tinham conhecimento prévio, tinham disponibilidade, viviam a comunidade, eram recém-chegados.

Sob a ótica do entrevistado P4, a Expansão necessita ser repensada, quando relata,

[...] estamos passando por um momento difícil de recursos, houve cortes nos recursos, como é que fica daqui a quatro anos? Mas, esse aluno tá aqui, nós vamos ter que atender ele, quero dizer que aí não adianta agora a gente passar horas comentando os professores temporários, terá possibilidade de renovar os contratos dos temporários? Se não renova os contratos dos temporários, o que vamos fazer? Os alunos vão para casa? Não, provavelmente a gente vai dividir carga horária, professor faz isso né? Professor faz isso! Ele divide carga horária, ele se esforça mais, um pega daqui e outro dali e a gente faz isso. Então, eu acredito e creio que a gente possa reverter e não acontecer isso, que os contratos sejam renovados, seria um impacto bastante grande para a instituição, [...], quando eu penso na expansão de um outro Câmpus, mas e as vagas de professor lá?

A percepção da fala do entrevistado P4, relacionado à esfera educacional subentende-se que transmitir saberes deve ser considerado prioritário. Nos afazeres educacionais se gasta tempo desenvolvendo planos capazes de permitir aos alunos a aprendizagem. No que diz respeito ao exercício de se descobrir a melhor maneira para atender o melhor presumível as limitações, pode-se verificar na abordagem de Josso (2010, p. 229),

A arte do tempo para o professor/formador não termina nessa gestão visível. Na sua programação, ele integrará, com maior ou menor felicidade, o que sabe de si mesmo relativamente às suas energias disponíveis e aos seus diversos compromissos. Mas mesmo aí, a tarefa não está terminada, porque ele sabe-se confrontando com a heterogeneidade do grupo e, logo, com as especificações de cada aprendente na atividade educativa. Cada professor/formador sabe disso e, no entanto, construímos os nossos cenários pedagógicos como se só tivéssemos de fazê-lo para um homem universal, espécie de protótipo ou de tipo ideal de aprendente neste ou naquele período da vida.

Observa-se também que a cada Fase, diferenciadas entre elas, lançadas pelo governo federal, vê-se pequeno espaço de tempo para implantação. Os Câmpus da primeira Fase estão com seu quadro de pessoal completo já os demais continuam

sem liberação de vagas, por isso, no ponto de vista de P4, é ponto negativo. O governo federal ao criar o Plano de Expansão da Rede Federal da Educação Profissional, comprometeu-se a dispor quadro de pessoal, sem considerar o tempo de tramitação de Leis, Decretos, enfim, o necessário.

O que se vê são ações provisórias dependentes sempre das políticas de governo, uma vez que os cursos técnicos possuem quatro séries anuais e, para o entrevistado P4, o planejamento e montagem dos cursos não levou em consideração esse período. Segundo ele, a alternativa encontrada foi repensar as matrizes das disciplinas, o equilíbrio da carga horária e diminuir algumas disciplinas em benefício de outras.

Ao se referir sobre as dificuldades encontradas, o entrevistado A5, relata estar ligado a seus estudos. Coursou o fundamental em escola estadual, a seguir transferiu-se para outra escola estadual para o ensino médio. Nesta ocasião, na metade do primeiro ano, participou do primeiro Processo Seletivo do câmpus Camaquã. Para ele,

[...] o estudo aumentou, tive que me dedicar bastante, mais, para as matérias. Mesmo sendo conteúdo regular de ensino médio, na outra escola, era assim, muito fraco o estudo. A maioria do pessoal já era mais velho e já tinham reprovado e os professores davam meio que uma moleza assim, iam facilitando e aí acabava, quem estava ingressando novo, ia entrando nesta onda assim. E, aí, era bem fraco o ensino médio. O primeiro semestre que eu fiz na escola estadual foi bem fraco, não precisava estudar bastante, um dia antes já estava legal e tirava nota boa. Quando entrei comecei a ter que me dedicar mais assim, aí foi, [...], tive que gastar mais tempo, de tarde, de noite, procurar bastante os horários de atendimento dos professores de tarde. Foi bastante assim, a mudança mais foi na rotina de estudo, tive que ingressar numa rotina de estudo mesmo.

Como se pode ver, a dificuldade encontrada por A5 estava na carga horária maior, comparando ao ensino médio regular de outras instituições, entende ser a do IFSul sobremaneira completa. Conta ainda, entre as duas opções de cursos oferecidas no Câmpus, Técnico em Automação Industrial ou Controle Ambiental, escolheu o Curso Técnico em Automação Industrial, por gostar e se identificar com tecnologia. Não se via estudando outro curso, era a formação inicial de sua vida profissional.

Na medida em que o entrevistado A5 revela sua escolha, se percebe sua expectativa de adquirir conhecimentos, competências e atributos para a realização

de um trabalho e conseqüentemente produção de valor econômico. Diante disso, Frigotto (2010a, p. 28), em seu estudo *A Produtividade da Escola Improdutiva*, se refere,

[...], tanto os que buscam um vínculo linear entre educação e estrutura econômico-social capitalista, quanto aqueles que defendem um “desvinculo” total, enviesam a análise pelo fato de nivelarem práticas sociais de natureza distinta e de estabelecerem uma ligação mecânica entre infraestrutura e superestrutura, e uma separação estanque entre trabalho produtivo e improdutivo. Tomada a prática educacional enquanto uma prática que não é da mesma natureza daquela fundamental das relações sociais de produção da existência, onde ela se funda, mas enquanto uma prática mediadora que na sociedade de classes se articula com interesses antagônicos.

5.8 Viver a gestão

Nessa perspectiva, compreender o que representou aos gestores a direção de um Câmpus em implantação, de um lado uma indicação pelo Reitor da Instituição, de outro, servidor dentre os primeiros concursados, indicado em primeiro momento pelo diretor e, em segundo momento, em consulta a comunidade com representação de votos manifestados a seu favor, pode revelar o mesmo significado de experiência de vida, ao mesmo tempo, mostrar diferenças. O quanto significou para cada um deles, poderá possibilitar o entendimento da consolidação do Câmpus perante a comunidade camaquense.

Deste modo, ouvir G1, retratando a época de implantação, revela sensibilidade, entusiasmo e crença de um projeto para beneficiar centenas de estudantes com ensino técnico e, também, propiciar vários empregos na esfera federal. Assim ele relata,

[...] como profissional, talvez, talvez não, com certeza foi um dos momentos mais felizes da minha vida. Mesmo com o desafio que se tinha pela frente, ter a possibilidade de pensar uma escola, isso é algo assim que não teria como mensurar assim o quanto foi importante na minha caminhada, [...], Dá pra dividir em várias fases né Lucia, tu assim que acompanhou e teve aquela parte inicial, de tu vê um terreno, tu vê um espaço sem nada começar a mexer com o imaginário, com o sonho de uma comunidade, de ter uma escola pública então, isso é fantástico, então os relatos, as coisas que eu tive na fala da memória das pessoas que quando começa a ter todo aquele movimento todo de estrutura, ééé trabalhoso, mas é um trabalho assim que todos os dias tem uma motivação! É muito

diferente de estar aqui, [...], é diferente tem uma outra lógica. No Câmpus a gente tem outra energia uma outra aura, a todo momento, tem uma gama assim de motivações para caminhada e de buscar e trabalhar. Então, foi uma experiência muito legal assim o trabalho no Câmpus, [...], vejo assim, a gente sonha muito e quando implanta a gente acha que vai resolver várias coisas. Esse projeto ele era um projeto assim, na época, bem pensado pelo governo[...].

Segundo Josso (2010, p. 54),

[...] pensar as suas experiências diz respeito não a uma experiência, a uma vivência particular, mas a um conjunto de vivências que foram sucessivamente trabalhadas para se tornarem experiências. [...] no polo da autointerpretação, como seres capazes de originalidade, de criatividade, de responsabilidade, de autonomização; mas ao mesmo tempo, no polo da cointerpretação, partilhando um destino comum devido ao nosso pertencer a uma comunidade. É nessa polaridade que vivemos plenamente a nossa humanidade, nas suas dimensões individuais e coletivas.

Entretanto, G1 ao descrever sua percepção em relação a escolha de seu nome como diretor, compreende ter sido resultado de sua experiência profissional até então desenvolvida no IFSul. Ao discorrer sobre essa pauta, manifesta,

Ahhh, (risos) não tenho, [...], não sei se pelo envolvimento, pelo trabalho todo, eu acho que também um pouco da experiência. Quando tu tá como gerente, na época chamava-se de gerente dentro do da estrutura funcional, o ensino médio ou formação geral, quando eu estava ali tinha mil e duzentos alunos, tinha cento e dez professores ligados ali e, era das mais diversas formações ali e dos níveis também de formação, então é um desafio, é um preparatório, talvez, também muito legal. É uma outra parte, porque tu trabalhas com pessoas muito experientes, pessoas com as mais diversas culturas, é muito plural e trabalhar com esse plural é fantástico! É um grande X das coisas, eu acho é isso, é conseguir mexer com isso, conseguir fazer com que as pessoas tenham a mesma, ou pelo menos busquem um movimento para fazer as coisas funcionarem. Talvez pela experiência ali, pelo trabalho que vinha sendo realizado, que eu nunca fiz uma avaliação assim, talvez tenha sido avaliado por alguém que tenha sido importante, talvez seja por isso que, que fui escolhido para ir dirigir o Câmpus.

Já para G2, foi um sentimento de susto, noites sem dormir, mal-estar físico diante do desafio de gerenciar uma estrutura como o câmpus Camaquã. Sob sua ótica, ser diretor, provocou alegrias e receios ao mesmo tempo, sensação de desafio. A partir de sua análise, relata,

[...] o fato de eu ter prestado concurso para Camaquã, apesar de não ser minha cidade, de eu ter me mudado para Camaquã logo, desde o

início, assumi essa como minha comunidade. Ter uma experiência acadêmica grande me levou a ser coordenadora de curso, né? Então, com praticamente um mês de escola eu virei coordenador de curso [...], era natural que montasse os laboratórios, de que começasse a pensar em ementas, em disciplinas, em olhar proposta de curso com base numa experiência já vivida. [...] acho que foi assim um caminho natural assim, porque a gente tinha a vontade, tinha um conhecimento prévio, tinha disponibilidade, estava vivendo a comunidade e éramos todos muito novos, [...], fomos encantados com a possibilidade de construir um sonho de construir um Câmpus, a gente chegou era uma estrutura totalmente nova, os prédios eram novos, os móveis eram novos, a gente teve liberdade, [...], a gente pode sonhar, a gente pode se envolver, a gente pode construir e a partir do momento, sempre trabalhando em conjunto, veio a Chefia de Ensino, e da Chefia de Ensino que é uma relação mais direta com os professores, com as questões voltadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão veio a substituição do Diretor, uma relação muito grande de confiança e daí veio a indicação pra assumir, [...] foi de susto quando veio o convite, quando veio essa possibilidade, foi uma noite sem dormir ou mais, inclusive um mal-estar físico, diante deste desafio que é gerir uma estrutura de ter o orçamento de dois milhões, de ter um patrimônio de sete milhões no CPF, então foi difícil assim, [...], a cada dia é difícil, mas ao mesmo tempo de Chefia de Ensino para Direção, praticamente só mudou a sala, [...], a rotina, o de vir para cá, [...] claro surgiram o ordenador de despesas, tem que agregar aquele conhecimento do lado financeiro né, mais preocupado com a questão de estrutura, mas foi uma coisa natural, [...], foi muito rápido, mas foi um processo natural assim, quando vi, a gente tava fazendo, com erros e acertos.

Para G2, é uma experiência gratificante, intensa, ao mesmo tempo, de enorme responsabilidade, ajudar a instituição a tomar rumos e decisões que vão atingir uma comunidade. Em um Câmpus, de uma cidade de sessenta mil habitantes, diz,

[...] acredito ser uma nova graduação. É um desafio, não se tem rotina, praticamente tu não sabe o que vai acontecer na instituição, por mais que se planeje, por mais que tu penses, ou que tu procure ver, [...], todo dia surgem coisas novas, [...], o diretor em um Câmpus pequeno, onde são poucas as pessoas, onde se conta assim com servidores que trabalham seis horas, e que às vezes as outras seis horas que o Câmpus está aberto tu não tens o pessoal, o Diretor é uma pessoa que tem que estar muito ligada [...], tu lida com a parte de estrutura, tu lida com a parte de gerenciamento de pessoal, tu lida com a parte de gestão de processos, tu tem que saber de contratos, tu tem que ter um planejamento financeiro, isso implica que tu cuide também quais são os cursos que serão abertos, aonde a gente, [...], então é uma pessoa que tem que conhecer de tudo. Eu acredito que esse é o papel de um diretor de um Câmpus de fase de Expansão, ele tem que viver o Câmpus, essa é a experiência que estou tendo nos últimos dois anos, uma experiência gratificante, porque tu vê acontecer, [...], eu me sinto como diretora dum Câmpus de uma

cidade de sessenta mil habitantes, muito perto do fazer política, não sei se eu consigo me fazer entender, mas é uma responsabilidade muito grande, porque talvez, tirando o prefeito municipal, ééé a pessoa que está mais perto daquele mundo, da onde giram as coisas que é Brasília [...], de repente tu tá ajudando que a instituição tome rumos, são decisões que vão afetar toda uma comunidade, [...], enxergo como uma parte mais gratificante do fato de ser Gestor, que tu pode tomar decisões que vão afetar mais pessoas pro lado positivo, que é a educação, porque eu acredito que a educação, transforma realmente a vida das pessoas, ela te possibilita viver muitas experiências, tu abre caminhos, é quase o slogan que a gente utilizou aqui para o Câmpus, né? Um mundo de possibilidades inicia aqui.

Sob a ótica de Josso (2010, p. 55), segundo o relato da gestora, evidencia a experiência existencial, com efeito, *diz respeito ao todo da pessoa, diz respeito à sua identidade profunda, à maneira como ela vive como ser.*

Ao que parece, o gestor ideal deve ter o perfil para a diversidade de atividades, necessita ser atento, impulsionado na busca de possibilidades, pois lida com estrutura física, gerenciamento de pessoal, gestão de processos, contratos, planejamento financeiro, cuida de cursos que serão abertos, enfim, um grande desempenho administrativo.

Frigotto (2010a, p. 189), em seu estudo, auxilia a entender, de toda forma, ser o aprendizado constante quando relata,

No plano prático do processo de construção do conhecimento, [...], em nossa realidade, implica ao mesmo tempo, vários desdobramentos. O primeiro deles é o de distinguir-se entre o processo teórico prático mediante o qual o homem, enquanto um ser social, constrói o conhecimento da realidade, da natureza, do conhecimento em si.

E vai além,

Independente ou não da escola, os seres humanos acumulam conhecimento. A realidade na dimensão social, cultural, estética, valorativa, etc., historicamente situada, é o espaço onde os sujeitos humanos produzem seu conhecimento. Trata-se de uma realidade “singular e particular”. É a partir desta realidade concreta que se pode organicamente definir o “sujeito do conhecimento” e os métodos, as formas de seu desenvolvimento [...]. (ibdem)

Embora mostre sua experiência, G1, relata que o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional oportunizou aos primeiros diretores, capacitação por alguns meses na Escola de Administração Pública. Neste período,

estudavam e trabalhavam em várias questões da administração pública e de ensino. Por vezes, segundo o entrevistado, ao retornarem à realidade nem sempre era possível a aplicação do aprendido. A estrutura encontrada é diferente da idealizada, são muitos desafios.

Ao mesmo tempo, pensar o ensino tornou-se necessário no convencimento da importância desse projeto aos servidores concursados. Mobilizaram a comunidade na questão da educação, de estudar os referenciais, de pensar na retenção dos alunos, no sucesso do aluno, de não haver evasão, no que a Educação Profissional lá ministrada poderia mudar a vida das pessoas.

Em meio à manifestação do entrevistado G1, quanto à evasão, cabe citar o entendimento de Frigotto (2010a, p. 60), no estudo *A Produtividade da Escola Improdutiva*, ao explicitar,

O rendimento escolar, a permanência ou não ao longo da trajetória escolar são tidos como função de um conjunto de “fatores”. As análises multivariadas, com elaborada sofisticação estatísticas, chegam sempre à mesma conclusão (quase metafísica) – o fator socioeconômico é que tem o peso maior na determinação das diferenças encontradas; em seguida, os fatores ligados à educação dos pais, etc.

Até a metade do ano de dois mil e doze, houve um trabalho permanente de rever, de estudar seu funcionamento, sempre resultando em vários procedimentos de melhorias. Havia necessidade em trabalhar todos os segmentos contribuindo no conjunto de atividades em prol da Educação Profissional ministrada no Câmpus.

Nessa perspectiva, G1 relata,

[...] trabalhava com três questões assim, primeiro quando chegava as pessoas, eu fazia todo um convencimento da importância do projeto, pra cada um das pessoas que chegavam lá, sentavam e dizia: olha o projeto é esse, o foco é esse, esse, esse, [...], a gente tem toda essa questão, nossa missão, nossa função social, tá comprometido? Quando a pessoa chegava com comprometimento identificava que se ele estivesse comprometido com a escola havia possibilidades de ele crescer, eu queria colocar na cabeça das pessoas que a possibilidade de crescimento como profissional eram fantásticas porque era uma escola pequena, tinha a possibilidade de fazer pesquisa, tinha equipamentos.

Nesta direção, nota-se a reflexão de Frigotto (2010a, p. 193), assim percebida,

A formação humana nos explicita que o efetivo acesso à escola básica unitária, tecnológica ou politécnica, constitui-se numa exigência para a qualificação da força de trabalho para o processo social em todas as suas dimensões, ao mesmo tempo pré-requisito do horizonte teórico e político dos processos de formação técnica e profissional mais específicos.⁶⁷

Além disso, para o entrevistado G1, capacitar servidores administrativos foi extremamente importante no desenvolvimento das potencialidades das atividades fim. O êxito de todo processo passou por ações individuais e mostrou soluções para o funcionamento do Câmpus. Para um projeto dar certo necessita de credibilidade perante a comunidade, assim, terá um resultado satisfatório. Os projetos antes de serem institucionais, são das pessoas. Diante disso, expressa,

[...] às vezes as pessoas encampam um projeto ou encampam uma discussão e, quando tu perde um projeto, eu acho que um grande problema, [...], alguns projetos envolviam muito a comunidade [...], as pessoas cansam assim hoje na minha visão, [...], tu fica falando assim, ah! vamos fazer, [...], daqui a pouco tu abandona, então, a grande dificuldade dos projetos darem certo hoje é a credibilidade, ele tem que ter um, tem que ter um resultado, tem que dar uma contrapartida, para comunidade, para as pessoas que está envolvendo.

Neste sentido, o Gestor é um elemento importante na realização e conclusão de cada projeto, dar apoio a quem realmente quer fazer e obter resultados pode fazer a diferença. Importante também é o gestor saber escolher quais formações é fundamental para o desenvolvimento das ações, quem são os elementos necessários para a construção. Segundo o entrevistado G1, o grande desafio está na montagem das equipes, além disso, o gestor deve estudar e se dedicar para direcionar o Câmpus a elevada referência.

5.9 Pesquisa e Extensão

⁶⁷ Nosella sinaliza-nos que há um crescente consenso entre aqueles que analisam a relação trabalho-educação sobre a importância dos elementos subjetivos e objetivos da tecnologia na formação humana, tal consenso ainda se expressa com timidez: “A tecnologia não apenas apresenta as marcas da subjetividade humana, individual e coletiva; ela própria nada mais é que a filha de um homem historicamente determinada. A tecnologia é a cara do homem”. Nosella (1993, apud Frigotto, 2010, p. 193). Nesta mesma perspectiva, Bottomore afirma: “Seria possível dizer que o marxismo é a teoria e prática socialistas de sociedades especificamente tecnológicas. Ou seja, se o trabalho humano que transforma a natureza e tem em vista objetivos coletivos humanos é de importância fundamental para a concepção marxista de práxis, a tecnologia é o produto”. Bottomore (1998, apud Frigotto, 2010, p. 194).

Na medida em que o câmpus Camaquã é um espaço de promover o saber e ser capaz de constituir um cidadão livre e responsável, o desafio de iniciativas e decisões para mudanças, considerando aspectos físicos, econômicos, políticos e socioculturais, dentro de um bairro extremamente pobre, reforçou a necessidade de construção social do conhecimento, suscitando o desejo de desenvolver trabalhos *além da escola*.

No dizer de Frigotto (2010a, p. 207),

[...] a natureza da dimensão política da ação educativa escolar, enquanto ação que se dá num espaço de uma prática não fundamental, mas mediadora, não se define dentro dos “muros” da escola, mas nas relações sociais de produção da existência. Isto indica, ao mesmo tempo, que a ação educativa escolar, sua dimensão política, se vincula e recebe a determinação na luta hegemônica que se afetiva entre as classes nas práticas sociais fundamentais, e que ela não é uma ação política que se dá no mesmo nível da ação política que se desenvolve no interior dessas práticas.

Segundo Sibilia (2012, p. 188), em seu estudo *Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão*, sobre os estilos contemporâneos na instituição escolar, mesmo que incongruente com o desempenho pedagógico, nos fala das mudanças provocadas pelo meio informacional e midiático e leva a refletir *muros para quê?* Nessa direção, diz, [...] *quando o tempo e o espaço se tornam caóticos, é preciso desenvolver estratégias ativas para intervir nessa desordem em busca de coesão e pensamento: um trabalho permanente para evitar que tudo se dissolva.*

Entretanto, o entrevistado G1 menciona, a realização de ações de Extensão, consideradas difíceis, havia poucos recursos, o incentivo de projetos foi fundamental para envolver professores e alunos.

[...] ali há duas quadras da está uma das regiões com maior número, na época, o maior número de bolsas família de Camaquã, [...], fizemos um trabalho com o pessoal de referenciar aquela região toda ali e, tinha uma escola ali no meio e fizemos um trabalho junto com a diretora, de ser uma escola como se fosse adotada pelo Câmpus. Então, ali tinha muitas pessoas que viviam de catar, juntar o lixo, [...], e tinha tráfico também, de crack. A gente começou a fazer um trabalho junto, adotamos a escola e começamos a levar vários projetos nossos para dentro da escola municipal, inclusive com questão de robótica, como incentivo de tirar, de ocupar os meninos, então, a gente ocupou os meninos com o Punhobool, ocupamos as mães dos meninos com oficinas dentro do Câmpus, de como melhorar a qualidade do trabalho delas de reciclagem, [...], tivemos um trabalho de aprendiz inscrito e ficamos em terceiro lugar no Brasil

na época, onde conseguimos uma verba que repassamos, na época, à Prefeitura pra melhorar lá os espaços de catar o material. Nesse período, trouxemos alguém, que a gente fez um convênio com a Alemanha, que tu estiveste também lá, aí veio também um pessoal que trabalhava nessa parte de reciclagem, que nos ajudou bastante e ficou como uma referência. Então, tinha várias coisas assim que motivavam, tinha um trabalho com os índios, a gente trabalhava, eu acho que eram três aldeias, [...], indígenas com computador novos, o Câmpus ia até lá, ia até as aldeias, eram quase quatrocentas pessoas em todas as aldeias assim, muitas crianças e uma dessas aldeias era mais primitiva, muito complicado, vivem uma situação muito primitiva, [...], então, era um trabalho envolvido junto com a EMATER, com a parte da FUNAI, da FUNASA, mas era muito legal assim, a gente chegou a resgatar algumas coisas, de como ajudar sem interferir no dia a dia, na cultura deles, de como ajuda-los na formação nunca foi intenção, pelo menos enquanto eu estava lá, do campus ir dar aula lá até porque eles têm uma concepção, de que eles têm os seus professores, mas a gente pode ajudar em várias coisas, a questão de saúde em parcerias lá com esses órgãos do governo, [...], eles também nos procuraram, através de uma demanda deles em função dessa legislação que tem hoje, da questão de incluir os povos indígenas, a gente começou a trabalhar, eu sei que hoje tem um núcleo de trabalho lá no Câmpus.

O Câmpus chegou a ter vinte e seis projetos, alguns mais científicos outros nem tanto, resultando em premiações na UFRGS e UFPEL. A criação de projetos sociais dentro da escola contou com parcerias de empresas para um grupo de quarenta meninos carentes, possibilitava alimentação, saúde, acesso e convívio dos alunos por meio da Biblioteca com a hora da leitura, cinema ao meio dia com temas direcionados às disciplinas, todos os dias, aos alunos que saiam de casa na madrugada para estudar voltando somente à noite, pois estes não tinham como retornar antes, menciona o G1.

Com efeito, Arroyo (2012, p. 108), nos diz,

[...] dar ênfase ao direito à educação e não apenas a escolarização e passa a prestar atenção aos processos educativos que se dão na prática social e se propõe teorizar sobre essa realidade, criar espaços e metodologias para essa prática educativa e integrar a educação escolar nessa prática, social mais global, [...].

No entanto, referindo-se a Extensão, o entrevistado G2, diz ser constante o envolvimento do Câmpus em parcerias em diferentes áreas de ensino. Trabalharam em escolas com ideias, com práticas novas, com oficinas, auxiliando os professores da rede pública municipal e estadual. Na área de esportes, no asilo da cidade, desenvolvem atividades esportivas onde os alunos em período normal de Educação Física realizam práticas esportivas nos ambientes do asilo, além disso, também

propiciaram o Projeto Contação de Histórias, fazendo assim, um elo maior com esta comunidade. A realização de Projetos de Extensão, em parceria com a Prefeitura Municipal, possibilitou estágios para alunos em trabalhos com a comunidade.

Nessa perspectiva, para G2,

[...] a parceria com a prefeitura em termos de estagiários, ofertas de estágios que são oferecidas, essa questão do trabalho em comunidade, né? E daí é muito importante os projetos de Extensão, o Câmpus se consolida a partir da sua ação de extensão também, a partir da sua ação com essa comunidade, [...], para que o Câmpus se consolide, para que ele tenha credibilidade por ele mesmo, por suas ações, não só pela sua história né? Ligada à escola de Pelotas, ela é importante, mas em termos desta comunidade onde tudo se inicia e acaba, [...], a gente precisa começar a ter os passos desse Câmpus, desse grupo de professores, desse grupo de alunos.

Os Projetos de Extensão, na percepção do entrevistado P4, são criados e realizados com o objetivo de mostrar à comunidade a Educação Profissional e para beneficiar determinada área da cidade. Toda a estrutura existente no Câmpus Camaquã oferece várias alternativas de Pesquisa e Projetos de Extensão. Para ele,

[...] a possibilidade dos alunos participarem de eventos, por exemplo, de fazerem visitas técnicas, de troca de informações, ir em Feiras, como COSITEC entre outras, além disso os Projetos de Extensão que levam até a comunidade, que eu acho que isso é que faz a diferença, [...], a partir dos Projetos de Extensão tu consegues vamos dizer assim, se aproximar mais da comunidade, o pessoal geralmente interage, seja um pai, um deles acabam interagindo.

Diante disso, relata,

[...] tenho feito projetos com os alunos, mas não estou em nenhum projeto de Extensão. Estou agora nesse momento com projeto dos alunos, que eu quero levar para a Feira, a gente vai tentar levar aqui na nossa mostra interna, primeiro e, transformar esse projeto num projeto de Extensão, porque eu acredito que o caminho é o projeto de Extensão para chegares na comunidade. Nem sempre a gente consegue fazer isso devido à capacidade de gente, a carga horária da sala de aula então, nem sempre a gente consegue fazer tudo aquilo que a gente gostaria de fazer, [...], a Instituição sempre tinha um grande número de projetos sendo submetidos, mas atualmente, acho que até deu uma diminuída pela questão de recursos, de disponibilidade, pelo número de docentes também, todo mundo está com uma carga horária bem alta e a gente não consegue fazer o tripé lá do Ensino, Pesquisa e Extensão, isso está complicado, mas eu acho que o caminho é esse [...].

A respeito da importância de carga horária equilibrada, pelo relato de P4 contribui e possibilita ao professor encontrar alternativas para desenvolver Projetos de Pesquisa e de Extensão, pensar e fazer uma proposta de ensino diferenciada, além de admitir atividades além da Sala de Aula, de executar tarefas diferentes, de orientar os alunos da especialização e também dos cursos técnicos. Percebe-se que para ele, a principal consequência direta do quadro de professores incompleto, se refere a ausência do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ter como ponto balizador a execução de ensino de qualidade exige uma demanda de muito trabalho e dedicação por parte do grupo docente e técnico administrativo, porém, necessita que o governo federal cumpra o que é de sua parte. Ressalva-se que alguns Projetos de Extensão sofreram modificações, uma vez que estes, se verificado alguma falha ou constatado algo que não atenda a comunidade, por serem Projetos de Extensão, podem sofrer alteração num segundo momento.

Nesse contexto, buscar parcerias seja com a prefeitura municipal ou com empresas privada, propicia a vários alunos Estágio Curricular Obrigatório. Dentre eles, o Projeto de Extensão com a Secretaria da Saúde, originado pelas exigências do Ministério da Saúde e por ser requisito de repasse de verbas, foi criado para permitir o uso de plantas medicinais dentro das farmácias municipais, os chamados produtos fitoterápicos, apoiando o desafio de ter fabricantes locais produzindo chás com qualidade, conta G2,

[...] vai ser um trabalho bem interessante e forte, porque nós temos aqui em Camaquã dois tipos de vegetação, de clima e de atividade agrícolas, assim bem distintos. A gente tem os grandes agricultores produzindo arroz, as grandes lavouras de arroz que eles chamam de Zona da Várzea e a gente tem a Zona da Serra com os pequenos fumicultores, uma agricultura familiar, mas voltada para a fumiicultura, que tem sua cadeia produtiva totalmente organizada e se apresenta como uma alternativa ainda muito singela, essa questão da produção dos chás, quase que como uma farmácia caseira [...].

Na mesma direção, o entrevistado A5 ao relatar sua experiência ao participar de Feira, expressa,

[...] participei de duas. Participei da última em 2013, no final, que foi quando eu ganhei o primeiro lugar em Ciências Exatas e o prêmio de Preferência Pública lá, com o Projeto de Janela Automatizada, que eu fiz, que era uma janela que abria os vidros para os lados e a cortina para cima pelo celular, pelo Bluetooth do celular. Aí, eu liguei mais algumas coisas lá, liguei o rádio, a lâmpada e o ventilador

também pelo celular. Foi na última Feira isso, na última Feira que eu poderia participar, assim porque no outro ano, eu me formava na metade do ano e a Feira é em outubro, daí eu não ia participar mais.

A partir de sua criação, *Janela Automatizada, uma janela que abria os vidros para os lados e a cortina para cima pelo celular, pelo Bluetooth do celular* e sagrar-se com o primeiro lugar, pode-se dizer que Saviani (1994), no artigo *O trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias* entende que o homem cria instrumentos para determinada atividade como braços de extensão, mesmo capazes de pôr em movimento operações complexas, múltiplas, amplas e por tempo prolongado, as máquinas necessitam do comando do indivíduo.

Portanto, nesta abrangência, Saviani (1994, p. 13), refere-se,

[...] o criador desse processo, aquele eu o domina plenamente e que o controla em última instância, continua sendo o homem, [...], consiste agora em comandar e controlar todo o complexo das suas próprias criaturas, mantendo-as ajustadas às suas necessidades e desenvolvendo-as na medida das novas necessidades que forem se manifestando.

Ao mencionar sua passagem pela Feira, A5 diz ter aprendido bastante, envolvido em etapas de desenvolvimento, apresentação e exposição. Afirma, com certeza, que o aprendizado não foi somente o assistido nas aulas, teve que buscar para poder criar o aplicativo de celular, assim sua fala relata,

[...] foi bastante importante mesmo, porque não era só o conteúdo da aula, quando eu resolvi fazer esse projeto, tive que ir buscar fora do conteúdo que não ia ser dado durante as aulas. Tive que criar um aplicativo para o celular que não era nem do curso. Eu tive que criar, que pesquisar por fora, daí tinha o orientador que me ajudava e aí foi. Aí, eu passava assim quatro dias da semana, a tarde inteira na escola, de manhã ia para a aula e a tarde em função do projeto, [...], a Feira é bastante importante, porque eles convidam todas as escolas e, se não me engano, eles disponibilizam ônibus para as escolas visitarem lá. Daí tem os dias da semana que é de visita da escola assim, pela manhã e pela tarde. Eles buscam o pessoal e depois levam, para visitar a Feira, visitar os Projetos e depois visitam o Câmpus também, visitam os laboratórios e as salas de aula. Aí leva toda comunidade assim, principalmente quem está na oitava série, que no próximo ano já se interessa em buscar fazer o vestibular.

Na esfera educacional, as experiências além da sala de aula trazem consigo um aprendizado que envolve conhecimento e pesquisa, além disso, provoca busca de soluções a questões surgidas e não trabalhadas nos conteúdos programáticos.

Kuenzer (2001, p. 99) deixa claro existir a diferença entre o saber acadêmico e o saber adquirido, ao manifestar que:

A concepção de supremacia do saber acadêmico como único saber socialmente válido continua presente: admite-se o conhecimento adquirido na educação profissional, “inclusive no trabalho”, desde que reconhecido e certificado [...], o conhecimento que habilita à continuidade nos estudos é o adquirido, ou equivalente ao da academia eleita como *locus* privilegiado de apropriação do saber socialmente reconhecido como válido.

5.10 Ensino e o cuidado pedagógico

Com a intenção de envolver as pessoas, o trabalho da primeira direção contou com a criação de grupos de trabalho. Permear este caminho permitiu o viver a escola e mantê-la ativa, através de reuniões sistemáticas, abordando questões pedagógicas, relacionadas tanto a alunos quanto a professores. Dessa forma, o entrevistado G1, manifesta,

[...] na minha opinião, tem que estar sempre motivada e uma escola não é só o professor, tem que estar todo o envolvimento, então por muitas vezes, a gente saía da escola, todos! Ficava só algumas pessoas ali, inclusive iam muitos dos terceirizados com a gente, [...], o que é saía da escola? Eu pegava aquele horário da quarta feira, o da tarde e trazia ele para o primeiro da tarde, então eu ficava com a escola livre a partir das dez e meia até as três da tarde, o tempo livre [...] levávamos uma tarefa, com os professores e servidores, professores e servidores porque que uma escola tem que ter, [...], as pessoas têm que ter liga, então a gente fazia um trabalho pedagógico, a gente trabalhou com os alunos, os alunos escreviam algumas coisas, algumas coisas sobre os professores e na hora lá a gente surpreendia com algumas coisas assim, olha o aluno da turma tal mandou essa carta, essa reflexão aqui prá vocês. Então, era muito legal porque motivava, a gente reafirmava os compromissos com a escola.

Ao mesmo tempo, para Frigotto (2010a, p. 207),

A especificidade da dimensão política da ação pedagógica escolar está exatamente na articulação desta ação na linha dos interesses hegemônicos de uma determinada classe social. A dimensão política da ação pedagógica na linha dos interesses da classe trabalhadora se concretiza à medida que se busca viabilizar uma escola que se organiza para o acesso efetivo do saber que lhe é negado e expropriado pela classe dominante.

Contudo, evitar a evasão, promover ações para inclusão de todos é necessário. A participação dos pais precisava ser chamada. Neste sentido, para torná-los importantes elementos de ligação entre escola e aluno, eram realizadas reuniões semanais com representantes de turmas e, ao mesmo tempo, com seus pais. A finalidade de envolvê-los e eles por sua vez aos demais, promoveu formação para os representantes e pais. A escola viva passa pela motivação de seus segmentos, docentes, discentes e técnicos administrativos. Assim, o entrevistado G1 relata, [...] *a gente sempre teve os pais na escola, sempre com o Auditório cheio, mas não era aquela reunião só para prestar contas, não, era uma reunião de envolvimento dos pais.*

Entretanto, conhecer a realidade dos futuros estudantes do Câmpus, para G1, era significativo. Desenvolver trabalhos com diretores de escolas da região, que compunham a CRE também foi estratégia adotada. Estas reuniões, com representantes de escolas da região, discutia a educação e promovia o processo de debates do ensino.

A diversidade de formação dos docentes, muitos mestres, doutores e pós-doutores, poucos com conhecimento de Educação Profissional, ao mesmo tempo, alguns sem formação pedagógica carregados de conhecimento de Educação Profissional, oriundos do ensino técnico. Essa dualidade provocou conflito ao montar os arranjos curriculares, segundo o entrevistado G1, direcionadas aos cursos a oferecer, diz,

[...] tinha que ser bom naquilo que se fizesse, mas ser bom naquilo não significava só ter bons equipamentos, tinha que se pensar também de como fazer um projeto pedagógico, de trazer a questão das discussões, para montar realmente um curso que não encantassem os alunos só pelos equipamentos, só pela estrutura da escola, não! Que encantassem pelo trabalho dos professores, pela proposta que ia sendo feito [...].

A solução de fazer as pessoas se conhecerem, avaliarem entre si o trabalho de cada um, provocá-los a estudos, a apreciarem os Laboratórios e as Oficinas, ao que parece contribui para montagem dos cursos integrados. Promover reuniões entre a área de formação geral e área técnica, elencar o que cada uma tem de melhor, isto é, a interdisciplinaridade precisa estar referenciada em teóricos, em muitas leituras, mas principalmente na busca do que há de melhor em cada parte dela.

O caminho em direção a este elo foi criar Feiras, além de incentivar e mostrar a produção dos trabalhos dos alunos possibilitou formação da comunidade escolar.

No que diz respeito às Feiras, para G1, abriram a escola à população, oportunizaram a *Escola Aberta* e, ainda instigaram o desenvolvimento de pesquisa nos alunos. Oficinas contemplando linguagem, educação, pesquisa, fotografia, reciclagem, eram oferecidas a alunos oriundos das escolas do município, mostrando enorme demanda.

Embora, para G1, desde seu início, o Câmpus cumpre seu papel, atende a comunidade da cidade de Camaquã e da região, mesmo com as dificuldades iniciais, ao montar os cursos, ofertaram como primeiro curso Técnico Subsequente em Informática, logo a seguir transformado em Integrado. Disponibilizar curso na área ambiental os levou a desafios além da Sala de Aula, havia necessidade de lidar com questões de limpeza e preservação e, isso, foi essencial como exemplo.

Todavia, G1 ao manifestar sua percepção de que os Institutos Federais se tornaram gigantes e, carecem de constante reflexão e discussão com a comunidade, entende ser necessário ter em mente sempre sua Missão, sua Função Social, estar referenciado em teóricos norteadores da Educação Profissional de modo a auxiliarem na construção do Projeto Pedagógico Institucional. Torna-se claro esta ideia quando relata,

[...] digo assim, foi um momento muito especial da minha vida e que precisa estudar mais, acho que a gente tem que se dedicar mais, eu acho que a escola precisa se referenciar, a gente precisa...porque hoje tem as pessoas que dizem assim: tá mas eu não discuti esse projeto pedagógico da instituição, eu digo, tá bem pessoal, vamos sentar e discutir, porque todos estes documentos que estão postos aqui foram discutidos pela comunidade. A primeira coisa que fiz lá no Câmpus, foi colocar lá num papelzinho, deve tá na entrada a Missão do Instituto, as pessoas tinham que saber qual que era a Missão, porque estamos trabalhando ali, a Missão não é uma coisa solta ela está referenciada em cima de uma construção que foi feita, do nosso projeto pedagógico institucional e brigava muito, porque a gente pouco referencia isso, nos nossos Editais, [...], como é que eu faço uma prova para pedagogo pro Câmpus Camaquã e olhar a prova, onde estão os referenciais teóricos que norteiam o ensino profissionalizante? Que norteiam pelo menos essa base do ensino integrado? Não sei, eu não percebia, então, ele chega lá perguntando: eu trabalho pelos referenciais teóricos que eu tive que estudar pela bibliografia do concurso ou trabalho pelos referenciais teóricos que está lincado todo processo de Missão, da instituição? É lógico que é por esse! É esse que vai nos dar referencial, porque nesse foi conferido nossa missão e tá nossa função social. Bom, a

gente tem que retomar isso, talvez pela questão gigante que virou tudo isso, torne cada vez mais difícil, hoje fazer uma discussão com todos, como se faz? Ah, faz com vídeo conferência, tem coisas que são importantes dizer olho no olho, né?

Diante disso, se percebe não ser possível copiar um projeto pedagógico de um Câmpus de referência, com uma caminhada de muitas décadas. Torna-se necessário montar um projeto pedagógico de acordo com a realidade e características diferentes da comunidade e região. Segundo o entrevistado G1, o Projeto Pedagógico deve se basear em experiências de modo a gerar um encantamento dos cursos qualificados, sustentados por equipamentos modernos e, também, pela estrutura física da escola. O cuidado a ser observado é que esse encantamento também seja percebido no trabalho dos professores na proposta do que precisa ser feito. Pensar os cursos, discutir, definir e construir foi saudável, contribuiu na segurança das escolhas.

A partir desta percepção, vale referenciar Kuenzer (2001, p. 99),

[...] o avanço da teoria pedagógica que ocorreu no Brasil [...] contribuição do Prof. Demerval Saviani foi um marco histórico, se fez através da retomada da concepção de que o conhecimento se produz socialmente através do conjunto das relações sociais e produtivas que os homens constroem historicamente para assegurar suas condições materiais de existência. Essa concepção, ao resgatar para a pedagogia o conceito de práxis, retoma a relação entre educação e trabalho, entre a teoria e a prática, entre pensamento e ação, [...].

[...] as diferenças dentro do ensino, elas são motivo para crescimento, não precisa todo mundo pensar igual, até acho que mais cabeças pensam determinados assunto melhor [...], assim, G2, manifesta acerca de sua gestão.

No que diz respeito a discussões sobre um melhor fluxo do andamento da instituição, entende ser fundamentais reuniões para ouvir o outro, refletir sobre o impacto de atitudes tomada nas tarefas tanto do ensino como do administrativo.

Entretanto ao discorrer sobre o ensino, G2 revela,

[...] tem coisas que a gente não tem como voltar atrás, porque a estrutura do Câmpus, o investimento que foi feito, por exemplo, em três áreas. Nós temos três áreas bem distintas. Hoje eu arriscaria dizer que isso é perigoso, que um Câmpus que tem a possibilidade de ter quarenta e cinco e sessenta, né, ele deveria ter duas áreas. Três áreas fica difícil verticalizar, [...], nossas decisões de professores a serem contratados é baseada em planilhas de carga horária, a gente tem uma proposta de curso com uma matriz, com

tipos de disciplinas e a gente vai planejando isso e vai vendo ali como vai ser a carga horária, porque numa situação onde tu tem números fixos, tu precisa ter indicadores fixos, números, para a gente conseguir convencer as pessoas. Tu não pode mais ficar: ah eu acho que dá! Não existe espaço para o “acho” porque tu tens uma contratação que de repente vai ser por trinta anos, a menos que a pessoa tenha algum motivo para ir embora.

Nessa perspectiva, tratando dos cursos, ao que parece, não podem ser definitivos, devem ser flexíveis e adequar-se à região e, ao passar dos anos se modificarem se necessário. Por outro lado, o limite em área física e número de vagas ofertadas em todos os níveis de ensino impedem grandes mudanças. Além disso, a promessa do governo federal, no segundo ano de atividades completarem não aconteceu, o quadro até a época da entrevista continuava incompleto.

Para G2, rever periodicamente a quem e a que servem os cursos existentes, faz a instituição estabelecer maior participação de seus professores no desenvolver Projetos e Planos Pedagógicos.

A respeito desse tema, Frigotto (2010a, p. 25), aborda,

[...] o aspecto “pedagógico”, pelo menos em algumas partes, poderá determinar uma esquematização e simplificação da temática. Trata-se de um risco resultante de uma opção por um trabalho endereçado muito menos à “academia”, entendida como o *lócus* onde são discutidas ideias, e mais àqueles que consomem – muitas vezes sem o saber – no trabalho cotidiano de salas de aula, ou em departamentos de secretarias de educação, [...].

Mesmo sendo um Câmpus com apenas cinco anos, para G2, atende o previsto em Lei, ofertando Educação Profissional em todos os níveis, inicialmente montados em nível de educação básica, educação de jovens e adultos, superior e pós-graduação.

Pensando a questão da verticalidade com objetivo de implantar Cursos Superiores, está em andamento a criação de três cursos superiores, conta G2, sem previsão de início, a dificuldade orçamentária e financeira, na atual conjuntura, inibe contratação de novos professores e conseqüentemente, impossível colocar em prática. Deste modo, manifesta,

[...] a gente fez uma enquete agora no Facebook, uma vez que o Facebook ele é visto pela instituição como um elo de comunicação oficial, então, a CCS disse: podem fazer a enquete e muitas pessoas dizem aqui que Camaquã deveria ser um Câmpus Agrícola. Então, nós botamos: O Câmpus Camaquã, dentro da Lei de criação dos

Institutos Federais, tem por obrigatoriedade colocar curso superior, dentre as três áreas, Ciências Agrárias, Comunicação e Informação ou Letras, Artes e suas Tecnologias, alguma coisa assim, qual delas, qual curso você gostaria de visitar, você seria candidato a estudar? Nós tivemos a maior parte na Área das Humanas, terceiro lugar foi Ciências Agrárias.

Segundo G2, trabalharam nos planos pedagógicos e estão prontos. A necessidade de utilizar os docentes pertencentes ao quadro de pessoal culminou o curso superior Licenciatura em Letras. Partiram do tronco comum, dentro da área e, criaram dois projetos pedagógicos na área de Letras, mantendo a estrutura existente. Para G2, talvez, pela necessidade de mão de obra ou ainda, pela demanda de profissionais requisitados em concursos públicos, é o que leva a comunidade procurar Licenciaturas.

Na mesma direção, o entrevistado P4 revela que a Educação Profissional da Instituição deve ter constante atualização para que o mundo do trabalho absorva o maior número dos técnicos formados, aptos a desenvolverem tarefas relacionadas ao aprendizado adquirido. De seu ponto de vista, no ensino, a importância de cursos mutáveis, a possibilidade de modificação ou de substituir um ou outro curso devem ser considerados.

Por ocasião do primeiro Processo Seletivo para o câmpus Câmaquã, mesmo sendo no segundo semestre do ano de dois mil e dez, não houve empecilho da procura por parte dos estudantes da cidade e região. Conforme conta o entrevistado P4,

[...] o pessoal tem muito procurado muito pela qualidade do ensino, isso dá para ver, os pais tiram os alunos da escola particular e colocam aqui, né? Colocam no sentido, eles fazem vestibular, processo seletivo, ingressam aqui né, com apoio dos pais, buscando o ensino de qualidade né? Não só na questão do técnico, os alunos passam no ENEM, passam no vestibular sem cursinho né, isso também mexeu com a comunidade, hoje há uma procura tanto pela escola técnica, o curso técnico, mas eles querem que os filhos venham e tenham esse ensino de qualidade que estão recebendo aqui.

Ao mesmo tempo, pensa que para a comunidade desfrutar desta Educação Profissional, precisa ser melhorado a divulgação sobre o Processo Seletivo, sobre o que é o Instituto, seu potencial e a que veio para a região. Assim P4 discorre,

[...] acho que o que a gente vai mudar agora? A partir do curso de especialização, pode ser que haja uma mudança né? Tem que

chegar lá na escola, na escola do município, lá nas séries iniciais, acho que isso vai levar um tempo maior para a gente poder avaliar isso realmente, qual é, o que vai significar a inserção do Instituto aqui.

Cabe ainda, relatar que o Câmpus ministra três Cursos Técnicos Integrado de Nível Médio e, para dar início à verticalização prevista na Lei Nº 11.892/2008, em dois mil e catorze passou a ofertar Curso de Especialização, com público alvo professores da rede municipal e estadual. A importância dessa Especialização, além de ser pública, permite discutir metodologias e troca de experiências. Deste modo, a verticalização da Educação Profissional toma forma no câmpus Camaquã e para o entrevistado P4 o caminho é esse, quem sabe, num futuro, ofertar Mestrado.

No que concerne à formação dos cursos, o entrevistado G3 diz que independente de formação e atividade profissional, é uma satisfação ter contribuído nas escolhas dos cursos a serem propiciados a comunidade, é um ponto de extrema nitidez seu contentamento. Pensar os cursos *guarda-chuva*, ou seja, possibilitar, ao passar dos anos, se necessário, direcionar para outro curso com a mesma estrutura, com os mesmos profissionais, mostrou a visão de adequar a educação ministrada no Câmpus ao desenvolvimento do município e região. Esse entendimento fica claro quando ele relata,

[...] inclusive até os cursos que foram propiciados naquele primeiro momento, cursos esses que a gente também teve uma participação muito grande em cima de definir, de escolher, de abrir isso pra comunidade. Várias reuniões foram feitas definindo, decidindo quais os cursos, [...], os cursos guarda-chuva, possibilitavam ao longo dos anos, [...] direcionar para outro curso com mesma estrutura, com mesmos profissionais. Acho que isso foi uma coisa muito legal, muito bem trabalhada com todos, seriam cursos não específicos porque chega um momento que vai ter algum tipo de curso que não vai ter mais mercado de trabalho, não há mais interesse. Então, essa possibilidade de mudar [...], de ampliar, de mudar um pouco o foco, do curso A, B, ou C, isso foi uma coisa muito legal.

Sob a ótica do entrevistado A5, participar do Processo Seletivo lhe exigiu muita dedicação e estudo do conteúdo programático. Não houve grande espaço de tempo para preparação, o período curto entre divulgação e realização das provas, o levou a estudar somente o que o tempo permitiu. Ao comparar seu aprendizado com a de seus amigos estudantes de outros educandários, diz que os vê muito prejudicados em questão de ensino, em relação ao futuro, a hora de tentar um trabalho, vestibular ou o ENEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas desta pesquisa, tive a intenção de mostrar fatos relevantes, através das narrativas de sujeitos que, de uma forma ou de outra, fazem parte da história do Câmpus Camaquã do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O trabalho está estruturado e constituído a partir de referenciais de obras que me auxiliaram na melhor compreensão e sustentação da pesquisa. Assim, busquei apropriação de leituras como Arroyo (2012), Bogdan; Biklen (1994), Frigotto (2012, 2010a, 2010b, 2005), Frigotto; Gentili (2002), Gatti; André (2011), Höfling (2001), Josso (2010), Kuenzer (2003, 2001, 1997), Ludke; André (1986), Mainardes (2006), Moraes; Galiazzi (2011), Morosini; Fernandes (2014), Pacheco (2011), Santos (2000), Saviani (1994) e Sibilía (2012), além disso, documentos como Constituição Federal, diversas Leis também foram fontes consultadas.

Em segundo momento, para dar sequência à pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas, as quais transcrevi minuciosamente para elaboração da análise textual discursiva, uma vez que o entendimento da melhor fundamentação para descrição das narrativas de sujeitos e para o diagnóstico é a utilização do método de Análise Textual Discursiva.

O objetivo geral de compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo, e, ainda, como objetivos específicos, conhecer como a criação desse Câmpus, parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, modificou a vida de sujeitos dessa cidade; compreender qual a percepção desses sujeitos acerca do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; compreender qual a percepção desses sujeitos sobre esse novo Câmpus, foi buscado ao longo de toda esta investigação.

Neste contexto, é de se considerar que a pesquisa narrativa contribui para conhecer a forma de como este tema tem sido produzido, em diferentes domínios do conhecimento, acerca de aspectos e dimensões já evidenciados.

Na medida em que se transita na área educacional através da reflexão do que o Plano de Expansão mostra em relação a estas instituições da Rede Federal, torna-se necessária averiguação das condições adequadas ou não para efetivar os princípios anunciados em Lei, bem como os aspectos que envolveram os primeiros anos de seu funcionamento.

Assim, perpasso pela dualidade entre educação e trabalho, a história da educação profissional direcionada às transformações da instituição até a condição de Instituto Federal entrelaçando, através da memória, minhas experiências pessoais, profissionais e acadêmicas diretamente ligadas ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, como também de sujeitos partícipes dessa história, resultando no trabalho as categorizações através de desconstituir para reconstruir as explicitações ouvidas, de desordenar para dar condição de formar novas ordens, novas compreensões.

A relevância de apresentar seus aspectos, bem como categorizá-lo geograficamente, relatar as parcerias entre rede federal e municipal, conhecer seu início, seus cursos, como se dá a procura pela comunidade, entendo ser importante auxílio na compreensão da história do câmpus Camaquã.

O trabalho realizado permite afirmar que a construção de uma pesquisa possibilita dar voz e vez aos sujeitos atores de um determinado processo. Sem pretensão de responder a todas as questões, procurei caminhar até aqui, com clareza de possíveis percursos contribuidores às novas perspectivas no campo da Educação Profissional.

O mundo da produção e a educação profissional se encontram em constante transformação e expansão, a partir de políticas públicas e pela mudança da sociedade e mundo do trabalho. O caminho percorrido nesta pesquisa buscou mostrar, mesmo que seja de forma sucinta, o duelo secular entre Educação Profissional e Trabalho; o surgimento dos Institutos Federais e, em particular, o câmpus Camaquã, através de breve relato do panorama da história da Educação Profissional no Brasil; a abordagem utilizada na metodologia, enriquecida pelas entrevistas semiestruturadas dos entrevistados, pode contribuir na construção da Análise Textual Discursiva, revelando através de mim e sujeitos ouvidos, suas vivências e experiências que colaboraram para a compreensão da implantação do câmpus Camaquã, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, integrante do programa do

Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; a constatação da existência de no mínimo um elo com minha pesquisa ao estudar os trabalhos do Estado da Arte, despontaram como resultado a evolução dos Institutos, mesmo com as limitações apontadas.

A significação histórica deste estudo apresenta uma contribuição na área do conhecimento em relação à “Expansão dos Institutos Federais”. Além disso, de alguma forma, o registro das percepções dos sujeitos entrevistados contribui como acervo acadêmico para novas produções, mostrando a necessidade de compreender as diversas políticas públicas em seus diferentes contextos, já que estas são recontextualizadas na prática (MAINARDES, 2006).

A aproximação deste universo, ao desenvolver a pesquisa, permitiu averiguar também que de alguma forma, as histórias de vida de sujeitos do câmpus Camaquã, assim como a minha, contribuem para a investigação sobre a profissionalização, além de possibilitar o olhar da formação e da vida dos envolvidos na pesquisa.

Busquei obter uma visão afastada da minha experiência de vida, com o intuito de entender e compreender as diferentes significações na percepção dos entrevistados. Dessa forma, constatei que o campo de estudo sobre a Expansão dos Institutos Federais é relativamente novo na área da educação e que vem, ao longo dos últimos anos, se firmando como um campo de pesquisa.

De qualquer modo, quanto às questões elencadas aos entrevistados, o cuidado em sua elaboração, traduziu, independentemente de qual segmento se tratava, a percepção de como esses sujeitos estão interligados no contexto do câmpus Camaquã e qual foi o papel de cada um. Através das transcrições observei pontos comuns, tanto nas ponderações do que deu certo como nas que não deram certo, nas narrativas dos sujeitos ouvidos. A ótica e visão de elementos e pontos comuns percebidos subsidia a compreensão de como aconteceu o processo de implantação do câmpus Camaquã.

Entretanto, cabe evidenciar alguns pontos perceptíveis no desenvolver da pesquisa na compreensão de como se deu o Plano de Expansão na percepção dos sujeitos entrevistados, onde passamos a descrevê-los como:

O que deu certo

- *O Câmpus cumpre seu papel inicial* – A busca em desenvolver Ensino, Pesquisa e Extensão são ensejos contínuos. Oferta educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades.
- *Considerado novo, funcionando a partir de outubro de 2010, completou apenas cinco anos* – A cada ano se consolida à medida que se torna “visível”.
- *Acreditam ser o Plano de Expansão uma oportunidade de Educação Profissional* – uma vez implantado em região onde não havia ensino profissionalizante público e gratuito, contribui para amenizar as desigualdades.
- *Propicia desenvolvimento econômico na região* – maior movimentação no comércio local gerou empregos diretos e indiretos, valorizou expressivamente terrenos e, sem dúvida nenhuma, aumentou a autoestima da população.
- *Considerado um referencial em Pesquisa e Extensão* – O Câmpus já recebeu premiações e realiza Feiras para incentivar os discentes.

O que não deu certo

- *Defasagem no quadro de servidores* – as vagas previstas em lei, ainda não estão completas tanto para docentes como para técnico administrativo.
- *Comprometido pela mobilidade* – muitos servidores utilizam o Câmpus como *trampolim* para outros Câmpus.
- *Escassez de recursos* – impede criação de cursos superiores, para atender a verticalização prevista na Lei Nº 11.892/2008, que trata da criação dos Institutos Federais.

Por um lado, como se vê, a compreensão é de que a população camaquense e região encontram-se satisfeitas com a existência do câmpus Camaquã, por outro lado, está clara a necessidade de melhorar alguns pontos, passíveis de solução, ao mesmo tempo, dependentes das políticas e das estratégias de governo. Sendo assim, o receio que acena em certos momentos, é de que ficaram a mercê de mudanças e transformações das políticas públicas.

No entanto, percebe-se que os gestores tentam de várias formas promover o fortalecimento da Instituição perante a comunidade com diversas ações em todos os segmentos, principalmente ao que diz respeito aos discentes.

Um ponto a reiterar e a ser destacado nesta conclusão, presente na fala de todos os sujeitos da pesquisa, é que o processo de implantação do câmpus Camaquã mudou a perspectiva de vida e a qualidade da educação no município e região.

Torna-se claro, que as histórias de vida estão ligadas diretamente à maneira que se projetam algumas situações vividas. Ao contar, o que está por trás de tudo e, ao transcrevê-las e interpretá-las se abrem novos caminhos e quem sabe, novas possibilidades de pesquisa.

É relevante evidenciar a compreensão de que dúvidas e questões a serem interessantes desenvolvimento de futuros trabalhos, devem ser consideradas, por exemplo, como possível investigação de melhorar a metodologia para criação de novos cursos, já que os criados até agora, parecem deixar incertezas em relação às potencialidades da região.

Por fim, novas pesquisas que apontem caminhos poderão ser referência no conhecimento da instituição, paralelamente ao incentivar potencialidades para todos os segmentos, quer discente, docente e técnico administrativo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. O direito do trabalhador à educação. In: GOMES, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Editora Porto, 1994.

BRAGA, M. A. B. **Educação, ciência, tecnologia e produção: a educação científica como ideologia na formação dos trabalhadores técnicos**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL. CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 001/2007. **Chamada Pública De Propostas Para Apoio Ao Plano De Expansão Da Rede Federal De Educação Tecnológica – Fase II**. Acesso em 26.09.2014. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamadapublica_fase2.pdf.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Acesso em 07.11.2014. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm.

BRASIL. Documento Base. **Programa de Integração da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2007. Acesso em 16.07.2014. Online. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf

BRASIL. **A Formação de Professores e a Capacitação De Trabalhadores Da Educação Profissional e Tecnológica**. Acesso em 12.12.2014. Online. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional**. Portal Ministério da Educação e Cultura. Acesso em 01.09.2014. Online. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acesso em 23.02.2016. Online. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

BRASIL. **Lei Nº 3.552/1959**. Portal do Palácio do Planalto. Acesso em 22.07.2014. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm.

BRASIL. **Lei Nº 9.394/ 1996**. Portal Ministério da Educação. Acesso em 29.07.2014. Online. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

BRASIL. **Lei Nº 11.892/2009**. Portal Ministério do Planejamento. Acesso em 18.07.2014. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Acesso em 24.02.2015. Online. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/mapa>

BRASIL. **Portal Ministério da Educação**. Acesso em 22.10.2014. Online. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>.

BRASIL. **Portal Ministério da Educação**. Acesso em 21.02.2015. Online. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao>

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa Narrativa: Experiência e História em Pesquisa Qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 05 de outubro de 1988/ obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes – 44ª edição atualizada e ampliada – São Paulo: Saraiva, 2010. (Coleção Saraiva e Legislação).

COSTA, Aline Moraes da. **Educação profissional e interiorização**: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2011.

COSTA, Maria Adélia da Costa. **Política de formação de professores para a educação profissional e tecnológica**: cenários contemporâneos. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. 2012.

DEL PINO, M. Política educacional, emprego e exclusão social. In: FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. **A cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002.

MOLON, E. Documento de Apresentação. **Proposta do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II**. Prefeitura Municipal de Camaquã/RS, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. In: FRIGOTTO, G. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo. **A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. **Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n.55, nov., 2001.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-riograndense: um estudo de caso no câmpus Passo Fundo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo. 2012.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Política Educacional e Planejamento no Brasil: os descaminhos da transição**. São Paulo: Cortez, 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º Grau O Trabalho como Princípio Educativo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo da concepção política**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília. 2012.

LOPES, A.R. C. Livros didáticos: obstáculos ao aprendizado da ciência química. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 1990.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MOMBERGER, Cristine Delory. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 359-371, maio/ago. 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2.ed. Ijuí: Unijui, 2011.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.2, p.154-164, jul.-dez. 2014. Acessado em 05.01.2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/issue/view/865>

OLIVEIRA, F. de. **A armadilha neoliberal e as perspectivas de educação**. Boletim da APEDd, Porto Alegre, v.12, 1990.

PACHECO, Eliezer Moreira. **INSTITUTOS FEDERAIS Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

RAMOS, Viviane Silva. **Desenvolvimento local e território: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Portal do Governo Estadual**. Acesso em 23.02.2016. Online. Disponível em: <http://www.camaqua.rs.gov.br/municipio/2/mapas-do-municipio.html>

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta T; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cintia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: SAVIANI, Dermeval. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ: Vozes, 1994.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA – G1 e G2 – Gestores Institucional

Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia – Câmpus Pelotas – IFSul

Mestranda: Lucia Helena Kmentt Costa

Este roteiro tem como objetivo auxiliar na elaboração da metodologia de uma dissertação de mestrado, no âmbito de pós-graduação do IFSul. O objetivo da pesquisa é compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo. O nome dos respondentes não aparecerá em nenhuma hipótese na pesquisa, somente suas respostas.

Qual a sua formação? A quanto tempo trabalhas na instituição? A quanto tempo és professor(a)?

És diretor(a) do Câmpus Camaquã. Conta um pouco essa experiência.

O que achas que te levou a ser escolhido(a) para dirigir este Câmpus? Como foi este processo?

O que pensas sobre o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional?

Em tua percepção, o que deu certo e o que não deu na implantação do Câmpus?

O que pensas que o Câmpus do IFSUL trouxe para a cidade de Camaquã?

Em tua avaliação, quais são os objetivos pretendidos do Câmpus? Eles estão sendo cumpridos? Por quê?

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA – G3 – Gestor Municipal

Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia – Câmpus Pelotas – IFSul

Mestranda: Lucia Helena Kmentt Costa

Este roteiro tem como objetivo auxiliar na elaboração da metodologia de uma dissertação de mestrado, no âmbito de pós-graduação do IFSul. O objetivo da pesquisa é compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo. O nome dos respondentes não aparecerá em nenhuma hipótese na pesquisa, somente suas respostas.

Qual a sua formação? Quanto tempo o senhor foi prefeito da cidade de Camaquã?
O Senhor é natural da cidade?

Como o senhor tomou conhecimento da possibilidade de uma escola de Educação Profissional ser implantada na cidade de Camaquã?

O que o levou a tomar a decisão de participar do processo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional? O que senhor pensa sobre o Plano?

Como prefeito, durante seu mandato, houve o processo de implantação do Câmpus Camaquã. Qual foi seu papel neste processo?

Em sua percepção, o que deu certo e o que não deu na implantação do Câmpus?

O que senhor pensa que o Câmpus do IFSUL trouxe para a cidade de Camaquã?

Em sua avaliação, os objetivos pretendidos com a implantação do Câmpus foram cumpridos? Por quê?

APÊNDICE C
ROTEIRO DE ENTREVISTA – P4 – Professor

Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia – Câmpus Pelotas – IFSul

Mestranda: Lucia Helena Kmentt Costa

Este roteiro tem como objetivo auxiliar na elaboração da metodologia de uma dissertação de mestrado, no âmbito de pós-graduação do IFSul. O objetivo da pesquisa é compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo, a partir da narrativa. O nome dos respondentes não aparecerá em nenhuma hipótese na pesquisa, somente suas respostas.

Qual a tua formação? A quanto tempo trabalhas na instituição? A quanto tempo és professor?

O que te levou a escolha de trabalhar no Câmpus Camaquã?

O que mudou em sua vida/formação ao estar inserido no Câmpus Camaquã?

O que tu pensa sobre o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional?

O que tu pensas que o Câmpus do IFSUL trouxe para a cidade de Camaquã?

O que deu certo e o que não deu em tua percepção na implantação do Câmpus?

APÊNDICE D
ROTEIRO DE ENTREVISTA – A5 – Aluno

Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia – Câmpus Pelotas – IFSul

Mestranda: Lucia Helena Kmentt Costa

Este roteiro tem como objetivo auxiliar na elaboração da metodologia de uma dissertação de mestrado, no âmbito de pós-graduação do IFSul. O objetivo da pesquisa é compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo, a partir da narrativa. O nome dos respondentes não aparecerá em nenhuma hipótese na pesquisa, somente suas respostas.

És natural da cidade de Camaquã? Qual tua idade? Qual a tua formação? Fale de si.

O que te levou a escolha de estudar no Câmpus Camaquã? Como foi este processo?

O que mudou em tua vida/formação ao ingressar no Câmpus Camaquã?

A implantação deste Câmpus faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O que sabes sobre isso?

O que tu pensas que o Câmpus do IFSUL trouxe para a cidade de Camaquã?

Ao concluir o curso técnico, pensas ter alcançado teu objetivo? Por quê?

Tua escolha pelo Câmpus Camaquã influenciou outra(s) pessoa(s)? Por quê?

APÊNDICE E
ROTEIRO DE ENTREVISTA – M6 e M7 – Moradores do entorno

Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia – Câmpus Pelotas – IFSul

Mestranda: Lucia Helena Kmentt Costa

Este roteiro tem como objetivo auxiliar na elaboração da metodologia de uma dissertação de mestrado, no âmbito de pós-graduação do IFSul. O objetivo da pesquisa é compreender como se deu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, no caso da implantação do Câmpus Camaquã, a partir de narrativas de sujeitos partícipes desse processo, a partir da narrativa. O nome dos respondentes não aparecerá em nenhuma hipótese na pesquisa, somente suas respostas.

O senhor(a) é natural da cidade? Qual a sua formação? Qual sua profissão?

O senhor(a) é morador(a) do entorno do Câmpus Camaquã. Desde quando? Conte-me isso.

O senhor(a) tem conhecimento do que é a instituição Câmpus Camaquã?

A implantação deste Câmpus faz parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O que o senhor(a) sabe sobre isso?

A implantação do Câmpus Camaquã influenciou sua vida? Por quê?

Em sua percepção, o que o senhor(a) pensa sobre a implantação do Câmpus Camaquã?

O que o senhor(a) pensa que o Câmpus do IFSUL trouxe para a cidade de Camaquã?